

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MARIANA GONÇALVES MOREIRA

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM MINAS GERAIS:
O CASO DA COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE**

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS

2014

MARIANA GONÇALVES MOREIRA

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM MINAS GERAIS:
O CASO DA COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, área de concentração Arqueologia, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS

2014

306
M838m
2014

Moreira, Mariana Gonçalves

Memória e patrimônio em Minas Gerais [manuscrito] : o caso da Companhia Industrial Itaunense / Mariana Gonçalves Moreira. - 2014.

168 f. : il.

Orientador: Carlos Magno Guimarães.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia – Teses. 2. Indústria têxtil - Teses. 3. Arqueologia - Teses. I. Guimarães, Carlos Magno. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

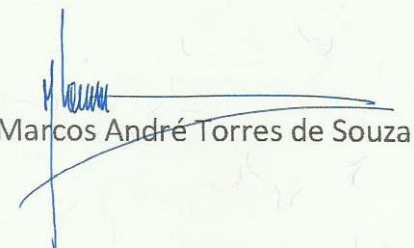


**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE
MARIANA GONÇALVES MOREIRA (Nº DE MATRÍCULA: 2012650664)**

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2014 (dois mil e quatorze), reuniu-se no Auditório Prof. Baesse sala F-4059 - 4º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora, para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: **“MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM MINAS GERAIS: o caso da Companhia Industrial Itaunense”**, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Arqueologia - Linha de Pesquisa: Arqueologia Histórica. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Carlos Magno Guimarães – orientador (PPGAN-FAFICH/UFMG); Domingos Antônio Giroletti – (Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo/MG) e Marcos André Torres de Souza (PPGAN-FAFICH/UFMG)**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Mariana Gonçalves Moreira, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 31 de julho de 2014.


Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães
(Orientador)


Prof. Dr. Domingos Antônio Giroletti


Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza

À Helena Gonçalves Dias.

AGRADECIMENTOS

O meu interesse pela Companhia Industrial Itaunense, objeto da presente pesquisa, surgiu há cerca de quatro anos. Aos poucos, contribuições de diversos tipos foram surgindo, e, em conjunto, forneceram as condições necessárias para a realização desta pesquisa. Assim, gostaria de agradecer àqueles que contribuíram para o desenvolvimento do presente trabalho.

Essa dissertação é o resultado da investigação realizada por meio do curso de mestrado em Antropologia (PPGAN), área de concentração Arqueologia, da Universidade Federal de Minas Gerais. Agradeço ao Prof. Dr. Carlos Magno, orientador de longa data, pela confiança depositada em meus trabalhos. Suas contribuições foram fundamentais para a escolha dos caminhos a serem seguidos, para o estabelecimento do recorte e da abordagem utilizados. Agradeço à Ana Lúcia Mercês, secretária do PPGAN, que me ajudou a superar obstáculos. Aos professores e colegas pelos desafios e comentários ao longo do curso. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida por quatorze meses e a população brasileira, que com a força de seu trabalho produziu as riquezas com quais se fomenta a pesquisa no país.

Ao Sr. Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite, síndico da Massa Falida da Companhia Industrial Itaunense, que autorizou inicialmente a pesquisa, e sua secretária, Raquel, pela atenção e empenho em ajudar. Agradeço à Patrícia Nogueira, que tornou possível esta pesquisa, pela imensa receptividade e pelas conversas que em larga medida subsidiaram a escrita deste trabalho.

Especialmente, a todos aqueles que compartilharam suas lembranças sobre a Companhia Industrial Itaunense, especialmente Sérgio de Castro, Geraldo Agustavo da Fonseca, Afonso Henrique da Silva Lima, Mardoqueu José da Silva, Nilo Moreira da Silva, Ivan Moreira de Faria.

Ao Professor Geraldo Fonte Boa, do Museu Municipal Francisco Manoel Franco e a Janete Rodrigues da Silva, funcionária da Secretaria Municipal de Cultura, que deram contribuições significativas principalmente no início da pesquisa ao me indicarem

lugares e pessoas, cujo contato se mostrou, na prática, de grande relevância. Ao Sérgio Márcio de Azevedo Machado, professor da Universidade de Itaúna e membro efetivo do CONDEMPACE - Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural pelos diálogos a respeito do processo de tombamento da Itaunense e seu futuro.

À Sra. Vânia de Melo Barão Nogueira, que por diversas vezes me recebeu no Instituto Maria de Castro Nogueira.

A todos os colegas do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG com os quais muito aprendi ao longo dos anos. À Natalia Araújo Christophe da Silva, Mariana Oliveira e Sousa e Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres pelas longas conversas e sugestões, que foram incorporadas ao trabalho.

À Neise Duarte, pelas reflexões inspiradas.

À Ana Carolina Pereira Vaz e Nattalia Bom Conselho, da empresa Temporis Consultoria, responsável pelo desenvolvimento do ICMS Cultural de Itaúna em 2013, que tanto me apoiaram na reta final da pesquisa, na complementação de dados de campo, bem como pelas frutíferas discussões que tivemos sobre Patrimônio Cultural e Industrial.

Ao Diego Dias, pelo companheirismo, apoio e pelas inúmeras discussões que em muito influenciaram o desenvolvimento deste trabalho.

Aos familiares – Dayse, Bete, Alonso, Mário Lúcio, Luiz Cláudio e Terezinha –, que contribuíram fortemente para a realização deste trabalho.

A todos os amigos, familiares e companheiros de trabalho que não mencionei diretamente.

Três Apitos

Noel Rosa

Quando o apito da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
Mas você anda
Sem dúvida bem zangada
Ou está interessada
Em fingir que não me vê
Você que atende ao apito de uma chaminé de barro
Porque não atende ao grito
Tão aflito
Da buzina do meu carro
Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho
Não faz fé no agasalho
Nem no frio você crê
Mas você é mesmo artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você
Nos meus olhos você lê
Que eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente
Impertinente
Que dá ordens a você
Sou do sereno poeta muito noturno
Vou virar guarda-noturno
E você sabe porque
Mas você não sabe
Que enquanto você faz pano
Faço junto ao piano
Estes versos pra você

RESUMO

A produção têxtil em Minas Gerais foi praticada desde o início da colonização. A fabricação de tecidos, inicialmente desenvolvida de forma artesanal, em unidades domésticas, foi um dos primeiros setores a passar pelo processo de industrialização em Minas Gerais, com o uso de mão-de-obra assalariada, mecanização da produção, separação entre capital e trabalho, entre outros. Em Itaúna, a Companhia Industrial Itaunense se implantou em 1911 e rapidamente adquiriu grande relevância econômica e social. Após sua desativação, a fábrica entrou em processo de arruinamento, mas continua fortemente presente na memória da população local. Atualmente, as estruturas remanescentes da Unidade I representam um dos elementos constituintes do que pode ser entendido como Paisagem Industrial, corroborando a necessidade de se conhecer, registrar e divulgar este patrimônio. É esse o tema de investigação do presente trabalho.

Palavras-chave: Paisagem Industrial, Memória, Indústria Têxtil.

ABSTRACT

Textile production in Minas Gerais has been practiced since the beginning of colonization. The manufacture of textiles, originally developed by hand in domestic units, was one of the first sectors to go through the process of industrialization in Minas Gerais, with the use of labor-wage labor, mechanization of production, separation between capital and labor, among others. In Itaúna, the *Companhia Industrial Itaunense* was implanted in 1911 and quickly acquired great economic and social importance. After its decommissioning, the plant filed for blasting, but still strongly present in the memory of the local population. Today, the remaining structures of *Unidade I* are one of the constituent elements which can be understood as Industrial Landscape, confirming the need to know, record and disseminate this heritage. That is the theme of this research work.

Keywords: Industrial Landscape, Memory, Textile Industry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Morro do Bonfim.....	39
Figura 02: Igreja de Nosso Senhor do Bonfim no ano de 1931.....	40
Figura 03: Capela de Nosso Senhor do Bonfim.....	40
Figura 04: Plantação de Algodão.....	42
Figura 04: Tear manual de madeira, da área rural de Itaúna.....	42
Figura 06: Roda de Fiar. Fonte: Museu Sagarana, Itaguara, Minas Gerais.....	44
Figura 07: Mapa com a Localização da Companhia Industrial Itaunense (Unidade I) no município de Itaúna, com indicação de municípios limítrofes.....	47
Figura 08: Indicação da Vila de Pitanguí na Comarca de Sabará.....	49
Figura 09: Tropeiros na região de Itaúna. s/d. Fonte: Tropas e Tropeiros.....	50
Figura 10: Casarão estilo colonial em Itaúna.....	51
Figura 11: Tear mecânico de origem inglesa, que pertenceu à Companhia de Tecidos Santanense. Século XIX.....	53
Figura 12: Vista geral da Companhia de Tecidos Santanense. Década de 1930. Nota-se a proximidade com a ferrovia e a ausência de edificações ao seu redor..	63
Figura 13: Vista parcial da planta fabril da Companhia de Tecidos Santanense na década 50.....	61
Figura 14: Vista geral da Companhia de Tecidos Santanense no ano de 1975. Nota-se edificações sendo construídas no bairro e a presença de grandes áreas desocupadas.....	63
Figura 15: Vista geral da Companhia de Tecidos Santanense na atualidade.....	63
Figura 16: Demolição da Capela de Santanense na década de 1960.....	64
Figura 17: Igreja Matriz de Santanense, construída na década e 1960.....	64
Figura 18: Vista do trecho da Estrada de Ferro sobre o Rio São João. Foto tirada na década de 50.....	66
Figura 19: Locomotiva Maria Fumaça do Museu Municipal Francisco Manoel Franco, em Itaúna.....	66
Figura 20: Mapa do Município de Itaúna Itaúna na década de 1920.....	68
Figura 21: Vista de parte da Unidade I da Cia. Industrial Itaunense, com destaque para fachada austera.....	71
Figura 22: Vista de parte da Unidade I da Cia. Industrial Itaunense, com destaque para os <i>shelds</i>	71
Figura 23: Vista de parte da Unidade I da Cia Industrial Itaunense em funcionamento junto à linha férrea, em segundo plano. Foto tirada na década de 1960.....	72

Figura 24: Indicação dos principais elementos associados ao processo de urbanização de Itaúna no século XX em imagem de satélite.....	74
Figura 25: Igreja de Nossa Senhora do Rosário na década de 1940.....	75
Figura 26: Igreja Matriz de Sant’Ana, na década de 1930.....	75
Figura 27: Fachada do grupo escolar. Itaúna. Data provável: 1943 – 1945.....	78
Figura 28: Casa de Caridade Manoel Gonçalves de Sousa Moreira.....	79
Figura 29: 3ª Etapa Construção Igreja Matriz, década de 1930.....	80
Figura 30: Igreja Matriz, década de 1950.....	80
Figura 31: Festa da Pedra Fundamental Igreja Matriz. Destaque (em vermelho) para José Cerqueira Lima, conhecido como Zezé Lima, diretor comercial da Itaunense.....	80
Figura 32: Barragem do Benfica na década de 1950.....	80
Figura 33: Primeira edição do Jornal Voz Operária, da Companhia Industrial Itaunense.....	
Figura 34: Galpão e forno elétrico da Siderúrgica São João, da Companhia Industrial Itaunense, em 1967. Nota-se a presença de caminhão, indicando uso do transporte rodoviário.....	84
Figura 35: Transporte de gado por boiadeiros na BR 050 na década de 1960.....	85
Figura 36: Carregamento de lenha em carro de boi na estrada em Itaúna ao lado de automóvel. As características da estrada e da paisagem indicam que se trata da BR 050.....	85
Figura 37: Desfile de comemoração do cinquentenário da Itaunense. Modelo veste peça tecida na fábrica com para a festividade com a inscrição “50 anos”....	86
Figura 38: Exposição com máquinas e tecidos da Companhia Industrial Itaunense. Nota-se a presença de crianças e adultos entre o público.....	86
Figura 39: Localização da Companhia Industrial Itaunense sobre Carta Topográfica – IBGE, com indicação da área urbana.....	88
Figura 40: Unidade II da Companhia Industrial Itaunense. Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Agostavo.....	89
Figura 41: Ruth Nogueira, da Secção de Preparação de Fios, trabalhando na bobinadeira.....	106
Figura 42: Seção de Tecelagem – Companhia Industrial Itaunense – década de 1930.....	107
Figura 43: Tear automático da Companhia Industrial Itaunense. Década de 1960/70.....	108
Figura 44: Companhia Industrial Itaunense. Maquinário do Setor de Tecelagem.	108
Figura 45: Companhia Industrial Itaunense – Máquina de Marcerizar – década de 1930.....	110
Figura 46: Faixa contendo os dizeres “Tecidos da Itaunense para o Japão” afixada em caminhões em frente à Igreja Matriz de Itaúna. Década de 1950.....	111

Figura 47: Antiga residência de João de Cerqueira Lima Rua Silva Jardim, 333, Centro. Inventariada em 2003.....	114
Figura 48: Antiga residência do Dr. Augusto, bem tombado em nível municipal.....	114
Figura 49: Vista geral da cidade de Itaúna, possivelmente na década de 1960. Destaque para a Companhia Industrial Itaunense.....	119
Figura 50: Paisagem de Itaúna na atualidade. Destaque para a Companhia Industrial Itaunense.....	119
Figura 51: Vistas das fachadas das estruturas edificadas da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense com indicação em planta.....	121
Figura 52: Fachada do setor de tecelagem da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Nota-se a pintura desgastada e os vidros das janelas quebrados.....	125
Figura 53: Fachada do setor de tecelagem da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Área interna destruída.....	125
Figura 54: Fachada da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Nota-se a pintura desgastada, os vidros das janelas quebrados e a ocorrência de grafites....	126
Figura 55: Fachada da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense Detalhe de vidros das janelas quebrados, descolamento de parte da pintura e reboco, presença de sujidades.....	126
Figura 56: Fachada da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Detalhe de vegetação sem capina.....	126
Figura 57: Fachada da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Verifica-se entrada vedada por tijolos sem revestimento. Portão e cerca em processo de oxidação.....	126
Figura 58: Paisagem Industrial em Detroit: ruínas da fábrica da Packard Motor Car Company.....	128
Figura 59: Ruínas da Fábrica dos Matarazzo, em Caçapava, estado de São Paulo.....	129
Figura 60: Usina Tamoio em plena safra, em agosto de 1980, em Araraquara, São Paulo.....	131
Figura 61: Vista da fachada frontal do templo religioso da Usina Tamoio, em Araraquara, São Paulo.....	132
Figura 62: Casa dos Morgantti, na Usina Tamoio, em Araquara, São Paulo.....	132
Figura 63: Vista da fachada frontal do posto de saúde, na Usina Tamoio, em Araquara, São Paulo.....	132
Figura 64: Detalhe da tipologia edilícia mais recorrente nas colônias, na Usina Tamoio, em Araquara, São Paulo.....	132
Figura 65: Estádio Comendador Freitas, na Usina Tamoio, em Araquara, São Paulo.....	132
Figura 66: Localização da Unidade I na área central de Itaúna, s/d. Nota-se a diferença entre a dimensão das edificações da fábrica (indicadas em vermelho)	

e as do entorno.....	135
Figura 67: Vista parcial da fachada frontal das ruínas da Casa de Caridade Manoel Gonçalves de Sousa Moreira, bem inventariado do município de Itaúna. O Hospital atualmente funciona em edificação construída em terreno adjacente ao da antiga construção.....	138
Figura 68: Dona Cota.....	139
Figura 69: João de Cerqueira Lima.....	139
Figura 70: Jove Soares Nogueira.....	140
Figura 71: Fachada do edifício de atividades de suporte à tecelagem.....	144
Figura 72: Área interna do edifício de atividades de suporte à tecelagem.....	144
Figura 73: Fachada do edifício de atividades de suporte à tecelagem, s/d.....	144
Figura 74: Fachada do edifício de atividades de suporte à tecelagem parcialmente destruída.....	144
Figura 75: Seta indica a localização da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Destacam-se prédios em construção na área envoltória.....	147
Figura 76: Seta indica a localização da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense, após a destruição de parte das estruturas.....	147
Figura 77: Fachada do edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I.	148
Figura 78: Local de implantação do edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I, após ter sido destruído.....	148
Figura 79: Fachada do edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I.	148
Figura 80: Local de implantação do edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I, após ter sido destruído.....	148
Figura 81: Edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I totalmente destruído. Destaca-se estruturas ainda edificadas do edifício da fiação e tecelagem ao fundo.....	148
Figura 82: Proposta de fachada do shopping, denominado Pátio Itaúna. Nota-se a preservação da chaminé da Itaunense.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE.....	Área de Diretrizes Especiais.
APAC.....	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
APAE.....	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APM.....	Arquivo Público Mineiro
CEMIG.....	Companhia Energética de Minas Gerais S.A
CETIQT.....	Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil
CII.....	Companhia Industrial Itaunense
CONDEMPACE....	Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural Legislativo. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
DOEMG.....	Legislativo. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
DOPS.....	Departamento de Ordem Política e Social
EFOM.....	Estrada de Ferro Oeste de Minas
FCA.....	Ferrovia Centro Atlântica
GPS.....	<i>Global Positioning System</i>
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMC.....	Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira
ICOMOS.....	<i>Conseil International des Monuments et des Sites</i>
INPE.....	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
SENAI.....	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TICCIH.....	<i>International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA PESQUISA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.....	21
1.1. Patrimônio e Arqueologia Industrial: uma abordagem interdisciplinar.....	21
1.2. Cultura material e narrativas sobre o presente e o passado como elementos da Paisagem Industrial.....	27
1.3. O processo de investigação histórico-social: considerações metodológicas.....	30
CAPÍTULO II – O PIONEIRISMO DO SETOR TÊXTIL NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	43
2.1. O surgimento da indústria têxtil em Minas Gerais.....	43
2.2. A formação da comunidade de Santana do São João Acima e a constituição de sua primeira fábrica, a Companhia de Tecidos Santanense.....	47
2.3. Itaúna, a cidade dos tecidos e da siderurgia: a constituição e o desenvolvimento da Companhia Industrial Itaunense.....	66
2.4. O processo de produção e o cotidiano de trabalho na Companhia Industrial Itaunense.....	95
CAPÍTULO III – A PAISAGEM INDUSTRIAL NA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DA COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE, MINAS GERAIS.....	113
3.1. A paisagem em transformação: narrativas, memórias e vivências relacionadas à Companhia Industrial Itaunense.....	113
3.2. Caminhos do Patrimônio Cultural: potencialidades e desafios.....	130
4. .CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
5. .REFERÊNCIAS.....	160
5.1. Fontes Impressas e Bibliografia.....	160
5.2. Fontes Documentais.....	164
5.3. Fontes Eletrônicas.....	165
6. .ANEXO.....	168
6.1. Roteiro de Entrevista.....	168

INTRODUÇÃO

A tecelagem foi uma atividade central para a história econômica e social de Minas Gerais, tendo sido um dos primeiros setores produtivos a passar pelo processo de industrialização, ocorrido nas últimas décadas do século XIX. A indústria têxtil desempenhou papel importante na configuração do cenário econômico e social de Minas Gerais, teve grande relevância no processo de implantação e consolidação do sistema capitalista e foi responsável por inúmeras transformações na esfera social nas sociedades nas quais estiveram e/ou estão inseridas¹.

Remanescentes deste processo, as estruturas e os modos de produção industriais integram o Patrimônio Cultural, que pode ser entendido como o “conjunto de elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade” (CASTILLO-RUIZ, 1996: 22 apud LAGE, 2011: 06). Estes elementos são entendidos como suportes materiais de memórias e contribuem para a construção de identidades e da visão que se tem do passado, devendo, portanto, serem conhecidos e valorizados como tal. Tendo isso em vista, este trabalho apresenta os resultados de estudos desenvolvidos sobre a Companhia Industrial Itaunense, localizada no município de Itaúna, localizado na região Centro-Oeste de Minas Gerais.

A Companhia Industrial Itaunense se implantou em Itaúna em 1911, dedicando-se à produção têxtil. De seu surgimento até a falência, a Fábrica foi um elemento central da sociedade itaunense ao longo de todo o século XX. Sua relevância e influência foram muito amplas e não se restringiram à geração de renda e trabalho para uma grande parcela da população de Itaúna. As ações da Itaunense abrangeram diversos elementos religiosos, políticos, sociais e culturais que, em conjunto, integram a vida social do município.

A amplitude (espacial, temporal e cultural) da influência da Itaunense é ilustrada por histórias contadas por moradores, indicando que a fábrica continua fortemente

¹ Embora o foco seja a indústria têxtil, reconhecemos a importância dos estudos sobre a instalação dos engenhos no Nordeste do Brasil no século XVI, que marcam o início da implantação de uma atividade manufatureira no Brasil, bem como das atividades minerárias, siderúrgicas, entre outros, que ao longo dos períodos colonial e imperial representam setores da economia que passaram por importantes transformações que mais tarde iriam constituir as bases da implantação do sistema capitalista no Brasil, fundamentado na produção industrial. O setor cafeeiro em São Paulo é outro que merece destaque por ter sido o pioneiro na utilização de mão-de-obra assalariada (imigrante) na virada do século XIX. Estes são apenas alguns exemplos, dentre outros, de setores pioneiros no processo de industrialização no Brasil.

presente na memória social e no discurso dos itaunenses na atualidade – o que a torna um bem integrante do Patrimônio Cultural de Itaúna.

São os “casos” sobre o envolvimento da Itaunense em diversos aspectos da vida social contados por moradores e ex-moradores de Itaúna, alguns dos quais são membros de minha família (nos termos antropológicos, consanguínea e afim), que despertaram meu interesse pela temática em 2009. As edificações que compõem a fábrica (a Unidade I) me fascinavam por suas dimensões, características e pela forma com que se inserem na área urbana do centro de Itaúna, configurando o que podemos denominar de Paisagem Industrial. A conjunção de ambos os aspectos (materiais, representados pelas estruturas remanescentes da fábrica, e imateriais, representados pela memória) motivaram um desejo de realizar uma pesquisa sistemática sobre o tema.

Neste contexto, a problemática do trabalho corresponde à seguinte indagação: como se deu o processo histórico de transformações da Paisagem na qual se insere a Companhia Industrial Itaunense? Por trás da pergunta, existem duas ideias subjacentes.

A primeira é o conceito de paisagem industrial, representada por tudo aquilo que configura o núcleo fabril: suas estruturas edificadas; o maquinário; os processos produtivos e seu componente humano (os trabalhadores), bem como as inter-relações espaciais, sociais e simbólicas que permeiam sua inserção em um determinado contexto histórico-social. A segunda, a identificação de dois momentos distintos na formação da paisagem: o primeiro corresponde ao período de formação da fábrica e de seu funcionamento, e o segundo tem início após a sua desativação, quando começa o processo de patrimonialização, tanto pelo reconhecimento de seu valor como patrimônio industrial pela sociedade civil quanto pelo poder público. São estes aspectos que serão investigados ao longo deste trabalho.

Para entender a Paisagem, o ponto de partida foram as narrativas de itaunenses que estiveram, de alguma forma, envolvidos com a Companhia Industrial Itaunense. Estas narrativas forneceram subsídios para a investigação da dinâmica interna da fábrica, constituída por processo produtivo, cotidiano de trabalho e vivências operárias. Buscou-se relacionar, em uma perspectiva mais ampla, a dinâmica da fábrica com as transformações sociais e produtivas decorrentes do processo de industrialização à luz da bibliografia estudada.

Com o seu desenvolvimento, o estudo de caso proposto forneceu subsídios para a reflexão sobre a questão da constituição da percepção de Patrimônio Cultural na contemporaneidade, considerando elementos como a memória, a identidade, a história e

suas inter-relações com a cultura material, representada pelas estruturas remanescentes da fábrica e sua inserção no meio urbano, configurando uma paisagem industrial.

De forma geral, este processo de investigação, como qualquer pesquisa, se justifica pela própria produção de conhecimento, uma vez que:

é inegável que ao longo da História o conhecimento produzido através de atividades desenvolvidas pela ciência tem permitido uma intervenção cada vez mais eficaz na realidade; o que por um lado justifica e por outro reforça a validade de tais ações (GUIMARÃES, NASCIMENTO, 2006: 4).

De forma mais específica, tal investigação se justifica, por um lado, pela necessidade de conhecer e registrar o referido patrimônio em função de sua importância para a construção de identidade, memória e história população do município de Itaúna e, por outro lado, pela insuficiência de estudos sobre o patrimônio industrial de Minas Gerais.

O registro do patrimônio é uma ferramenta de identificação e proteção, que possibilita que as gerações futuras possam vir a conhecê-lo. É uma forma de produzir conhecimento e valorizar a dinâmica (presente e passada) de práticas socioculturais. Favorece o reconhecimento dos bens e manifestações culturais, por meio da identificação dos valores a eles atribuídos pela sociedade, sejam de natureza estética, artística, documental, histórica, científica, social ou espiritual. O registro assegura que as informações relacionadas ao patrimônio não sejam perdidas ao longo do tempo e que possam vir a ser divulgadas de forma ampla para a comunidade científica e para o público em geral, no presente e no futuro.

O município de Itaúna nos oferece um contexto propício ao desenvolvimento de pesquisa com a temática industrial, por resguardar um acervo sobre um caso exemplar do processo de ascensão e consolidação do sistema capitalista – acervo este que compreende estruturas edificadas, fontes documentais, bibliográficas e orais e se caracteriza pela acessibilidade. Destaca-se ainda a atuação da sociedade civil organizada e do poder público em relação à temática, o que nos oferece a possibilidade de discutir potencialidades e desafios de lidar com a questão da preservação do referido patrimônio. Estes elementos, em conjunto, oferecem subsídios muito ricos para a reflexão acerca da Paisagem Industrial, sua construção e transformação ao longo do tempo.

Para compreender o caso da Companhia Industrial Itaunense foi necessário pesquisar toda uma trajetória de transformações sociais e históricas que transcendem a fábrica em si, considerando, por um lado, o contexto socioeconômico e histórico mais amplo e, por outro, as edificações remanescentes da fábrica, as narrativas e as memórias locais. Tendo isso em vista, o presente trabalho divide em quatro partes, apresentadas a seguir.

O **Capítulo I** – *Fundamentos Teórico-Metodológicos para pesquisa do Patrimônio Industrial* irá apresentar o estado da arte da discussão sobre os estudos acerca do Patrimônio Industrial, suas origens e desenvolvimento em uma perspectiva interdisciplinar. Nesta parte, destaca-se a importância do conceito de Paisagem na reflexão sobre o tema, uma vez que é fundamental considerar não somente as estruturas das fábricas, mas também as relações entre eles e o ambiente (em geral, urbano) no qual se inserem bem como as narrativas, visões e percepções da população local. Em seguida, são contempladas as estratégias metodológicas eleitas para o desenvolvimento da presente pesquisa.

A perspectiva aqui adotada parte da ideia de que a finalidade da teoria (e seu instrumental conceitual) é ser aplicada à realidade, visando compreendê-la. No caso específico desta pesquisa, em função das características particulares do município de Itaúna, o conceito de Paisagem Industrial mostrou-se interessante para a discussão sobre a temática proposta e para o estudo da realidade histórica-social em questão, que é caracterizada por transformações econômicas e sociais relacionadas à consolidação do sistema capitalista. Este conceito é a base para a reflexão acerca do processo de industrialização e as transformações sociais dele decorrentes, que serão tratados no próximo capítulo.

O **Capítulo II** – *O Pioneirismo do Setor Têxtil no Processo de Industrialização* irá tratar das transformações sociais ocasionadas pelo advento e desenvolvimento da produção fabril ao longo do tempo. É contemplado o processo de ocupação histórica nas margens do Rio São João, desde a formação do povoado de Santana do São João Acima até a constituição do município de Itaúna, considerando o processo de industrialização e urbanização iniciado em fins do século XIX, com a implantação, desenvolvimento e

consolidação da Companhia de Tecidos Santanense² e da Companhia Industrial Itaunense – esta última, foco da presente pesquisa.

A abordagem proposta parte da constatação da importância de considerar a perspectiva histórica no desenvolvimento das sociedades, tendo em vista que os processos de mudança social, de forma geral, não ocorrem de forma abrupta, mas são decorrência de uma longa trajetória de transformações mais sutis. O conhecimento destes contextos possibilitou a identificação de elementos relevantes para as reflexões apresentadas no próximo capítulo.

No **Capítulo III** – *A Paisagem Industrial na contemporaneidade: o caso da Companhia Industrial Itaunense, Minas Gerais* é discutido o lugar da fábrica na memória da população local e sua importância histórica para a construção da identidade local, que correspondem aos elementos que a tornam um bem cultural digno de registro, estudo e divulgação. É apresentada uma reflexão sobre a participação da sociedade civil e do poder público no processo de reconhecimento de um bem como Patrimônio Cultural, bem como sobre os desafios enfrentados para delinear caminhos para a sua preservação em um contexto social dinâmico, permeado por interesses (econômicos) diversos.

As **Considerações Finais** contém reflexões sobre os resultados atingidos por meio do uso da perspectiva teórico-metodológica adotada para o presente estudo de caso. São discutidas as especificidades do estudo do passado recente e da paisagem industrial, suas consequências práticas e desafios colocados, principalmente no tocante à participação da comunidade diretamente envolvida com o objeto de estudo. Por fim, são apresentadas as potencialidades de continuidade do presente estudo.

² A Companhia Industrial Itaunense, foco da presente pesquisa, foi constituída a partir de uma dissidência da Companhia de Tecidos Santanense. Como veremos, essas duas fábricas seguiram trajetórias históricas bastante distintas, apensar de se inserirem no mesmo município e se dedicarem à tecelagem. Assim, por estar na origem da fundação da indústria em estudo e por sua importância para a comparação de diversos aspectos de forma a evidenciar diferenças, a Companhia de Tecidos Santanense é aqui estudada em profundidade.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

1.1 Patrimônio e Arqueologia Industrial: uma abordagem interdisciplinar

A partir da segunda metade do século XVIII, inovações técnicas na utilização de energia e na organização do trabalho geraram, por meio de processos produtivos, consequências profundas levando a transformações sociais na Europa. Este foi um dos processos que culminou na ascensão do sistema capitalista, que rapidamente alcançou uma dispersão em nível global (HOBSBAWM, 1979, 2004).

No contexto brasileiro, embora a transição para o capitalismo seja considerada a partir da segunda metade do século XIX, no início do mesmo século mudanças já podiam ser percebidas. Modificações nos padrões de consumo (LIMA *et al.*, 1989) e tecnológicas (ESCHWEGE, 1979) já eram introduzidas, principalmente em função do contato da sociedade brasileira escravista com as sociedades europeias, que vivenciavam o processo de industrialização. Enfrentando inúmeras dificuldades, as primeiras fábricas foram instaladas no Brasil em fins do século XIX.

Deste processo, os vestígios materiais e imateriais remanescentes das mudanças iniciadas com a Revolução Industrial (e que persistem até os nossos dias) constituem um registro importante de nossa história e, por isso, devem ser conhecidos, divulgados, valorizados e preservados.

Trata-se de refletir acerca dos edifícios e das estruturas construídas para as atividades industriais; dos processos, técnicas e equipamentos utilizados; dos lugares e paisagens nos quais estiveram inseridos; bem como de todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis relacionadas a este contexto, considerando ainda suas raízes pré e proto-industriais. Estes estudos se inserem no que pode ser denominado Patrimônio Industrial.

A “Carta de Nizhny sobre o Patrimônio Industrial”, produzida e divulgada pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)*³ em 2003 define:

³ é a organização mundial consagrada ao patrimônio industrial, sendo também o consultor especial do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, organização não-governamental internacional que trabalha para a conservação dos monumentos e sítios do mundo, para esta categoria de patrimônio.

O *patrimônio industrial* compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e de todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003, s/p).

O patrimônio industrial possui certas especificidades, que o diferenciam de outros bens patrimoniais. Segundo Álvarez:

El patrimonio industrial posee características muy diferentes a otros tipos de bienes patrimoniales. La diferencia más clara es que **su importância no reside en su singularidad, sino, por el contrario, en su impacto in determinado lugar**. También es preciso señalar que el valor intrínseco de los edificios es tan importante como su significado para gente que los vivió (ÁLVAREZ, 2009: 10) (**Grifo nosso**).

O valor do patrimônio industrial pode estar vinculado ao seu valor estético (pela qualidade da sua arquitetura, do seu *design* ou da sua concepção); ou ao seu valor social, como parte do registo de vida e do cotidiano dos homens e mulheres e, como tal, associado a um importante sentimento identitário. Os valores deste tipo de patrimônio “são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições” (TICCIH, 2003, s/p).

Vimos que não só os elementos materiais remanescentes dos processos produtivos industriais são relevantes do ponto de vista do Patrimônio. Uma das maiores referências na temática do Patrimônio Industrial no Brasil, a memória, do trabalho e do trabalhador, é um aspecto relevante do patrimônio e que possibilita a discussão sobre aspectos como o conhecimento de técnicas utilizadas para produção, da organização do trabalho e do espaço e até mesmo sociabilidade entre os trabalhadores, dentro e fora do espaço destinado à produção. É destacado o caráter político das iniciativas que buscam preservar esta memória no âmbito das discussões sobre o patrimônio industrial – o que se torna particularmente relevante diante das dificuldades enfrentadas para a guarda e manutenção dos acervos industriais, a exemplo de documentos, ferramentas, manuais e estruturas edificadas (MENEGUELLO, TAMASO e GRANATO, 2012).

Visando compreender os bens culturais que se inserem no contexto industrial e os valores atribuídos a eles, pesquisas no campo do Patrimônio têm sido realizadas por

profissionais com formações acadêmicas diversas, muitas vezes em uma perspectiva interdisciplinar. Cada área do conhecimento, com seu arcabouço teórico-metodológico particular, tem buscado formas de contribuir para a discussão que envolve elementos muito diversos, como vimos anteriormente. Uma dessas áreas é a Arqueologia.

A Arqueologia pode ser entendida como o estudo da cultura material remanescente de atividades humanas, na tentativa de identificação e interpretação de elementos que possam indicar como se deu essa ocupação em um território ao longo do tempo.⁴ Dito de outra forma, busca entender processos históricos e os grupos humanos por meio da cultura material, isto é, de objetos concretos.

Para Funari, a Arqueologia pode ser definida como “estudos dos sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, *a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade*” (FUNARI, 1988: 9 – Grifos do autor).

A pesquisa arqueológica deve contemplar diferentes escalas espaciais e temporais. Por um lado, busca-se compreender o cotidiano de determinados grupos sociais e, por outro, busca-se entender os processos de mudança e continuidade em um contexto mais amplo ao longo do tempo. Dessa forma, é adotada uma dupla perspectiva: sincrônica e diacrônica, em níveis local, regional e até mesmo mundial. O estudo do sistema de produção capitalista é um bom exemplo no qual é interessante contemplar a escala mundial, diante de sua amplitude espacial.

Um dos subcampos de pesquisa em Arqueologia é a Arqueologia Histórica. Duas vertentes de pensamento podem ser destacadas em relação a sua definição. A primeira recorre a marcos como o colonialismo europeu, o advento do capitalismo e a formação da sociedade moderna. Segundo Lima, a Arqueologia Histórica no Brasil se ocupa de “contextos derivados dos colonizadores europeus e seus descendentes, ou de seus contatos com populações nativas” (LIMA, 1993: 225). A segunda enfatiza a presença de registros escritos remanescentes das sociedades passadas, de forma a atribuir à Arqueologia Histórica um conceito mais amplo e flexível (FUNARI, HALL e JONES, 1999: 8).

⁴ Desde a sua constituição, tem-se discutido se a Arqueologia é uma das áreas da Antropologia, se é uma disciplina auxiliar da História ou se é uma área autônoma. Ideias a esse respeito têm apresentado grande variação no espaço e ao longo do tempo (Cf. Orser Jr, 1992). No presente trabalho, considera-se que os limites entre as áreas são secundários, que em primeiro plano deve estar a discussão a respeito da produção do conhecimento sobre as pessoas e as sociedades e as formas mais adequadas de atingir esse objetivo, uma vez que a própria realidade é um todo integrado.

Nas Américas, o período histórico de estudo se inicia com o processo de colonização europeia. Nesse contexto, a Arqueologia Histórica pode ser definida como “o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje” (ORSER JR, 1992: 23 – Grifos do autor).

Considerando o processo de ascensão, o desenvolvimento e a consolidação do sistema capitalista, um dos possíveis campos de estudo da Arqueologia Histórica se dedica aos sítios inseridos no contexto da industrialização.

Não se pretende aqui reconstituir o histórico dos estudos arqueológicos com a temática industrial. A discussão iniciada na Europa na década de 1950 teve posicionamentos diversos quanto ao recorte temporal, objetos, objetivos e metodologias aplicadas ao estudo de sítios remanescentes de contextos industriais⁵. O que nos interessa é elencar alguns pontos relevantes para a discussão aqui proposta.

O contexto de desenvolvimento de pesquisas desenvolvidas por meio de uma abordagem arqueológica no âmbito da temática industrial é caracterizado pela revisão de premissas dentro da disciplina e têm apontado para algumas direções.

As reflexões acerca da temática industrial fomentaram a discussão sobre a ampliação de “fronteiras cronológicas” relacionadas aos objetos de estudo no âmbito da Arqueologia. Estes foram por muito tempo identificados como necessariamente pertencentes ao passado – característica que diferenciaria a abordagem arqueológica da utilizada por outras ciências humanas que se ocupam de sociedades do presente. Entretanto, os arqueólogos, com o passar do tempo, foram alargando “seu campo de ação para a cultura material de qualquer época, *passado ou presente*” (FUNARI, 1988: 10 – Grifos do autor).

A constatação de que a relevância de um sítio não está atrelada a sua antiguidade é fundamental em relação aos sítios industriais do Brasil, datados de um passado recente de nossa história, que não era contemplado por estudos arqueológicos algumas décadas atrás. Este é o caso da Itaunense, cuja trajetória histórica de constituição, desenvolvimento, consolidação e falência se insere no século XX.

⁵ Para uma revisão bibliográfica completa sobre a produção no âmbito da Arqueologia Industrial no contexto internacional ver Palmer e Neaverson (1998). Os autores apresentam de forma completa a discussão sobre o escopo da Arqueologia Industrial, suas origens e desenvolvimento da teoria no campo.

O conceito de cultura material, apontado como sendo objeto de estudo da Arqueologia, tem tido seu significado ampliado. Os estudos arqueológicos não mais se restringem a artefatos (aquilo que foi feito ou modificado pela ação humana) e estruturas (evidências de presença humana que não podem ser retiradas dos sítios arqueológicos) (ORSER JR, 1992: 31-34). Estruturas e artefatos fornecem informações que contribuem para a interpretação das atividades desenvolvidas no sítio arqueológico bem como das relações sociais estabelecidas entre aqueles que ali viveram. Entretanto, o contexto (natural e cultural) no qual se inserem os vestígios arqueológicos é tão importante quanto os próprios vestígios para a pesquisa arqueológica e, mais do que isso, os próprios elementos que integram a cultura material têm sido repensados.

A cultura material é entendida aqui como um conceito amplo que abrange tudo aquilo que foi produzido ou é resultado do trabalho humano, bem como aquilo que foi apropriado de alguma forma por grupos sociais (incluindo-se elementos vegetais, animais e ambientes). Para entender o conceito mais amplo de cultura material, é interessante resgatar uma reflexão feita por Marx:

animais e plantas que costumamos considerar produtos da natureza são, possivelmente, não só produtos do trabalho do ano anterior, mas, em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob o controle do homem e pelo seu trabalho. No tocante aos meios de trabalho, a observação mais superficial descobre, na grande maioria deles, os vestígios de trabalho de épocas passadas (MARX, 2011: 215).⁶

A partir da citação reproduzida acima, percebemos que os elementos que correspondem a vestígios do trabalho humano são bastante diversos. Para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à cultura material, faz-se necessário, por meio de um olhar atento, refletir sobre a forma por meio da qual os homens se apropriaram, transformaram e atribuíram significados a estes elementos. Em nossa pesquisa, entre os elementos materiais que compõem a paisagem encontram-se estruturas edificadas que compõem a planta fabril e a área urbana, arruamentos, o rio São João, a ferrovia, o relevo, entre outros.

Além dos elementos integrantes do universo material em estudo anteriormente mencionados, outro merece destaque: o próprio trabalhador. O trabalhador é uma parte fundamental do processo fabril e é, aqui, considerado não só em termos de relações

⁶ São considerados meios de trabalho “todas as condições materiais, seja como for, necessárias à realização do processo de trabalho” (MARX, 2011:214).

sociais, valores, memória e narrativas, mas também, em sua materialidade, um componente da fábrica, sem o qual a atividade produtiva não poderia ser desenvolvida. Esta perspectiva consiste em aplicar as reflexões mencionadas anteriormente sobre o trabalhador (MENEGUELLO, TAMASO e GRANATO, 2012) para o contexto da abordagem arqueológica.

Se por um lado a cultura material, entendida em um sentido amplo, de qualquer época (passada ou presente), é o objeto de pesquisa da Arqueologia, por outro lado, os estudos com a temática industrial mostraram que é necessário ainda contemplar elementos imateriais presentes nos grupos ou sociedades estudados.

Exemplo disso são as pesquisas desenvolvidas pelo arqueólogo Randall MacGuire. O autor, por meio de seus trabalhos, tem mostrado a importância de se considerar aspectos imateriais – a exemplo da ideologia – nos estudos arqueológicos. O autor mostra no estudo de caso sobre o Condado do Broome, em Nova Iorque, que a paisagem cultural foi desenhada (e transformada) a partir de determinados aspectos ideológicos de forma a moldar a ação social, de forma que as relações sociais entre moradias e outras edificações do complexo fabril refletiam as diferentes posições ocupadas na hierarquia da fábrica (McGUIRE, 2008a).

Com isso, vemos que o estudo dos elementos materiais que compõem o sítio arqueológico deve contemplar o contexto social mais amplo no qual este estava inserido, em uma perspectiva totalizante, que considera os processos de transformação da cosmovisão dos diversos agentes sociais envolvidos.

A cultura material se apresenta como meio através do qual se busca conhecer as pessoas e as relações sociais, o funcionamento e as transformações das sociedades humanas. Sobre esse ponto, é importante destacar dois riscos que se corre no estudo da cultura material, que podem ser denominados de fetichização e reificação (FUNARI, 1988: 17-18). A fetichização constitui-se pela atribuição de características humanas aos objetos, como se os produtos do trabalho humano fossem sujeitos históricos e possuíssem existência autônoma, separada das relações sociais (estabelecidas entre pessoas). A reificação diz respeito à naturalização/coisificação das relações sociais, como se fossem parte integrante da natureza, única responsável por suas características e transformações, independentemente dos agentes sociais. Assim, deve-se ter o cuidado de separar devidamente o que integra as esferas das características humanas e das materiais, tendo em vista que o objetivo último do estudo dos objetos é produzir

conhecimento sobre as pessoas e as relações sociais e não apenas conhecer ou classificar artefatos.

Fundamentando-se nas considerações acima, para a presente pesquisa, são considerados integrantes da cultura material não somente as estruturas físicas que compõem as fábricas e seu maquinário, mas também elementos naturais e construídos que a cercam, como os recursos hídricos, o relevo, as estradas, as edificações (a exemplo de estabelecimentos comerciais e moradias), entre outros. Além disso, mostrou-se particularmente relevante considerar ainda aspectos intangíveis, isto é, narrativas orais e escritas sobre o processo de trabalho, percepções e simbolismos atribuídos por ex-operários e ex-dirigentes, bem como pela sociedade que esteve e está envolvida de alguma forma com a fábrica.

Em conjunto, estes elementos e suas inter-relações podem ser entendidos com a adoção de um conceito que se mostrou fundamental ao longo da pesquisa: a **paisagem** – tema do próximo item.

1.2 Cultura material e narrativas sobre o presente e o passado como elementos da Paisagem Industrial

No meio acadêmico, os ramos da teoria que tem como objeto as sociedades humanas são caracterizados pela heterogeneidade, pela falta de consensos e por estarem em processo contínuo de construção. Torna-se necessário, então, que se explicitem os conceitos utilizados em cada pesquisa, para se evitar equívocos e falhas na comunicação. Diante disso, segue uma breve reflexão sobre o conceito de Paisagem, da forma como é aqui adotado.

A paisagem é formada em uma relação: a interação que existe entre o ser humano e um determinado ambiente. Nesse sentido, a paisagem não deve ser compreendida como um meio, natural ou cultural, que compõe um determinado espaço. Apesar disso não ser desconsiderado, o que a envolve e a determina é mais amplo, afinal, diz, em última instância, da forma como o ser humano se insere em determinado ambiente e a maneira como ele se apropria, transforma e atribui significados a esse ambiente em questão.

Ao lado das questões mais objetivas que concernem a uma paisagem (como a descrição das partes que a compõem, criadas ou não pelas atividades humanas – a

morfologia da paisagem), encontramos-nos com questões de cunho social, cultural e subjetivo.

De acordo com Milton Santos, a paisagem é:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço (SANTOS, 2008: 40).

A partir da citação, percebemos que a paisagem não diz dos elementos que a compõem por si mesmo, mas da *percepção* que se tem destes elementos. A partir disso, vemos o caráter inerentemente cultural da paisagem, do qual esta não pode ser dissociada. Este caráter cultural também se expressa em termos de significados compartilhados por um determinado grupo social e que são atribuídos a esta paisagem. Estes significados, apreendidos por meio da observação, influenciam comportamentos e, de diversas formas, regulam relações sociais estabelecidas em comunidade, como afirma McGuire:

El paisaje puede ser manipulado para fomentar las relaciones em ciertos contextos y desalentarlas en otros; también puede ser utilizado para conectar las actividades del hogar con las del trajao o para separarlas de forma tajante. El paisaje no es simplemente un sostén y telón de fondo. Por el contrario, es el escenario de la acción humana (McGuire, 2008a: 65-6).

Nesse contexto, a paisagem representa a conjunção entre o individual e o coletivo na medida em que extrapola o olhar de um indivíduo considerado isoladamente sobre um determinado ambiente, pois se fundamenta na atribuição de valores e significados compartilhados por um grupo social – significados estes que por um lado o identificam e o diferenciam dos demais grupos. (o cenário onde se desenrola a ação humana... isso é bonito, fala mais a respeito...)

Entendendo a paisagem como “the physical spaces perceived and utilized by humans both explicitly and implicitly” (HOOD, 1996: 123)⁷, Hood enfatiza a relação dinâmica entre a sociedade e o contexto material físico no qual se insere. Considera-se a interação entre as pessoas e os espaços físicos percebidos e criados por elas, imbuídos de significado e compreendido em termos culturalmente específicos, tais que a função e

⁷ os espaços físicos percebidos e utilizados pelos seres humanos explícita e implicitamente (tradução nossa).

significado são inseparáveis. Ainda segundo o autor, “the cultural landscape contains and intertwines the material reproduction of society with the cultural understanding of that process. It is both a tool and the context of social change, being part of the constitution and daily reconstitution of society” (HOOD, 1996: 139)⁸.

A dimensão do tempo é outro aspecto fundamental para pensar a paisagem. Segundo Palmer e Neaverson, na perspectiva do historiador e arqueólogo, a paisagem é a manifestação física de *mudanças* provocadas pelo homem no espaço e no tempo (PALMER and NEAVERSON, 1998). Estas transformações, que podem ser identificadas e interpretadas por um olhar treinado, foram ganhando alcance cada vez maior com o advento da sociedade moderna e do capitalismo, alcançando, em certos casos, proporções mundiais.

No âmbito da temática industrial, a paisagem corresponde não somente ao ambiente onde se mantem visíveis componentes essenciais ao processo de produção fabril como, principalmente, às percepções e significados atribuídos a esse ambiente. Não é possível conceber o patrimônio industrial sem considerar o espaço de inserção da fábrica, representada por tudo aquilo que configura o núcleo fabril: suas estruturas edificadas; o maquinário; os recursos hídricos; os processos produtivos e seu componente humano (o trabalhador), bem como as interações espaciais e sociais que permeiam sua inserção em uma determinada sociedade em um dado momento histórico. Esta paisagem é continuamente transformada ao longo do tempo, tornando essencial a adoção de uma abordagem diacrônica com vistas a identificar este processo dinâmico de recriação da paisagem.

O desenvolvimento da pesquisa evidenciou que não se trata de buscar a singularidade das edificações ou dos processos produtivos ali desenvolvidos, mas de tentar entender como a fábrica, representada por suas estruturas edificadas, e as relações sociais e simbólicas a ela vinculadas, constituiu uma paisagem no passado (a fábrica em funcionamento) e no presente (a fábrica como patrimônio cultural), isto é, a forma específica como esta se introduziu em uma determinada sociedade e foi apreendida por ela ao longo do tempo. A utilização do conceito de Paisagem coloca em foco as percepções e os significados simbólicos que foram construídos a respeito da fábrica.

⁸ a paisagem cultural contém e entrelaça a reprodução material da sociedade com o entendimento cultural desse processo. É ao mesmo tempo uma ferramenta e o contexto de mudança social, fazendo parte da constituição e da reconstituição diária da sociedade (tradução nossa).

Ressalta-se que essas percepções e significados são elementos constituintes da memória e não representam, necessariamente, a realidade histórica concreta.

Diante da complexidade dos elementos que, em conjunto, compõe o referido caso em estudo, uma dupla perspectiva se mostrou adequada: a utilização de múltiplas fontes de pesquisa e a adoção de uma abordagem interdisciplinar. Assim, por meio de uma abordagem que visa conciliar Antropologia e Arqueologia, buscamos considerar elementos materiais, imateriais, documentais, bibliográficos e a memória de diversos sujeitos que direta ou indiretamente estiveram envolvidos com a realidade em estudo.

Este foi o caminho escolhido na busca pela compreensão do passado e presente industriais no caso da Companhia Industrial Itaunense, conforme é discutido a seguir.

1.3 O processo de investigação histórico-social: considerações metodológicas

Para a definição do conjunto de estratégias metodológicas adequadas para a presente pesquisa, optou-se pela não aplicação de uma abordagem metodológica arqueológica clássica (fundamentada na escavação do sítio, na análise de artefatos e estruturas identificadas em campo, sua localização no sítio arqueológico e análise dos elementos deposicionais e pós-deposicionais, entre outros).

Para alcançar o objetivo proposto, de entender os significados atribuídos as estruturas da fábrica considerando o conceito de paisagem, faz-se necessário buscar formas alternativas de fundamentar a análise e a reflexão sobre a cultura material, entendida em seu sentido amplo, como discutido anteriormente.

Isto se coloca como um desafio diante da insuficiência de estudos arqueológicos que contemplem a temática industrial no contexto brasileiro, como evidencia a análise dos levantamentos da produção no âmbito da Arqueologia Histórica desenvolvida no país a partir da década de 1960, elaborados por Tânia Andrade Lima (1993), e posteriormente complementado por Luís Cláudio Pereira Symanski (2009).

Lima (1993) faz referência a produções relacionadas à temática industrial no âmbito da Arqueologia Histórica, que na década de 1970 já estava em pauta. A autora apresenta estudos que tratam da temática e do termo Arqueologia Industrial, discutem a necessidade de investigações neste campo e da diferenciação entre o processo de industrialização ocorrido na Europa e o processo ocorrido no Brasil. Discussões estas que se situam predominantemente no campo teórico.

Symanski (2009) apresenta estudos empíricos e teóricos que tratam da temática da industrialização e da ascensão do capitalismo em termos, principalmente, de ideologia e consumo. O único trabalho empírico mencionado que tem como objeto uma unidade produtiva foi realizado por Sousa (1998), que analisou a paisagem cultural da Real Fábrica de Pólvora Estrela, fundada em 1826, e a povoação associada às atividades fabris, a vila de Inhomirim, próximo à cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro.

Embora Lima e Symanski não tenham contemplado a totalidade dos trabalhos no âmbito da Arqueologia Histórica, ambos, por meio de levantamentos sistemáticos, indicaram as tendências dominantes da produção bibliográfica desta área do conhecimento. Nota-se que a importância de se estudar e discutir o processo de industrialização no Brasil e da ascensão, consolidação e desenvolvimento do capitalismo é reconhecida e explicitada pelos autores. Entretanto, o foco dos estudos empíricos mencionados direciona-se principalmente à esfera do consumo, sendo que a esfera da produção não se encontra no cerne das discussões – e é justamente esse um aspecto central da pesquisa aqui apresentada.

Entende-se aqui que a produção e a circulação de bens materiais são elementos fundamentais para a compreensão do consumo, em uma perspectiva totalizante da sociedade. Tal perspectiva se torna mais evidente no sistema capitalista, no qual a produção não somente busca satisfazer necessidades demandadas na esfera do consumo, mas também expande os mercados para consumir aquilo que produz, podendo chegar a até mesmo a realmente criá-los (HOBSBAWM, 1979: 39). Assim, considera-se que estudar os contextos fabris é uma etapa fundamental para a compreensão do sistema capitalista e das mudanças sociais geradas por ele – mas quais são as técnicas e métodos mais adequados para operacionalizar pesquisas com este enfoque?

Embora os estudos com a temática industrial não constituam uma das linhas de pesquisa com maior visibilidade e volume de trabalhos em Arqueologia Histórica, pesquisas neste campo têm sido realizadas recentemente (MORALES, 2010; STANCHI, 2008; ZEQUINI, 2006). Tais estudos têm apresentado estratégias metodológicas que buscam se adequar às especificidades do tema de pesquisa e do contexto específico dos sítios que integram os objetos de estudo. Nota-se que o contexto brasileiro, caracterizado pela transição tardia para o sistema capitalista, apresenta particularidades que o distinguem dos processos históricos verificados na Europa, inviabilizando a transposição da metodologia e da análise praticadas em contextos industriais estrangeiros – sobre os quais existe uma vasta bibliografia.

Diante disso, as estratégias metodológicas adotadas foram fruto de uma conjunção de escolhas efetuadas ao longo do próprio processo de pesquisa, de acordo com os problemas teóricos e práticos que se apresentaram.

A definição de Paisagem adotada sinaliza a abordagem utilizada na pesquisa na medida em que coloca a necessidade de identificação, em uma perspectiva histórica, de morfologia da paisagem (isto é, os elementos naturais e culturais que a compõem) e da simbologia a ela atribuída, que se expressa em diversos tipos de suporte, materiais e imateriais – o que coloca a necessidade de desenvolvimento de mecanismos de leitura adequados a estes suportes.

Para obtenção de tais informações, fez-se interessante a adoção de uma abordagem que considera múltiplas fontes, cuja integração fornece um quadro mais completo do passado:

O caráter multidisciplinar da Arqueologia Histórica significa que ela possui um amplo leque de fontes de informação. Os materiais específicos que são disponíveis podem variar, dependendo do sítio que está sendo estudado, mas alguns tipos de fontes geralmente são utilizáveis pelo arqueólogo (ORSER JR, 1992: 29)

Partindo do caráter inerentemente interdisciplinar da Arqueologia, foram realizadas atividades de campo nas estruturas da fábrica, bem como pesquisa com fontes orais, iconográficas e escritas (documentais e bibliográficas)⁹, em uma perspectiva que considera a

importância da investigação baseada no ‘entrelaçamento’ de dados obtidos através de fontes diversas, cujas possibilidades abrem caminho para a apreensão de aspectos de uma realidade social, que de outro modo, permaneceriam fora do alcance de uma pesquisa que se limitasse à análise documental (GUIMARÃES *et al.*, 1990: 161).

O acesso às fontes de pesquisa se deu por meio de levantamento de campo, que contemplou a observação da paisagem, o levantamento das estruturas da Unidade I, a realização de entrevistas e pesquisa em acervos. Os trabalhos foram desenvolvidos de

⁹ Tendo em vista a particularidade da pesquisa relacionada ao fato de se tratar de um passado recente, antes do início da pesquisa de campo, foi feito contato preliminar com o Síndico da Massa Falida da Companhia Industrial Itaunense, Dr. Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite, por escrito, solicitando autorização para a presente pesquisa. A autorização foi concedida em setembro de 2012.

forma mais intensa no período compreendido entre os meses de setembro a novembro de 2012 e em setembro e outubro de 2013.

Durante o levantamento, constatou-se que o acervo relacionado à Companhia Industrial Itaunense é imenso. O material coletado, embora muito rico, não foi utilizado em sua totalidade em função dos objetivos propostos e das limitações inerentes ao processo pesquisa. Este material será retomado no futuro para continuidade dos estudos.

Alguns comentários a respeito das fontes devem ser feitos.

A Arqueologia Histórica possui como uma especificidade (que a identifica e a diferencia da Pré-Histórica): a possibilidade de usar **fontes escritas** produzidas por pessoas inseridas nas realidades históricas que se busca compreender.

A utilização de fontes documentais para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas tem sido amplamente discutida e se apresenta de forma bastante heterogênea (FUNARI, HALL e JONES, 1999; JONES, 2005; GUIMARÃES *et al*, 1990; LIMA, 1993; SENATORE e ZARANKIN 1996-1997).

As fontes escritas podem ser de tipos diversos: diários, literatura, documentos de trabalho, documentos jurídicos e administrativos, manuais técnicos, cartas, registros cartoriais e religiosos, entre outros. A natureza das informações contidas em cada um destes tipos de documentos é bastante variável tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

Diante desse acervo documental valioso, os “arqueólogos aprenderam, através de sua própria pesquisa e dos esforços de historiadores, que os documentos primários apresentam certos problemas que fazem com que seu uso em sítios arqueológicos seja muito complexo” (ORSER JR, 1992: 43). Na análise de cada um, é preciso considerar quem o escreveu e suas intenções com a escrita, isto é, a relação entre objetividade e subjetividade no processo de produção do texto.

A influência do redator nos registros escritos é evidente, uma vez que é o responsável pela seleção do que será comunicado e de que forma (MANNONI e GIANNICHEDDA, 2007: 48). O conhecimento do contexto no qual a documentação foi produzida é outro aspecto fundamental para situa-lo historicamente, como também para compreender a intencionalidade por trás de sua produção.

Deve-se lidar com o fato de que os documentos podem não representar de forma fiel a realidade que buscam registrar, tanto em função de falsificações intencionais quanto erros não conscientes (ocasionados por falta de conhecimento, falhas na memória, etc). Os registros escritos podem não ter sido preservados ao longo do tempo,

não possuem séries históricas completas ou ainda nem sequer terem sido produzidos – especialmente quando se busca informações a respeito de elementos cotidianos, considerados “banais”.

Para o levantamento de **fontes escritas**, isto é, de publicações avulsas, livros, jornais, revistas, periódicos, internet, etc., recorreu-se à pesquisa em arquivos e a contribuições de pessoas vinculadas à Itaunense e ao poder público.

De maneira geral, o município de Itaúna possui um rico acervo documental sobre sua cultura e história em diversos suportes. Assim, foi possível pesquisar outros espaços em Itaúna, a saber: a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal; o Arquivo Público Municipal de Itaúna localizado no Espaço Cultural Adelino Pereira Passos; o Museu Municipal Francisco Manoel Franco, instalado no prédio da antiga Estação Rodoviária (século XIX); e a Biblioteca da Universidade de Itaúna.

O Instituto Maria de Castro Nogueira foi o espaço de pesquisa mais relevante para o nosso estudo, podendo ser considerado um dos mais ricos e completos acervos particulares de Minas Gerais. O Instituto serve à comunidade itaunense e está disponível ao público em geral mediante agendamento. Sua constituição se deu por iniciativa do Dr. Guaracy de Castro Nogueira (pesquisador da história de Itaúna e região, Reitor da Universidade de Itaúna, Superintendente Geral da Companhia Industrial Itaunense, e Presidente da Fundação de Ensino Superior de Itaúna) que, em 1948, começou a adquirir e guardar documentos cartoriais, jornais, livros entre outros documentos importantes para conhecer a história de Itaúna¹⁰.

Merece destaque ainda o acervo digital, disponibilizado na internet para consulta pública, formado pelo *site* “Itaúna em Décadas”, iniciativa de Charles Aquino, o qual em muito contribuiu para melhor compreensão de relações de parentesco, políticas e sociais estabelecidas entre pessoas mencionadas ao longo deste trabalho, bem como para identificação de elementos materiais (edificados) relevantes para a história do município e que se destacam na paisagem em estudo. O *site* possui, entre outros, a compilação, transcrição e sistematização de dados provenientes de fontes bibliográficas, documentais e fotográficas que fazem parte do acervo do Instituto Maria de Castro Nogueira. São textos escritos em linguagem acessível, nos quais estão presentes

¹⁰ Informativo do Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira. Ano I – 1ª edição. Nov-Dez 2009.

memórias e visões de mundo do autor¹¹. Outro acervo digital consultado é o Arquivo Público Mineiro que possui imensa quantidade de documentos digitalizados¹².

A posição adotada nesta pesquisa em relação às fontes escritas privilegiou a produção de pessoas cuja trajetória pessoal esteve ligada ao município de Itaúna e/ou à história da Companhia Industrial Itaunense, a saber: João Dornas Filho (1936, 1951), considerado o primeiro e maior historiador de Itaúna; Iracema Fernandes de Sousa (1984), natural de Itaúna, começou a trabalhar na Companhia Industrial Itaunense ainda menina e saiu para casar-se em 1924, tendo sido uma das primeiras operárias da Companhia Industrial Itaunense; Dr. Miguel Augusto Gonçalves de Souza (1986, 2002), foi Presidente do Conselho de Administração da Companhia Industrial Itaunense, tendo exercido cargos públicos e recebido inúmeras condecorações por sua atuação, membro da Academia Mineira de Letras; e Dr. Guaracy de Castro Nogueira (2003), que publicou a “História de Itaúna”, em 40 fascículos semanais publicados no jornal Folha do Povo e que idealizou a publicação de três jornais produzidos pela própria Companhia Industrial Itaunense a partir de 1958 e disponíveis no acervo do Instituto Maria de Castro Nogueira, são eles: *Voz Operária*, *Avante* e *O Itaunense*.

De forma complementar, ao longo da pesquisa, foram lidos os jornais impressos e digitais de circulação local publicados na atualidade, visando acompanhar possíveis discussões recentes a respeito da Companhia Industrial Itaunense.

Também foram pesquisadas **fontes iconográficas**, muitas vezes presentes nos mesmos acervos nos quais foram pesquisadas as fontes escritas.

A iconografia é um tipo de fonte que se caracteriza pela possibilidade de ter sido produzida por agentes históricos que estiveram inseridos nos processos sociais que se constituem objeto de estudo, como as fontes escritas. Os principais tipos de iconografia são mapas, desenhos, pinturas e fotografias. “Desenhos e pinturas, além de documentar a data, o uso e a aparência física dos artefatos, dão, também, informações sobre a vida e a transformação culturais” (ORSER JR, 1992: 53).

As representações de situações cotidianas (domésticas ou laborais) podem fornecer informações importantes a respeito de sua dinâmica: organização do espaço, relações entre elementos, função de objetos, gestos, entre outros. Entretanto, é

¹¹ Itaúna em Décadas. Disponível em: <http://itaunaemdecadas.blogspot.com.br/>. Acesso em março de 2013.

¹² Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em 2013.

necessário considerar que, em função de critérios artísticos, os autores podem inserir elementos decorativos, alterar a organização dos elementos representados, etc.

Em relação aos problemas do uso das fontes iconográficas, é válido ainda mencionar o risco de representações errôneas em função da falta de conhecimento do autor em relação ao que está sendo representado. Em casos de representações relacionadas ao universo de trabalho, a falta de conhecimento técnico sobre os equipamentos, ferramentas e processos pode conduzir a erros. Diante disso, percebe-se que o uso da iconografia na Arqueologia, assim como no caso do uso de fontes escritas, requer certos cuidados.

Las representaciones de manufacturas, aunque sean fieles al original, solo raramente permiten distinguir las técnicas productivas con la misma precisión que se consigue con el estudio de los restos; obviamente, sin embargo, pueden mostrar partes de objetos que no se conservan de otro modo, asociaciones de materiales, o situaciones de uso con particular consideración por la gestualidad adoptada en el mismo. A veces, el autor puede no haber estado familiarizado con ciertas manufacturas y con el correcto modo de utilizarlas y esto puede haberle llevado a errores de representación o a soluciones gráficas poco inteligibles” (MANNONI e GIANNICHEDDA, 2000: 52).

No âmbito da pesquisa, foram utilizadas fotografias históricas das estruturas que compõem a fábrica e sua inserção no contexto urbano, do maquinário, de operários em atividade. Foram utilizadas ainda documentos cartográficos e a planta baixa da fábrica, gentilmente disponibilizada pelo engenheiro Sérgio de Castro, que possibilitaram a identificação de relações espaciais estabelecidas entre elementos considerados relevantes para a análise. As imagens contribuíram para entender do processo histórico de uso e ocupação do solo da área central de Itaúna, com destaque para a inserção da Companhia Industrial Itaunense na expansão urbana.

As **fontes orais** foram constituídas por entrevistas com pessoas que estiveram e estão relacionadas de formas diversas à Companhia Industrial Itaunense. O objetivo do uso desta técnica foi obter informações que não estariam acessíveis por meio da observação e da pesquisa em fontes escritas.

Para a preparação das entrevistas, foi realizado um planejamento e elaborado um roteiro, com questões consideradas relevantes para a pesquisa. Foi feito um estudo prévio sobre a temática para facilitar o diálogo proposto e a compreensão das respostas. Estas questões foram colocadas (ou não) aos entrevistados, em função da abertura em relação às mesmas que foi sendo percebida (ver Anexo 6.1). O roteiro foi sendo

continuamente readequado a partir da consideração das situações concretas com as quais me deparei durante a pesquisa.

A formulação das perguntas durante a entrevista buscou estimular a fala e suscitar a memória do entrevistado, esclarecer pontos que não ficaram claros, direcionar a entrevista para questões de interesse da pesquisa. Buscou-se a mínima intervenção, de forma a possibilitar ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema, que havia sido inicialmente introduzido. Foi dada especial atenção a questões levantadas espontaneamente pelos entrevistados, visando identificar aspectos que eram considerados relevantes ou não por eles mesmos.

O principal critério para seleção dos entrevistados foram indicações recebidas no contexto de estudo, fornecida por outras pessoas, associada à receptividade dos mesmos em relação à pesquisa. É interessante notar que a abertura para a pesquisa foi enorme e que diversas lembranças relacionadas ao cotidiano na Itaunense permanecem vívidas na memória dos entrevistados.

Foram registrados ainda relatos espontâneos de ex-funcionários que compartilharam memórias ao saber de meu interesse na Companhia Industrial Itaunense.

Exemplo disso ocorreu quando eu estava procurando um livro sobre a Itaunense na Biblioteca da Universidade de Itaúna. A faxineira ofereceu ajuda e, quando soube do que se tratava, começou a contar sua trajetória na fábrica. Depois a bibliotecária se juntou a nós, e, em seguida, mais duas funcionárias. Todas haviam trabalhado na Itaunense, tinham saudades e muitas histórias para contar. Em outro momento, eu estava com Patrícia Nogueira, representante da Massa Falida em Itaúna, vendo as estruturas da fábrica e uma moça nos abordou, dizendo que quando a fábrica voltasse, gostaria de ser chamada novamente. Estes dois casos são exemplos de manifestações espontâneas relacionadas à fábrica. Foram vários encontros não planejados ocorridos em situações diversas que propiciaram diálogos frutíferos sobre o passado e o presente da fábrica.

As conversas, planejadas ou não, se iniciaram com uma apresentação sucinta da presente pesquisa. Então, seguia-se a pergunta: “Como foi a sua trajetória, sua experiência na Companhia Industrial Itaunense?”. A ideia subjacente à questão era direcionar a pessoa a falar sobre suas vivências pessoais e, a partir disso, chegar a aspectos considerados importantes pelos próprios entrevistados. O foco na memória, ou melhor, nos recortes pessoais das experiências passadas, pressupunha a intervenção mínima ao longo da conversa, privilegiando a espontaneidade dos interlocutores.

A escolha do conceito de Paisagem da forma como aqui adotado, coloca as narrativas, com toda a sua diversidade, em primeiro plano no processo de construção do texto, ainda que tal perspectiva apresente desafios em função dos silêncios, saltos e estrutura não-linear que, de forma geral, caracterizam a linguagem oral. É por meio da análise das narrativas orais dos sujeitos que estiveram de alguma forma vinculados à Itaunense que foram investigados os simbolismos atribuídos aos elementos que compõem a paisagem industrial considerada.

Como o conceito de paisagem pode ser aplicado a diferentes escalas, a delimitação do sítio para a pesquisa e a definição dos elementos/aspectos privilegiados se pautaram principalmente nas narrativas dos próprios sujeitos sobre o lugar, formadas a partir de experiências e vivências do passado e do presente.

Foram consideradas duas escalas. A escala mais geral, de menor nível de detalhe contemplou o município de Itaúna como um todo, enquanto a escala de maior detalhe correspondeu ao universo da Unidade I da Itaunense. Diante deste recorte proposto para a pesquisa, não foram trabalhadas as demais edificações e propriedades pertencentes à Itaunense, que, embora localizadas na área central do município, não integram a Unidade I e seu processo produtivo.

Entre os pontos discutidos nas entrevistas com ex-operários e ex-gerentes, estavam: cotidiano no contexto fabril; história de vida; trajetória profissional; atividades realizadas e processo produtivo; relações de parentesco (afinidade e consanguinidade) com outros profissionais; relações entre a Companhia e outras esferas da vida social (política, economia, festividades, religiosidade); relações estabelecidas entre funcionários de mesmo nível hierárquico e de níveis diferentes; lembranças relacionadas aos jornais e programa de rádio da Companhia; processo de crise e falência da Companhia; sentimentos relacionados à visão que se tem das estruturas edificadas da fábrica atualmente, entre outros. Estas entrevistas foram fundamentais para visão de várias perspectivas sobre o contexto fabril e para análise crítica das fontes documentais e bibliográficas.

As entrevistas que foram previamente agendadas foram gravadas em áudio mediante consentimento do entrevistado. Os diálogos que foram realizados de forma espontânea, sem contato prévio, foram registrados de forma textual, em caderno de campo – que esteve sempre presente em minhas idas à Itaúna a partir do segundo semestre de 2012. Assim, foi possível o registro de ideias e impressões que tive ao longo do desenvolvimento da pesquisa, bem como de narrativas inesperadas.

Buscou-se estabelecer um diálogo com pessoas cuja história de vida foi marcada pela Companhia Industrial Itaunense. Dessa forma, foi assumido o compromisso de retornar os resultados da presente pesquisa em meio digital para aqueles que foram entrevistados e em versão impressa para o Instituto Maria de Castro Nogueira, onde a população e interessados poderão ter acesso ao material produzido.

Uma ressalva a respeito das fontes orais deve ser mencionada. Ainda que parte das entrevistas não tenha sido utilizada na íntegra no presente trabalho, todas contribuíram fortemente para a constituição de nossas ideias a respeito da Companhia Industrial Itaunense e integram o conjunto do material que será analisado, em profundidade, em outro momento, futuramente.

Visando complementar as informações obtidas por meio de pesquisa nas fontes supramencionadas, foram realizados trabalhos de campo nas estruturas da Unidade I que consistiram no registro fotográfico e descrição das edificações, bem como coleta de coordenadas geográficas para elaboração dos mapas que serão apresentados ao longo do texto.

O desenvolvimento da pesquisa contemplou a busca pela espacialização de informações relacionadas à localização de diversos elementos, que, em conjunto, integram a paisagem industrial em estudo por meio de recursos de **geoprocessamento**. Para tanto, foram coletadas coordenadas geográficas dos principais elementos que compõe a paisagem em questão com a utilização de equipamento de Sistema de Posicionamento Global ou *Global Positioning System* – GPS¹³. Os dados de campo foram contrastados com outras fontes de pesquisa, como Carta Topográfica de Itaúna (Folha SF-23-X-A-I-2) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1976), e Imagens de Satélite¹⁴, visando fornecer mais subsídios para a análise.

As informações espaciais foram processadas com a utilização do programa *Arc Gis* (versão 10.0), produzido pela *ESRI*. Este programa apresenta excelente interface com usuário, assim como grande quantidade de recursos de análise espacial e recursos gráficos, mostrando-se adequado para atender às necessidades da presente pesquisa.

Assim, foram pesquisadas informações provenientes de fontes diversas, buscando a articulação de múltiplas evidências visando constituir um cenário mais consistente da trajetória histórica da Companhia Industrial Itaunense. Essa perspectiva foi largamente inspirada no “paradigma indiciário”. Esse método, adaptado para a

¹³ Equipamento da marca Garmin, modelo GPSMAP 76CSx.

¹⁴ *Landsat e DigitalGlobe*, 2014., disponibilizadas pelo *Google Earth* TM.

historiografia por Carlo Ginzburg (1986), tem origens no século XIX, através, principalmente, da atuação do crítico de arte Giovanni Morelli (1816-1891). Ele, visando verificar a autenticidade de obras de arte, observava minúcias pouco visadas nos quadros, como formato de orelhas e dedos, a verdadeira assinatura do artista. Afinal, esses detalhes pouco nobres escapariam ao falsificador, preocupado com outras características. Desses pequenos aspectos virariam indícios para se pensar a condição dessas obras de arte.

Ginzburg refere-se ainda a outros casos de utilização desse paradigma indiciário, caso das investigações de Sherlock Homes, personagem do escritor Sir Arthur Conan Doyle, e na psicanálise de Sigmund Freud. Em todos os casos, são dos indícios que se encontram informações que esclarecem um cenário mais amplo.

Buscando identificar e analisar evidências na perspectiva do paradigma indiciário, a **observação da paisagem** em uma perspectiva interdisciplinar se mostrou fundamental. Partindo das fontes citadas, em diversos momentos da pesquisa, foi feita a observação da paisagem urbana – e industrial – a partir de um ponto de visada privilegiado: o Morro do Bonfim.



Figura 01: Morro do Bonfim. Foto: Rogério Santos Pereira, março de 2008.

O Morro do Bonfim é uma área elevada, localizada nas proximidades da sede urbana. Lá é encontrada a antiga Capela de Nosso Senhor do Bonfim, juntamente com muros de pedras. A Capela foi construída pelo fazendeiro tenente José Ribeiro de Azambuja, em suas terras, no antigo morro da Santa Cruz em 1853. Era local de

peregrinação anual da população do arraial, e depois da cidade, no dia da Santa Cruz, dia três de maio.



Figura 02: Igreja de Nosso Senhor do Bonfim no ano de 1931. Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna.



Figura 03: Capela de Nosso Senhor do Bonfim. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, Agosto de 2012.

A estrada que conduz até o topo da serra não é pavimentada, bastante sinuosa e seu trajeto perpassa uma área com vegetação arbustiva e arbórea.

Tal ponto foi escolhido para observação de Itaúna, ao longo do tempo, por permitir a visão do ambiente urbano de forma panorâmica. Foram identificadas fotografias históricas tiradas a partir deste local. Foi realizado ainda trabalho de campo e registro fotográfico a partir deste ponto, possibilitando a comparação da paisagem em diferentes momentos. Ressalta-se que o Morro do Bonfim é reconhecido como Patrimônio Cultural municipal pela Prefeitura de Itaúna.

Foi feita a comparação entre as fotografias atuais e históricas, bem como informações orais. Buscou-se incorporar a percepção da população local em relação ao passado e ao presente. De forma complementar, foi feita a elaboração de mapa sobre imagem de satélite no qual foram representados os elementos que mais se destacam na paisagem, localizados a partir das fontes pesquisadas, com vistas a fornecer subsídios para análise das relações espaciais entre eles e as transformações destas ao longo do tempo.

A utilização destes diferentes tipos de fonte torna-se particularmente interessante quando se pretende alcançar uma perspectiva totalizante do passado, considerando sua complexidade em diferentes escalas na medida em que possibilita o acesso ao maior conjunto de informações possível. Ressaltamos que o uso das fontes deve ser crítico, uma vez que é preciso que o pesquisador esteja ciente e se posicione diante das

limitações, lacunas e potencialidades que cada tipo de fonte (escrita, iconográfica ou arqueológica) apresenta em função de sua própria natureza.

Não está sendo proposta aqui a transposição direta de informações provenientes de fontes iconográficas, orais ou escritas ao contexto pesquisado. É necessária uma reflexão crítica da pertinência desse uso, assim como a consideração de outros elementos em conjunto, para se traçar um quadro consistente a respeito do objeto de estudo. Tal posicionamento se fundamenta na discussão contemporânea segundo a qual em vez de os estudos da cultura material deverem corroborar pesquisas históricas fundamentadas em fontes documentais deve-se buscar a complementaridade entre as diversos tipos de fontes, de forma a “esclarecer melhor tanto o significado sociológico das evidências materiais quanto os mecanismos ideológicos ocultos nas informações escritas” (FUNARI, 1988: 33).

A articulação de múltiplas fontes possibilitou o acesso a informações que se mostraram pertinentes para a compreensão do processo de formação e transformação da paisagem itunense ao longo do século XX, conforme será apresentado a seguir.

CAPÍTULO II – O PIONEIRISMO DO SETOR TÊXTIL NO PROCESSO DE INDUSTRIIZAÇÃO

2.1 O surgimento da indústria têxtil em Minas Gerais

No território que atualmente corresponde a Minas Gerais, antes do início da colonização, a técnica da tecelagem era conhecida por indígenas, particularmente das etnias Maxacalis e Macunis (SAINT-HILAIRE, 2000). O algodão era cultivado, fiado e tecido para fabricar redes, algumas peças que usavam no corpo e também na elaboração de tochas (PEZZOLO, 2007). Com o início da ocupação histórica, em fins do século XVII, a tecelagem passou a ser realizada também pelos colonizadores. A produção possuía grande dispersão geográfica e social.

Havia disponibilidade de matéria-prima, uma vez que o algodão era cultivado em Minas Gerais. Após colhido, o algodão era descaroçado e cardado, isto é, as fibras eram escovadas, desembaraçadas e as impurezas (como galhos, cascas, entre outros) eram retiradas. A produção têxtil era realizada rotineiramente nas unidades domésticas de forma artesanal, com o uso de dois equipamentos principais, geralmente produzidos com madeira: a roca de fiar para a produção de fios e o tear manual para a tecelagem.



Figura 04: Plantação de Algodão. Fonte: Pezzolo, 2007: 42.



Figura 05: Tear manual de madeira, da área rural de Itaúna. Fonte: Companhia Industrial Itaunense. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, setembro de 2013.

O tecido podia ser usado sem algum tipo de tratamento (cru) ou ser tingido, o que normalmente era feito com o uso de cascas e raízes. A mão-de-obra era familiar, sendo constituída predominantemente por mulheres e crianças. A atividade era orientada principalmente para o autoconsumo, com a produção de colchas e peças de vestuário diversas. O excedente dos produtos acabados – tecidos – era comercializado no mercado local e regional, de forma a atender às necessidades imediatas da população.

A atividade foi se difundindo e na segunda metade do século XVIII a comercialização dos tecidos dentro da capitania era crescente. Porém, visando evitar a concorrência com os produtos importados, em 1785 ocorreu a proibição dos teares e da fabricação de tecidos na Capitania de Minas Gerais. Só era permitida a fabricação de panos rústicos para a confecção de roupas a serem usadas pelos escravos. Sobre o Alvará Régio que determinou a proibição da produção de tecidos, Lima Jr. explicita que:

a execução das providências determinadas por êsse Alvará foi pretexto para as mais inomináveis violências por parte dos delegados do govêrno da Capitania e dos seus prepostos nas localidades, acirrando os espíritos contra aquêles que levavam a miséria e aumentavam as dificuldades dos moradores (LIMA JR., 1968: 29).

Entretanto, a proibição e as medidas repressivas a ela associadas, não foram capazes de suprimir a produção têxtil, que continuou sendo praticada de forma clandestina. A produção têxtil não acabou em função da tradição.

Em 1809, após a vinda da Família Real para o Brasil, houve a liberação da existência de fábricas têxteis, medida associada ao interesse em fortalecer a economia da antiga Colônia, que se tornou parte do Reino. A partir daí foram retomadas as tentativas de se reorganizarem a produção de tecidos com a implantação de fábricas.

No século XIX, o contexto era favorável à implantação da produção fabril. O desenvolvimento da mineração, ocorrido no século anterior, havia fomentado o processo de urbanização, criando as bases para que outros setores da economia pudessem se desenvolver posteriormente.

Neste sentido, a sociedade se organizou de forma a possibilitar o sustento de uma parcela da população não-agrícola, isto é, envolvida em processos produtivos não associados à produção de alimentos, isto é, a mineração e, posteriormente, o nascente setor industrial. No setor agrícola, verificava-se o aumento da produção e da

produtividade a ponto de conseguir o excedente necessário para prover alimentos para a população do meio urbano em rápido e contínuo crescimento¹⁵.

A vocação têxtil mineira ressurgiu nos últimos 20 anos do período monárquico (1860), com a instalação de fábricas, que utilizou quase exclusivamente o trabalho livre e contribuiu para o processo de proletarização, isto é, para a transição do trabalho escravo ao trabalho livre, que “se revela, na sua seletividade, lento e parcial, mas mais do que suficiente para as necessidades do setor têxtil fabril” (LIBBY, 1988: 247).

É importante ressaltar que, paralelamente às tentativas de implantação das primeiras fábricas de tecido em Minas Gerais, a produção artesanal permanecia presente. O viajante europeu Auguste de Saint-Hilaire (2000) em suas passagens por Minas Gerais no século XIX registrou o cultivo do algodão e a produção têxtil em diversos pontos do território. Seus relatos evidenciam que, de forma geral, naquele momento a produção mantinha as características tradicionais da produção artesanal. Eram produzidos cobertores, redes, tecidos grossos, toalhas, guardanapos.

A industrialização não suplantou a produção artesanal, que permanece sendo praticada na atualidade, como pode ser observado no município de Itaguara, em território que anteriormente era denominado Conquista (distrito da Vila de Itaúna)¹⁶, onde são produzidas peças de vestuário e colchas em teares.



Figura 06: Roda de Fiar. Fonte: Museu Sagarana, Itaguara, Minas Gerais. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=511241518968940&set=a.368983099861450.86646.142970512462711&type=1&theater>. Acesso em dezembro de 2013.

¹⁵ Durante o século XVIII, o processo de ajuste entre a produção e a demanda de alimentos se deu de forma turbulenta, com ocorrência de crises de abastecimento e de fome em Minas Gerais.

¹⁶ Somente em 1923, o distrito de Conquista passou a se chamar Itaguara, que desmembrou-se de Itaúna em 1943, quando se elevou à categoria de município (BARBOSA, 1995).

Assim, na primeira metade do século XIX, foram retomadas as tentativas de implantação de pequenas fábricas têxteis. Entre os empreendimentos pioneiros, merece destaque a Companhia Industrial Mineira, que se instalou na comarca de Sabará em meados do século XIX (LIBBY, 1988). Dispunha de três máquinas para preparo do algodão, vinte e oito fusos para fio grosso e seis teares para colchas de algodão.

A primeira fábrica equipada com máquinas mais modernas foi construída em 1848, pelos ingleses Pigot e Cumberland, em Conceição do Serro, a denominada Cana do Reino. A fábrica durou cerca de três décadas, decaindo em função de fatores como a falta de mão de obra qualificada do ponto de vista técnico e com características pessoais e morais adequadas ao trabalho no contexto fabril.

Deve-se destacar que um evento internacional ajudou no desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil: a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, que naquele momento era um dos maiores produtores de tecidos de algodão no mundo. A partir de então era vantajoso e lucrativo produzir em grande quantidade, uma vez que a produção estadunidense decaiu, diminuindo a concorrência com tecidos estrangeiros. Neste contexto (segunda metade do século XIX) a modernidade industrial se estabelecia no Brasil.

No final do século XIX, a indústria têxtil mineira caminhou para sua consolidação. Em 1870 a produção fabril já era efetiva na província de Minas Gerais, ainda que em pequenas dimensões (LIBBY, 1988). Segundo Magalhães,

o primeiro movimento bem-sucedido foi o dos irmãos Bernardo, Antônio Cândido e Caetano Mascarenhas, que em 1872 colocaram em funcionamento a Fábrica do Cedro, instalada na Fazenda da Ponte, em Taboleiro Grande, município de Sete Lagoas” (MAGALHÃES, 2008: 120).

Outro exemplo foi a Companhia União Itabirana, conhecida como Fábrica de Tecidos da Gabiroba, que se estabeleceu em 1876 na zona rural de Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais. Em 1885, Minas Gerais já contava com 13 fábricas de tecidos (MAGALHÃES, 2008). No final do século, este número já chegava a quase trinta.

Estas fábricas enfrentaram inúmeras dificuldades durante sua implantação ao longo do século XIX, entre elas a escassez de capital, a dificuldade de acesso a equipamentos, a precariedade da mão-de-obra, os problemas de circulação e transporte

tanto para aquisição de matéria-prima quanto para comercialização dos produtos acabados.

Para solucionar estes problemas, por um lado as fábricas tiveram que desenvolver estratégias para transformar o trabalhador comum (artesão, trabalhador rural, libertos, entre outros) em operário industrial, disciplinado, assíduo e eficiente (GIROLETTI, 1991), como também atuar em prol da instalação da infraestrutura urbana necessária ao desenvolvimento da própria indústria, como construção de estradas, abastecimento de água, comércio, geração e distribuição de energia elétrica, instituições bancárias, entre outros. Para tanto, os industriais desempenharam um papel central do ponto de vista ideológico, ao promoverem a transformação da visão de mundo, dos valores e do modo de vida das sociedades.

Veremos a seguir como se deu o surgimento e o desenvolvimento da indústria têxtil em um contexto específico, o município de Itaúna, Minas Gerais.

2.2 A formação da comunidade de Santana do São João Acima e a constituição de sua primeira fábrica, a Companhia de Tecidos Santanense

O município de Itaúna localiza-se na microrregião de Divinópolis, no Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais. Os municípios limítrofes são: Pará de Minas, a Norte; Mateus Leme, a Leste; Itatiaiuçu e Carmo do Cajuru, a Sul; e Igaratinga a Oeste. Dista cerca de 75 km da capital mineira, Belo Horizonte. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, a população de Itaúna era de 85.463 habitantes, o território abrange uma área de 495,769 Km² e a densidade demográfica é de 172 habitantes/Km². Sua trajetória histórica se mescla à história econômica de Minas Gerais e do Brasil.

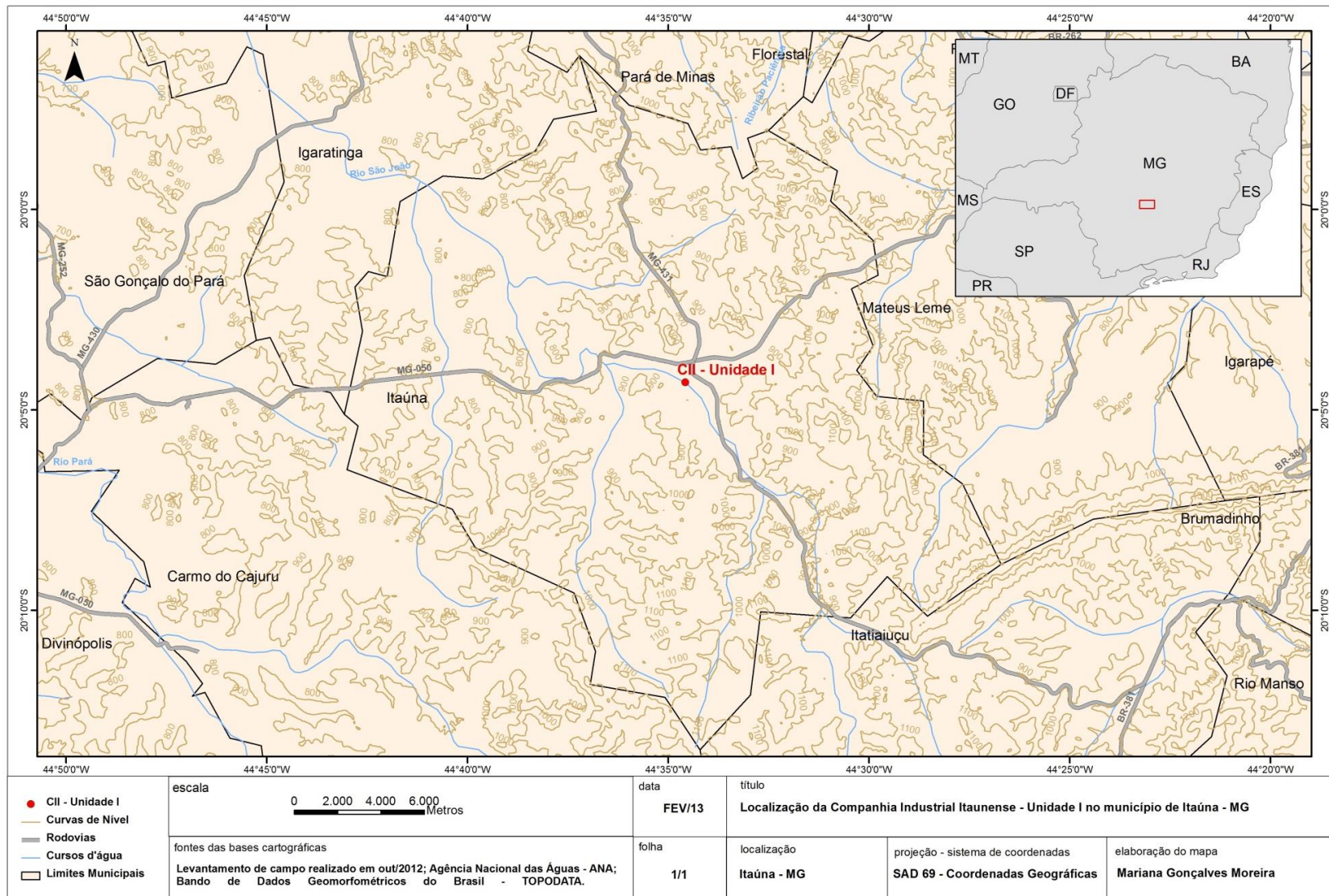


Figura 07: Mapa com a Localização da Companhia Industrial Itaunense (Unidade I) no município de Itaúna, com indicação de municípios limítrofes.

Nas primeiras décadas da colonização portuguesa do Brasil, o povoamento se concentrou na região litorânea. Somente a partir da segunda metade do século XVI é que se iniciaram as expedições aventureiras pelo interior do país, que buscavam principalmente de riquezas minerais: metais e pedras preciosas.

Com o passar do tempo, as dificuldades de se transpor as grandes montanhas recobertas por densas florestas da Serra do Mar e da Mantiqueira foram superadas. Em fins do século XVII, as descobertas de jazidas de ouro (e posteriormente de diamantes) no sertão expandiram as fronteiras da Colônia Portuguesa, gerando o rápido deslocamento de um grande contingente populacional que se estabeleceu na região que atualmente corresponde ao território de Minas Gerais.

Na região que atualmente corresponde ao Centro-Oeste de Minas Gerais, em território anteriormente ocupado por povos indígenas principalmente da etnia Cataguases, paulistas descobriram ouro em abundância junto ao Rio São João, afluente do Rio Pará, originando a vila de Pitangui em 1715. As descobertas atraíram outros aventureiros (paulistas e reinóis) e a busca se expandiu por toda a extensão do curso d'água e seus afluentes.

A ocupação de Pitangui teve uma particularidade. Influenciados pelos então recentes acontecimentos da Guerra dos Emboabas, os paulistas que descobriram o ouro junto às margens do rio São João decidiram impedir a entrada de reinóis¹⁷ no povoado de Pitangui (BARBOSA, 1995: 256). Diante disso, é possível inferir que a ocupação de áreas adjacentes a Pitangui por reinóis estivesse relacionada a tal fato: atraídos pelas possibilidades de enriquecimento rápido diante das descobertas de ouro abundante às margens do rio São João. Migrantes de origem portuguesa se deslocaram para a área em questão, e impossibilitados de se permanecerem em Pitangui (local das grandes descobertas), talvez tenham buscado se estabelecer nas proximidades. É o que parece ter ocorrido na região que atualmente corresponde à Itaúna.

¹⁷ Pessoas nascidas no Reino (Portugal).

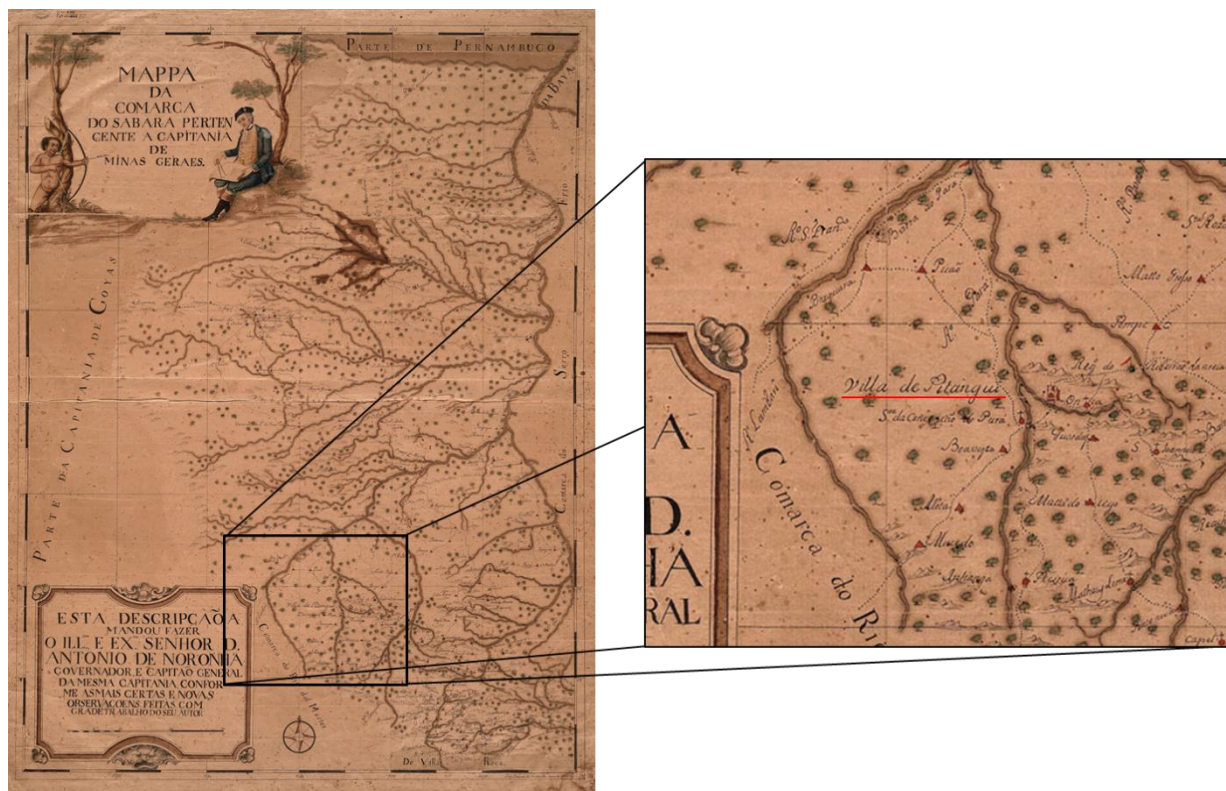


Figura 08: Indicação da Vila de Pitangui na Comarca de Sabará. Adaptado de ROCHA, José Joaquim. **Mapa da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes, 1777.** Fonte: Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Otoni. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530293.jpg. Acesso em março de agosto de 2014.

Apesar de terem sido encontrados indícios de várias expedições percorrendo a região do Rio São João em busca de ouro, não foram encontradas evidências de descobertas expressivas no território que hoje compreende Itaúna. Sobre a (pouca) riqueza mineral do local, merece destaque a menção feita por Ignácio Francisco Ferreira¹⁸ em sua obra *Opulência em Minas Gerais*, escrita da segunda metade do século XIX, de que em Santana do Rio São João Acima, cerca de duas léguas ao sul do arraial, perto de Cajuru, existia uma rica mina de ferro magnético, não havendo referências à presença de ouro (FERREIRA, 1924: 27).

Há indicativos de que o primeiro nome dado a Itaúna foi Paragem do Rio São João. No local, uma vez que não houve descobertas de ouro relevantes, a ocupação teve início em função da grande circulação de pessoas e do estabelecimento de locais de pouso de tropas, uma vez que ali havia um cruzamento de caminhos que se deslocavam entre o Rio de Janeiro e o Sertão, isto é, entre o litoral e o interior (não só de Minas

¹⁸ Francisco Ignacio Ferreira 1832-1891 foi bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ex-Magistrado, ex-Membro da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro e Chefe de Secção da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas.

Gerais como também de Goiás), transportando sal, gado, aviamentos de costura, tecidos, entre outros.



Figura 09: Tropeiros na região de Itaúna. s/d. Fonte: Tropas e Tropeiros. Fonte: <http://www.itaunaemdecadas.com/2013/12/tropeiros.html>. Acesso em janeiro de 2014.

Existem controvérsias quanto à identificação dos pioneiros na ocupação de Itaúna. A documentação disponível relata a concessão de Datas relativas ao território de Itaúna ao minerador e comerciante Manoel Pinto de Madureira em 1765: época em que funda o Arraial de Santana do São João Acima. Entretanto, alguns pesquisadores defendem a ideia de que aquela área já possuía proprietários, sendo um deles Gabriel da Silva Pereira - pai de Francisca da Silva Pereira, futura esposa de Manoel Pinto de Madureira. Acredita-se que este português recebera como dote as terras em torno do Morro do Rosário, onde seu sogro já havia construído um oratório. Segundo tais estudiosos, em 1750 a Paragem do Rio São João já era habitada por cerca de 100 moradores, dentre os quais portugueses, seus descendentes e escravos. Em dezembro de 1750, Manoel Pinto de Madureira iniciou a construção da Capela de Santana após requerimento ao Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz.

Entretanto, foi exigido que a obra se realizasse no mesmo lugar onde se encontrava o oratório erguido por Gabriel da Silva Pereira. Somente em 1765 a capela ficou pronta, tendo como padroeira a Senhora de Santana. Concluída a obra, Manoel, por escritura, doou a edificação à Igreja de Cristo, fazendo com que deixasse de ser uma propriedade privada e se tornasse um bem da comunidade. A partir de então, a comunidade foi se formando nas encostas do Morro do Rosário, ao redor da Capela de Santana, tornando-se conhecida como Povoação Nova de Santana do São João Acima.

O povoado se desenvolveu em direção à planície mais baixa da região, nos arredores da Capela de Santana. A proximidade com o rio São João gerava a disponibilidade de água, tornando o lugar propício ao desenvolvimento da comunidade. Dessa forma, gradativamente, construíram-se os contornos do povoado por meio da realização de atividades agrícolas, pastoris e da então decadente mineração. Atividades de transformação também eram desenvolvidas, a exemplo da produção de farinha e de aguardente. Outra atividade que merece destaque é a produção têxtil.

Nas primeiras décadas do século XIX, a lavoura e a pecuária já haviam superado a produção mineradora que, desde o início da ocupação da região, sempre se mostrara modesta. Houve crescimento populacional de Santana de São João Acima.

O arraial foi elevado a distrito denominado pela Lei Provincial nº 209, de 07 de abril de 1841. Possuía, então, 96 fogos e 480 habitantes (BARBOSA, 1995: 165-6).

Na segunda metade do século XIX, as entregas de correio chegavam de Bonfim a Itaúna duas vezes por semana, a cavalo (DORNAS FILHO, 1936: 73). Há indícios de que naquele momento as primeiras choupanas foram substituídas por casas de pau-a-pique ou por casarões edificadas utilizando peças de aroeira. Edificações remanescentes desta época podiam ser encontradas na área central da cidade até a década de 1970, quando foram demolidas.



Figura 10: Casarão estilo colonial em Itaúna. Fonte: Notícias de Itaúna. Disponível em: <http://www.noticiasdeitauna.com.br/wp-content/uploads/2010/09/Itauna-024.jpg>. Acesso em maio de 2014.

Em 1877, foi criada no dia 17 de fevereiro, uma agência do correio. Com os melhoramentos na área da comunicação, os moradores de Santana de São João Acima julgaram que o arraial possuía condições de ser elevado à vila e fez-se o primeiro movimento para a criação da vila de Itaúna, recusado pela Assembleia Provincial.

O município tinha como uma das suas principais fontes de riqueza, a pecuária (de leite e de corte), abastecendo a capital e exportando para o Rio de Janeiro. Além disso, produzia café, algodão, fumo, feijão, arroz. O comércio era representado por um número crescente de estabelecimentos. É nesse período de transição entre o século XIX para o XX que a cidade apresentou seu primeiro surto de desenvolvimento econômico, social e urbano.

Naquele momento, a cidade abrigava sua primeira firma: “Moreira & Filhos”, fundada por Manoel José de Souza Moreira, marido de Anna Joaquina de Jesus, loja que vendia produtos diversos e cuja contribuição fora decisiva para transformar o modesto arraial em referência comercial da região Oeste de Minas Gerais. Além disso, a firma foi uma empreitada fundamental para a formação da experiência comercial e o capital necessários aos pioneiros do processo de industrialização de Itaúna, como veremos a seguir.

A industrialização não se deu de forma homogênea nos diversos setores da economia. A indústria das construções, por exemplo, por muito tempo foi antiquada, isto é, . Em oposição, a indústria têxtil algodoeira foi a primeira a se revolucionar.

Marcando o início da industrialização do município, em 23 de outubro de 1891 foi fundada a **Companhia de Tecidos Santanense** pelo o Sr. Manoel José de Sousa Moreira, juntamente com seus dois filhos Dr. Augusto Gonçalves de Souza Moreira e Manoel Gonçalves de Souza Moreira, e um genro, Antônio Pereira Mattos. Naquele momento, cinquenta e oito pessoas se tornaram acionistas da fábrica, entre os principais estavam: José Gonçalves de Sousa Moreira, Francisco Gonçalves de Souza, Antônio Pereira Mattos, Orozimbo Gonçalves de Sousa, Francisco Baeta Coelho, Vigário Antônio Maximiano de Campos, Francisco Manoel Franco, Dr. José Gonçalves de Sousa, Major Francisco Bahia da Rocha, José D’Almeida Octaviano, Thomaz Antônio de Andrade, João Gonçalves de Sousa Moreira, Rogério Cândido de Andrade (NOGUEIRA, 2003).

O local escolhido foi a Fazenda Cachoeira, onde o casal Manoel Gonçalves Cançado, nascido em Bonfim, e Tereza Maria da Conceição, nascida em Pitangui se estabeleceram após o casamento. Tiveram cinco filhos, entre eles Manoel José de Souza Moreira, mencionado anteriormente.

A Fazenda Cachoeira, posteriormente denominada Santanense, dista do núcleo urbano cerca de três quilômetros. Localiza-se próximo às margens do Rio São João. A localização era favorável à implantação da fábrica, uma vez que possuía topografia

regular, espaço para crescimento da fábrica e permitia que águas do rio fossem aproveitadas como força motriz.

A água do rio era transportada por meio de um bicamente de madeira até uma roda d'água que transmitia a energia através de polias e correias de couro. Posteriormente, foi instalada uma turbina que transformava a força hidráulica em mecânica, para movimentar as máquinas. O maquinário foi importado de Nova Iorque e de Manchester tendo sido transportados inicialmente por navios até os portos brasileiros e, em seguida, por tropas ou carros de boi até o interior mineiro. (DORNAS FILHO, 1951: 145).



Figura 11: Tear mecânico de origem inglesa, que pertenceu à Companhia de Tecidos Santanense. Século XIX. Fonte: Acervo do Museu Francisco Manoel Franco. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Outubro de 2012.

Parte das edificações que compunham a fazenda foram adaptadas para abrigar a fábrica. A sede da fazenda foi transformada em escritório da empresa. Algumas destas adaptações foram descritas por Iracema Sousa (1981), que escreveu um livro com recordações de sua vida, da terra e da população de Itaúna.

Iracema possuía apenas o curso primário, mas descreveu com grande propriedade e lucidez o processo de transformação social pelo qual passou Itaúna ao longo do século XX. Seu testemunho evidencia características do momento no qual se efetivou os processos de industrialização e urbanização de Itaúna. Em seus relatos, é possível ainda conhecer as reminiscências do passado escravocrata e rural, que, naquele

momento, ainda era recente. Segundo ela, a senzala da fazenda sofreu intervenções para se tornar a moradia das famílias dos primeiros operários e, à medida que novas habitações foram sendo construídas para as famílias dos operários, foi sendo demolida a senzala:

A fazenda da Cachoeira, onde foi construída a fábrica de Tecidos Santanense, era de propriedade de Coronel Manoel José Gonçalves de Souza Moreira, pai do então gerente, Mardoqueu Gonçalves de Souza.

As casas da Rua de Baixo, onde abrigavam os primeiros operários, eram a senzala da fazenda, dividida para as famílias: apenas três ou quatro cômodos. Como a divisão era de uns três metros de altura, os percevejos, pulgas e por fim a tuberculose, achavam facilidades para se comunicarem em todas as casas.

Houve uma ocasião em que muita gente tinha medo até de passear, em visita aos amigos, temendo assim o contágio. A casa do engenho onde se fabricavam rapaduras e cachaça para abastecer a vila, até bem pouco ainda existia na entrada do bairro. Com o correr do tempo a senzala fora demolida. Construíam-se uma casa nova para uma família, destruía-se em seguida uma parte da antiga morada. E assim, gradativamente, uma por uma, até alcançar a completa higienização da indústria. (SOUSA, 1981: 17-8).

Essas primeiras moradias dos trabalhadores certamente eram insalubres da mesma forma que as habitações coletivas do Rio de Janeiro descritas por Stanchi (2008), que eram caracterizadas pela má distribuição dos espaços internos, falta de iluminação, ventilação reduzida, insuficiência sanitária – fatores que contribuíam para a disseminação de doenças infectocontagiosas.

Tornou-se necessário adotar medidas sanitárias dentro de cada domicílio, como manter a limpeza de quintais, o asseio com o próprio corpo e com a residência, a destinação adequada do lixo e dos dejetos. Essas providências, associadas à construção de moradias mais adequadas, visavam aumentar a salubridade do ambiente.

Os industriais influenciavam a relação dos operários e seus familiares com suas residências, criando uma concepção de morar distinta da encontrada normalmente no meio rural. Antigos hábitos não podiam ser transportados para um ambiente onde a ocupação do espaço se dava de forma distinta, caracterizada pelo adensamento populacional e pela reduzida distância entre as moradias.

Para a Santanense, a substituição da senzala por novas edificações caracterizou o processo de formação de uma vila operária. Providenciar assentamento e condições de subsistência para os trabalhadores era uma condição fundamental para o início do funcionamento não só da Santanense, como de outras indústrias implantadas no país:

Tanto para o início da industrialização brasileira quanto para o desenvolvimento de projetos mais recentes, a construção de vilas operárias ou acampamentos foi (e é) condição 'sine qua non' para que as empresas assegurassem a mão-de-obra necessária para o desempenho de suas atividades. Esta constatação é particularmente válida para as primeiras indústrias têxteis criadas nas últimas décadas do século XIX em Minas. Localizavam-se para aproveitar energia hidráulica em fazendas do interior, em vilas ou pequenas cidades cujo processo de urbanização era precário. Eram lugares pouco habitados que exigiam esforços adicionais dos empresários para que pudessem garantir o abastecimento fácil e abundante de trabalhadores (GIROLETTI, 1991: 154)

Além da construção de moradias para os operários, outras iniciativas foram adotadas, tanto para possibilitar a subsistência e manutenção dos trabalhadores e suas famílias quando para viabilizar o processo produtivo em si.

Nota-se que durante a implantação das fábricas no contexto da segunda metade do século XIX, era comum que os industriais adotassem um posicionamento que pode ser considerado paternalista em relação aos operários. Muitos destes industriais eram fazendeiros durante a fase tardia do período colonial, quando da vigência do sistema escravistas. Muitas das características das grandes propriedades latifundiárias se fizeram presentes nas primeiras fábricas, muitas das quais instaladas justamente em fazendas, como é o caso da Santanense. Entre as características remanescentes do momento histórico imediatamente anterior (escravista) estava a necessidade de que os proprietários das fábricas proovessem as condições materiais para a manutenção dos operários e suas famílias, a exemplo de vestimenta, moradia, alimentação, dentre outros.

Por se tratar de uma área rural (o terreno de uma fazenda), no início não havia a infraestrutura necessária à manutenção dos operários e da fábrica. Diante disso, na fazenda eram realizadas atividades diversas, para além da produção têxtil, como o processamento de alimentos, com destaque para a produção de cachaça e rapadura. Certamente eram realizadas ainda atividades de carpintaria, marcenaria, criação de animais (gado), dentre outras. É possível inferir que tenha se instalado um pequeno armazém na propriedade.

Foram adquiridos semoventes (animais) e carros de bois, foram comprados os primeiros mecanismos para a serraria, foi montada a olaria, abriram-se vias de comunicação e estradas de acesso para o arraial. Com estas iniciativas, estavam lançadas as bases para o processo de urbanização do local.

Por fim, era preciso providenciar a mão de obra. Naquele momento, os industriais enfrentavam a ausência de pessoas qualificadas do ponto de vista técnico para o trabalho. Havia ainda a falta de preparo para o trabalho remunerado no contexto

fabril, um dos resquícios do ainda recente passado escravocrata. Neste contexto pós-abolição da escravatura, havia uma visão negativa do trabalho, prática associada à figura do escravo, à falta de liberdade e à opressão representada pelo sistema servil – visão esta compartilhada por diferentes categorias sociais.

O recrutamento dos futuros operários possivelmente se deu nas áreas adjacentes à fazenda, tanto no meio rural quanto no incipiente meio urbano que se constituía na vila, ao redor da Matriz de Sant’Ana. A origem destes trabalhadores devia ser bastante diversa: trabalhadores rurais, artesãos, forros e libertos. Fazia-se necessário transformar a visão de mundo destas pessoas para adaptá-los ao novo contexto, isto é, ao processo de produção fabril.

Se os operários muitas vezes provinham do meio rural e eram inexperientes, fazia-se necessária a contratação de técnicos experientes e capacitados para coordenar e formar do ponto de vista profissional os operários. Naquele período, era comum os industriais recorrerem a técnicos estrangeiros, muitos deles portugueses, para preencherem esta demanda.

Visando minimizar as dificuldades com a mão-de-obra, foi contratado Cândido Eustáquio da Costa para a função de Mestre, que, dentro da fábrica, era o responsável direto pelo processo produtivo. Não foram encontrados muitos dados sobre ele, entretanto, podemos inferir que residia em Curvelo naquele momento, sendo muito provável que tenha trabalhado na fábrica Cachoeira, criada, anos antes, pelos irmãos Mascarenhas nas proximidades de Curvelo em 1872-3, onde poderia ter adquirido a qualificação técnica e a experiência necessárias ao desempenho da função de Mestre no setor têxtil. Tal inferência se fundamenta na citação de seu nome como uma das testemunhas da demissão do Sr. Marciano Augusto de Moura pelo Exm. Presidente da província do cargo de promotor público da comarca do Rio Paraopeba em Curvelo, no dia 8 de julho de 1878, conforme publicado no *Jornal A Actualidade*¹⁹. A partir disso, As atividades foram iniciadas em setembro de 1895, três anos após a fundação.

Em relatório dirigido aos acionistas e publicado no *Jornal Minas Geraes* informando o que de mais importante ocorreu até aquele momento na Companhia de Tecidos Santanense, quase dez anos após sua inauguração nas áreas: industrial, comercial e financeira. José Gonçalves de Souza Moreira, então diretor presidente da

¹⁹ *A Actualidade Órgão do Partido Liberal*. Ouro Preto, 25 de janeiro de 1879. Ano II, N. 10. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/230359/per230359_1879_00010.pdf. Acesso em fevereiro de 2014.

Fabrica da Cachoeira, em 27 de janeiro de 1900, informa a busca por firmar relações comerciais com “novas praças”.

No “Relatório que tem de ser apresentado à assembléia geral de accionistas em 27 de março de 1900”, integrante da matéria do Jornal Minas Geraes, elaborado pelo diretor tesoureiro, informando os acontecimentos do ano anterior (1899), é lembrado o falecimento em 22 de dezembro de 1896 de seu principal fundador. São apontadas por Manoel Gonçalves de Souza Moreira, então diretor tesoureiro e gerente, dificuldades e desafios da indústria têxtil:

A indústria fabril lucra no nosso meio com innumeras dificuldades, já por faltar-lhe o operar o adequado ao serviço, já por ter de procurar a materia prima em mercados longinuos com grandes distancias a percorrer e já finalmente para a venda de sua produção que as mais das vezes tem de procurar consumidores em diversas zonas, dahi a dificuldade em transporta-las²⁰

Entre os problemas identificados, contactou-se que a fiação era insuficiente para por em movimento os 66 teares que tinham naquele momento. Para tanto, foi colocada a necessidade de se adquirir mais um filatório, diante da posição adotada de não importar fio estrangeiro.

Algumas ações para o funcionamento da fábrica foram adotadas. Foram feitos reparos nos telhados do depósito de algodão e da fábrica. Além disso, o dr. Augusto Gonçalves de Sousa Moreira informou:

Fiz mais um encanamento de manilhas para as aguas que servem a tinturaria e latrina até o rio, tendo gasto com este serviço setenta metros de manilhas que mandei vir de Carmo da Matta, cujo encanamento julgo bom.²¹

São mencionadas as matérias primas necessárias à produção: algodão, óleos, correias e alguns acessórios mais. Estes materiais eram adquiridos no Rio de Janeiro, onde também eram feitos contratos para venda do produto acabado: o tecido. Contratos para venda também foram buscados nos municípios mineiros de Patos de Minas,

²⁰ Minas Geraes. Orgão Oficial dos Poderes do Estado. Anno IX. N. 77. p. 5-6. Domingo, 25 de março de 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=291536&pagfis=3369&pesq&url=http%3A%2F%2Fmemoria.bn.br%2Fdocreader>. Acesso em janeiro de 2014.

²¹ Minas Geraes. Orgão Oficial dos Poderes do Estado. Anno IX. N. 77. p. 5-6. Domingo, 25 de março de 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=291536&pagfis=3369&pesq&url=http%3A%2F%2Fmemoria.bn.br%2Fdocreader>. Acesso em janeiro de 2014.

Lavras, Araxá. O produto comercializado naquele momento era em sua quase totalidade tecidos brancos (“algodões brancos lisos e trançados”).

Ao longo dos primeiros anos, o funcionamento da fábrica Santanense se caracterizou por um período de ajustes. A prática foi mostrando falhas no processo produtivo e apontando necessidades de adequações com relação ao maquinário, à matéria-prima e à organização do trabalho, tanto em relação ao comando quanto à execução das tarefas produtivas pelo operariado.

No início do funcionamento da Santanense, a mão-de-obra era predominantemente feminina, com exceção dos sócios-proprietários e daqueles que ocupavam cargos de supervisão/gerência. As moradias se localizam nas proximidades da fábrica e as rotinas doméstica e laboral se intercalavam ao longo do dia. De forma análoga ao que ocorria com o trabalho rural, artesanal e artístico, como explicita Thompson: “o padrão de trabalho sempre alternava momento de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua atividade produtiva” (THOMPSON, 1998: 282). Esta forma de organização do trabalho não é compatível como o que se espera no contexto industrial, no qual os homens vendem sua força de trabalho e deixam de ter o controle sobre o ritmo de produção, que tem que se adequar ao ritmo das máquinas.

Sobre a organização do trabalho, Iracema Sousa traz informações da época em que trabalhou na Santanense no início do século XX:

Preciso falar também um pouco da Companhia de Tecidos Santanense. Não sei dizer muito de uma empresa de que muito se tem a contar.

Pelos idos de 1918 a 1919 trabalhei naquela companhia. O gerente era Mardoqueu Gonçalves de Souza.

Os tecidos não eram de boa qualidade; apenas riscados e panos brancos muito ralos.

Não sei se dava lucro. Talvez não. O ‘Docha’ de tão bom era até ruim. Os operários trabalhavam do modo que quisessem. As donas de casa iam lá fora para fazer o jantar, torrar café, amamentar crianças, depois voltavam ao trabalho na hora que bem entendessem. Augusto Chaves, chefe geral da tecelagem, ficava na portaria esperando que as moças entrassem depois do almoço e elas ficavam ‘na moleza’ e não tinham pressa de entrar. Augusto Chaves era um maquinista muito prático e competente, mas não sabia chamar a atenção. Ficava à espera, implorando: ‘entra gente, quem não encheu no comê pior no lambê’. Falava brincando.

(...) Depois, foram-se mudando os administradores começando a progredir vertiginosamente. (SOUSA, 1981: 90-1).

O relato evidencia um momento de introdução do trabalho assalariado, em substituição à mão-de-obra escrava, no qual ainda não se verifica a disciplina característica da produção industrial. Tanto a chefia quanto o operariado passavam por um período de adaptação. As características do bom operário – como pontualidade, eficiência, assiduidade – foram sendo adquirida pelos operários por meio da referida mudança da chefia. Esta mudança representou a adoção de práticas de comando mais eficazes e com maior rigor, que fomentassem o respeito e obediência aos superiores.

A relação com o espaço também foi sendo transformada. A fábrica passou a ser vista como local de trabalho enquanto a moradia tornou-se local de descanso e das atividades domésticas, diferentemente do que ocorria com artesãos e trabalhadores rurais onde os dois espaços se confundiam. Era preciso evitar a circulação aleatória durante a jornada de trabalho, a dispersão, a execução de tarefas distintas das que foram delegadas, o desperdício. Na fábrica, cada um tinha um local que deveria ocupar para a execução de determinadas tarefas – esta era a divisão espacial do trabalho, parte do processo produtivo. Essa separação espacial tinha que se refletir na forma de aproveitamento do tempo.

A jornada de trabalho era definida pela presença de luz solar. O tempo do trabalho e não trabalho tinha como um de seus critérios a presença de luz natural; não podiam ser usados lampiões na fábrica, pois o pó de algodão que permanece em suspensão no ar é extremamente inflamável.

Embora a dependência em relação à luz solar impusesse limites à produção, impossibilitando a realização de turnos noturnos, o crescimento da fábrica foi acelerado e em menos de quinze anos a capacidade produtiva havia aumentado significativamente, como relata em seu anuário datado de 1909, Nelson de Senna:

Esta importante associação anonyma mantém, a tres quilômetros desta villa, uma importante fabrica de fiação e tecidos de algodão, branco e de côres, com 100 teares (eram 86 teares até 1901 e em fins de 1903 foram assentados mais 14 vindos da Inglaterra).

A sua produção annual é de 1 milhão de metros e o seo capital é de 600 contos de réis.

É movida por uma turbina com força de 15 cavallos. É gerente o sr. Mardocheo Gonçalves de Sousa. (SENNA, 1909, v. I: 536)

Já eram produzidos tecidos de algodão alvejado e tinto. Tratavam-se de chitas e morins utilizados principalmente para confecção de vestuário para o crescente

contingente trabalhadores assalariados no contexto de desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista.

Como vimos, a comercialização dos produtos se dava principalmente no mercado local, que estava sendo ampliado pelo crescimento da quantidade de assalariados, consumidores em potencial. Entretanto, há referências a tropas carregadas de gêneros e tecidos de algodão da incipiente indústria local que saíam de Santana do São João Acima com destino ao porto de Estrela, no fundo da baía de Guanabara, Rio de Janeiro²². Com o passar do tempo, os produtos passaram a ser vendidos para outros locais, inclusive para o exterior.

A fábrica foi se desenvolvendo. Em 1928, o capital da Cia de Tecidos Santanense aumentou para Cr\$1.200.000,00 (DORNAS FILHO, 1951: 89).

A paisagem passou por grandes transformações: a Fazenda Cachoeira possuía as estruturas características de uma grande propriedade oitocentista do meio rural: casa-sede; senzala; casa de engenho, entre outros. Com a implantação da fábrica, teve início o processo de construção de um núcleo industrial e de substituição das antigas estruturas edificadas – a percepção da paisagem foi sendo transformada pelas ideias de progresso e de modernidade alavancadas pelo desenvolvimento econômico e industrial.

Desde o final do século XIX até meados do século XX, a presença da Santanense e das estruturas edificadas que integravam o universo fabril despertava a atenção e contrastava com as residências modestas e com as áreas desocupadas de seus arredores.

Estas áreas desocupadas se mostraram fundamentais. Representavam o espaço necessário ao crescimento da fábrica, que surgiu pequena e foi sendo ampliada, de forma que a produção foi se ajustando à demanda, sem incorrer no risco de superprodução ou de falta de mercado consumidor – grandes ameaças aos empreendimentos capitalistas.

Esta visão cautelosa marcou todo o processo de industrialização de Minas Gerais, tendo como consequência inclusive a resistência de alguns industriais a adotarem inovações tecnológicas que possibilitariam o aumento da produtividade (ESCHWEGE, 1979).

No modo de produção fabril, há a separação entre o homem e as condições materiais do trabalho. Como vimos, para ficar próximo ao local que oferece as

²² Itaúna em Décadas. *Tropeiros*. Disponível em: <http://www.itaunaemdecadas.com/2013/12/tropeiros.html>. Acesso em dezembro de 2013.

condições de trabalho (assalariado), torna-se necessário migrar para o centro industrial, onde foi formada a vila operária. O ritmo de crescimento se deu de forma acelerada. Foram implantados equipamentos urbanos, como vias de acesso, comércio, abastecimento de água, saneamento, entre outros.

Este processo de urbanização ocorrido junto à fábrica culminou no surgimento de um núcleo autossuficiente que viabilizava a manutenção da produção, dos operários e de seus familiares. Aos poucos, foi sendo implantada toda a infraestrutura urbana (comércio, Igreja, praça, entre outros) a Oeste da fábrica, direção oposta a da sede urbana, localizada a Leste, o que representava uma profunda mudança na forma de uso e ocupação do solo anteriormente encontrada neste espaço, envoltório, da planta fabril.

Paralelamente a este processo de desenvolvimento urbano, as relações entre operários e patrões foram sendo transformadas, isto é, foram se tornando progressivamente mais objetivas e restritas à esfera do trabalho. Com a crescente complexidade da vila, sua urbanização e crescimento, o controle da Santanense foi ficando restrito à planta fabril.

A vila operária foi incorporada ao nascente bairro Santanense, que se desenvolveu com certa autonomia em relação à área urbana do município. A partir deste momento, as atribuições de regulamentar o convívio social com vistas a assegurar o sossego público e a ordem, antes prerrogativas da Santanense, foram transferidas à esfera pública, isto é, à prefeitura e câmara municipal. Processo análogo ocorreu em várias vilas operárias a partir do início da segunda metade do século XX, momento marcado pela ascensão do movimento operário durante a vigência do regime democrático de 1945 a 1964 (GIROLETTI, 1991).

A divisão entre Santanense e os demais bairros de Itaúna não era apenas espacial e de infraestrutura urbana, também estava presente em termos de aspectos identitários e sociais entre eles. Se já havia autonomia econômica e cultural, a autonomia política foi requerida na década de 1960.

Em 1963, O Deputado Alvimar Mourão, atendendo aos pedidos de políticos udenistas itaunenses derrotados nas eleições municipalistas, apresentou um projeto à Assembleia Legislativa do Estado, elevando Santanense à cidade com o nome Governador Magalhães Pinto.

No ano de 1964, houve até uma força política, tentando emancipar Santanense de Itaúna, visando à sua autonomia [sic].

O movimento liderado pelo deputado Alvimar Mourão deu bastante trabalho para que isso não acontecesse. (...) (SOUSA, 1981: 90-1).

Naquele momento, por iniciativa do poder público municipal, foram construídas edificações a margem da rodovia de ligação entre o Centro e o Santanense, formando um alinhamento de moradias em um dos lados da estrada.

Em função dessa iniciativa, o processo de emancipação não se consolidou. Entretanto, até a atualidade, permanece existindo uma área de reduzida ocupação entre Santanense e a área central do município de Itaúna, que separa os dois locais e desestimula o contato entre as mesmas. O bairro possui toda a infraestrutura necessária à vida urbana. Estas características se refletiram na identidade de seus moradores e também na forma como o bairro é percebido pela população itaunense que não reside no bairro.

A trajetória histórica da fábrica Santanense e do bairro Santanense são indissociáveis. A formação do bairro a partir da vila operária perpassa a visão que determinados segmentos da população itaunense tem dessa parte do município. Existe um sentimento de rivalidade, de hostilidade entre moradores da área central e de Santanense. As narrativas apontam para uma naturalização destes sentimentos, para os quais não há motivos conhecidos. É uma situação constituída no passado²³ e reproduzida até a atualidade e que, por diversas vezes, culminou em agressões físicas, referidas por moradores locais como “brigas de sopapo”.

Elizete Soares relata que certa vez, quando era adolescente, foi a um jogo de futebol no bairro Santanense. Quando o público notou que ela não era do bairro, jogaram bagaço de laranja nela, incitando-a a ir embora dali.

Atualmente, nada restou da antiga Fazenda Cachoeira. A Santanense, com suas instalações modernas, permanece em pleno funcionamento, possui capacidade instalada para produzir 60 milhões de metros lineares/ano, sendo uma das poucas indústrias têxteis fundadas nas últimas décadas do século XIX que permanecem em atividade.

²³ É possível inferir que a hostilidade tenha sua origem nos conflitos entre os fundadores da Companhia de Tecidos Santanense, que culminaram na dissidência que formou a Companhia Industrial Itaunense.

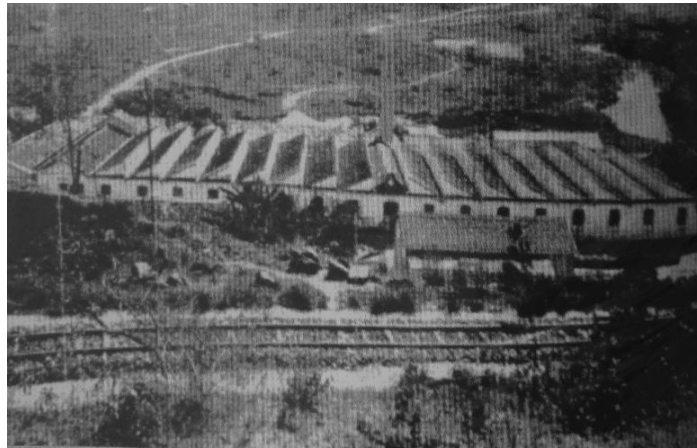


Figura 12: Vista geral da Companhia de Tecidos Santanense. Década de 1930. Nota-se a proximidade com a ferrovia e a ausência de edificações ao seu redor. Fonte: Acervo Espaço Cultural.



Figura 13: Vista parcial da planta fabril da Companhia de Tecidos Santanense na década 50. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/itauna.decadas?fref=phot>. Acesso em fevereiro de 2014.



Figura 14: Vista geral da Companhia de Tecidos Santanense no ano de 1975. Notam-se edificações sendo construídas no bairro e a presença de grandes áreas desocupadas. Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna.



Figura 15: Vista geral da Companhia de Tecidos Santanense na atualidade. Fonte: <http://www.santanense.com.br/empresa/default.aspx>. Acesso em outubro de 2013.

A análise das fotografias reproduzidas acima evidencia o quanto a paisagem da fábrica mudou ao longo do tempo. As estruturas foram sendo destruídas e reconstruídas, em um processo contínuo de transformação vinculada à ideia de *modernização* – elementos que se mostram mais relevantes na formação da identidade do que a consideração de suas raízes históricas, representadas pelas edificações do passado.

O mesmo processo de transformação da paisagem fundamentada nos aspectos simbólicos de modernização se verificou no âmbito religioso.

Até a década de 1930, a população residente no bairro Santanense frequentou a Igreja Matriz de Sant’ana. Entretanto, em função do isolamento do bairro causado pela precariedade dos transportes e vasta área desocupada entre o bairro e o Centro, a caminhada dos fiéis até a Igreja era considerado árdua. Assim, com apoio da Fábrica de Tecidos Santanense, foi construída uma capela, que foi inaugurada em 1933. A mesma foi destruída cerca de trinta anos depois, por ser considerada pequena para o número de fiéis. Para substituí-la, foi construída uma igreja que, segundo a paróquia, contou com doação dos operários da Santanense, em valor equivalente a um dia de trabalho. Segundo informações da Paróquia, a nova igreja, projetada por arquiteto holandês, causou grande surpresa em função de seu estilo, considerado muito moderno.

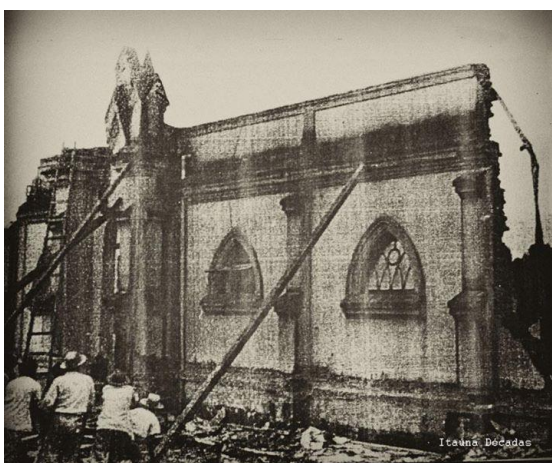


Figura 16: Demolição da Capela de Santanense na década de 1960. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/itauna.decadas/photos/stream?fref=photo>. Acesso em maio de 2014.



Figura 17: Igreja Matriz de Santanense, construída na década e 1960. Fonte: Paróquia Coração de Jesus. Disponível em: <http://www.paroquiacoracaodejesus.com/a-paroquia/>. Acesso em maio de 2014.

Assim como a fábrica e a igreja, no bairro Santanense inúmeras edificações antigas foram demolidas para a construção de outras. Outras foram reformadas, descaracterizando os elementos estilísticos originais. A paisagem se transformou do

ponto de vista visual, de forma a expressar, materialmente, a ideia de modernidade (como sinônimo de progresso, desenvolvimento), que caracteriza a cosmovisão local.

Atualmente, o bairro se caracteriza pelo traçado regular das vias; pela predominância de edificações de um ou dois pavimentos; pela heterogeneidade das características arquitetônicas que marcam diferentes momentos de construção; pela convivência de estabelecimentos comerciais junto a residências unifamiliares. Verifica-se ainda um incipiente processo de verticalização, com a construção de pequenos prédios residenciais – elementos que na contemporaneidade são símbolos de crescimento.

2.3 Itaúna, a cidade dos tecidos e da siderurgia: a constituição e o desenvolvimento da Companhia Industrial Itaunense

Em 14 de junho de 1901, em nome dos moradores, Senócrit Nogueira, Presidente do Conselho Distrital, assinou um apelo dirigido à Assembleia, transformado na lei nº 319, de 16 de setembro de 1901, que criou o município de Itaúna, separando-o de Pará de Minas, graças, também, aos esforços do deputado itaunense José Gonçalves de Sousa. Em seguida, Dr. Augusto Gonçalves de Sousa Moreira (que posteriormente se tornou sócio-fundador da Itaunense, como veremos adiante) assumiu como Presidente da Câmara e Agente do Executivo Municipal. Nesta época, 20.000 habitantes viviam pelo território do município sendo 8.828 residiam na sede. Em 18 de setembro de 1915 a vila de Itaúna foi elevada à cidade pela Lei Nº 663 (BARBOSA, 1995: 166).

Nas primeiras décadas do século XX, Itaúna passou por profundas transformações administrativas, econômicas, tecnológicas e sociais. Foram verificados avanços nas áreas de comunicação (como a instalação do primeiro telefone em 1919 e a inauguração da agência de telégrafo em 1922-3) e de transportes (o primeiro carro de Itaúna foi registrado em 1915 e o segundo em 1925; a Cia. Auto-viação Itaunense foi fundada em onze de novembro de 1927 e construiu as estradas ligando Itaúna a Itaguara, a Itatiaiuçu, a Carmo do Cajuru, a Soledade, e a Belo Horizonte). Entretanto, o fato mais marcante daquele período foi a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM²⁴, que ampliou as vias de comunicação e transporte da região.

²⁴ “A EFOM, empresa privada de sociedade anônima, foi inaugurada em 1881, entre a estação de Sítio, nos trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II, próxima a Barbacena, e a cidade de São João del Rei, com o objetivo de ligar o oeste da província mineira ao litoral. Em 1899, esta empresa faliu, foi liquidada,

Dr. Augusto Gonçalves de Sousa Moreira, quando deputado, esteve vinculado às negociações da EFOM, discutindo o traçado e propondo que passasse por Santana do São João Acima (DORNAS FILHO, 1951: 35-6). A modificação do projeto de instalação da linha incluiu as localidades de Chôro, Salgado, Santanense, Itaúna, Soledade, Mateus Leme e Capela Nova.

Em quatro de abril de 1909, teve início a construção do ramal da EFOM, que ligaria Belo Horizonte a Divinópolis, sendo empreiteiro das obras o engenheiro Emílio Shnoor.

Em 10 de março de 1910, chegou à Itaúna o primeiro comboio da EFOM, arrastado pela locomotiva de número 14, conduzida pelo maquinista Manuel Rodrigues. A chegada do primeiro trem à Itaúna constituiu um grande evento. Foi “um dia de grandes festas e contentamento público, em que os nomes do dr. Augusto Gonçalves, cel. Antônio de Matos, cel. Josias Nogueira Machado e Major Senócrit Nogueira foram vitoriosos calorosamente pelo povo agradecido” (DORNAS FILHO, 1951: 43).

Sete anos depois, em quatro de março de 1917, “inaugura-se festivamente o novo edifício da estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, construída na Administração do Engenheiro Agostinho Pôrto que presidiu as solenidades” (DORNAS FILHO, 1951: 33). Tal edificação, de estilo eclético, substituiu o anterior barracão de madeira e zinco.



Figura 18: Vista do trecho da Estrada de Ferro sobre o Rio São João. Foto tirada na década de 50. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Itaúna.



Figura 19: Locomotiva Maria Fumaça do Museu Municipal Francisco Manoel Franco, em Itaúna. Disponível em: http://emporiadahistoria.com.br/site/museu/museu_acer.html. Acesso em dezembro de 2013.

leiloadada e adquirida pelo governo federal. Passou a ser uma das maiores empresas estatais do país”. (LIMA, 2003: 12-13).

O trem de passageiros e cargas diversas funcionou de forma regular. Em Itaúna, junto à estação ferroviária foi construída uma praça. Segundo relato de moradores locais, a chegada e a partida do trem era sempre um evento: todos queriam saber quem iria partir, quem iria chegar. Andar de trem era um evento esperado com ansiedade, símbolo de *status*, particularmente para aqueles que iriam viajar a capital do Estado, Belo Horizonte. A Praça da Estação se tornou importante ponto de encontro para a população local.

Para andar de trem, as pessoas usavam suas melhores roupas. Por vezes, levavam consigo um guarda-pó para proteger as vestimentas da fuligem das locomotivas a vapor, alimentadas por carvão ou lenha, que com frequência sujavam e chegavam a queimar as roupas.

Com a implantação da ferrovia, as percepções de tempo e espaço foram modificadas. Por meio da maior integração com outros centros urbanos, a exemplo de Belo Horizonte e Divinópolis, a noção de distância e proximidade foi transformada – viagens que anteriormente demoravam dias passaram a ser realizadas com maior rapidez, resultando no estabelecimento de elos mais dinâmicos entre núcleos urbanos, principalmente no tocante ao comércio e as comunicações. A marcação do tempo, que até então se fundamentava principalmente em elementos naturais (luz solar, estações do ano, etc.), passou a contar com mais uma referência, uma vez que os trens passavam com intervalos regulares, com grande exatidão. Além disso, outras mudanças culturais também se fizeram presentes. Padrões de consumo também foram modificados, uma vez que foi proporcionado o maior acesso a bens industrializados produzidos em locais distantes, antes acessíveis apenas para as camadas mais abastadas da sociedade.

Foram encontrados registros do envolvimento que a ferrovia mais tarde iria estabelecer com ambas as fábricas de tecidos de Itaúna, a Santanense e a Itaunense. Existe uma relação espacial: ambas as fábricas estão próximas à ferrovia e à estação que propiciava o uso do transporte ferroviário para matérias-primas e produtos acabados, bem como de pessoas em viagens relacionadas à esfera comercial. Segundo o Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas, de 1927, a EFOM transportava tecidos de algodão nacionais e fabricados na zona da estrada²⁵.

²⁵Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?bib=459194&PagFis=42>. Acesso em janeiro de 2014.

A ferrovia e os principais elementos que compunham a cidade de Itaúna na década de 1920 podem ser visualizados no mapa a seguir:

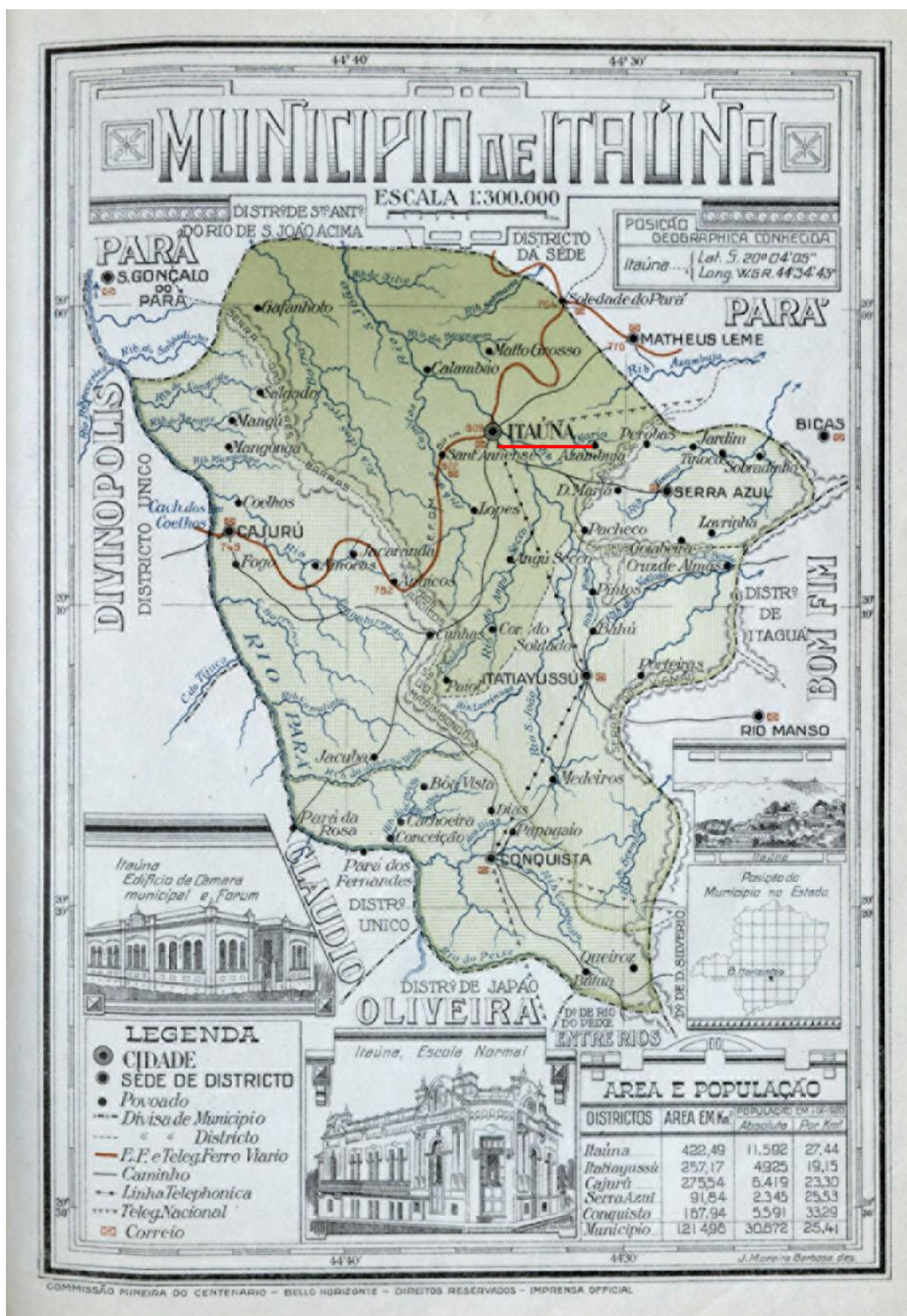


Figura 20: Mapa do Município de Itaúna Itaúna na década de 1920. Fonte: Album Chorográfico Municipal do Estado de Minas Geraes – 1927: Estudos Críticos. Disponível em: http://www.albumchorographico1927.com.br/imprimir.php?mapa=2012_05_04_17_15_36_itauna.jpg. Acesso em setembro de 2012. Grifo nosso.

Em relação à Santanense, em publicação datada de 1900 no jornal Minas Geraes, o Sr. Manoel Gonçalves de Souza Moreira, diretor tesoureiro e gerente, menciona o transporte ferroviário para aquisição de materiais e para realização de contatos comerciais²⁶, possivelmente pelo ramal que atendia Divinópolis, construído em 1890, posto que naquele momento ainda não havia sido inaugurado o ramal que atendia a Itaúna. Mais tarde, a Itaunense também viria a se beneficiar da ferrovia, conforme relata o Sr. Nilo Moreira da Silva

A Itaunense transportava algodão. Vinha por vagões. O trem passa aqui, tinha um desvio, vinha os vagões, deixava aquele desvio e a Itaunense vinha com caminhões e levava para a fábrica. Transportava produto acabado também. Depois que começou a fazer rodovias, começou a entrar um carreteiro aqui, outro ali. (...) A ferrovia parou de transportar pessoal e também parou de transportar cargas pequenas. Passa pertinho [da Praça da Estação]. Ali não tinha lugar para fazer uma estação física, um desvio.²⁷

O uso do transporte ferroviário era particularmente relevante diante do estado precário das estradas e dos meios de transporte rodoviários na primeira metade do século XX. Tudo indica que o uso das ferrovias por ambas as indústrias se deu até o momento em que a mesma deixou de transportar pequenas cargas e pessoas.

No ano de 1910, tiveram início os trabalhos para a constituição de mais uma indústria têxtil em Itaúna. João de Cerqueira Lima, dr. Augusto Gonçalves de Sousa Moreira e Antônio Pereira de Mattos, dissidentes da Santanense desde 1901, se uniram para a fundar a Companhia Industrial Itaunense, fábrica para explorar a fiação e tecelagem de panos, movida a eletricidade.

Durante as negociações para fundação da Itaunense, a religiosidade dos envolvidos ficou evidente. Exemplo disso é o voto que João de Cerqueira Lima redigiu em 4 de março de 1911, pouco antes da reunião que apresentaria a ideia de fundar a Itaunense: “coloco a fundação da Companhia Industrial Itaunense sob a proteção de Maria Santíssima (...) desejo e faço voto de colocar no local mais apropriado das terras da Companhia, uma capelinha” (NOGUEIRA, 2003). A devoção a Nossa Senhora e a religiosidade foi um elemento que sempre esteve presente no ambiente fabril em Itaúna. A formação de Itaúna é essencialmente católica e o elemento religioso permeia diversas esferas da vida social, incluindo a econômica:

²⁶ Minas Geraes. Orgão Oficial dos Poderes do Estado. Anno IX. N. 77. p. 5-6. Domingo, 25 de março de 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=291536&pagfis=3369&pesq&url=http%3A%2F%2Fmemoria.bn.br%2Fdocreader>. Acesso em janeiro de 2014.

²⁷ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

O catolicismo sempre foi a religião dos fazendeiros, donos de fábricas e dos brasileiros em geral. Era a religião praticada, vivida e estimulada desde o Brasil Colônia, em todas as capitânicas, províncias e lugarejos. A presença da Igreja em Minas tornou-se muito marcante (GIROLETTI, 1991: 163).

Para a fundação da Itaunense, juntaram-se outros acionistas, entre os quais destacam-se: Dr. Jove Soares Nogueira, Josias Nogueira Machado, Acácio Baeta Coelho, Urquiza Nogueira, Olímpio Nogueira de Sousa, Francisco Marques da Silva, Washington Alves da Cunha Quintão e Dr. Tomas de Andrade (NOGUEIRA, 2003).

Como veremos, a atuação do conjunto de empresários que deram origem àquele empreendimento destacou-se também na organização de várias outras iniciativas que foram fundamentais ao desenvolvimento industrial de Itaúna e até mesmo de Minas Gerais.

Os sócios adquiriram um terreno em ambas às margens do rio São João e construíram uma barragem para controle da vazão do rio e instalação de uma usina hidrelétrica na cachoeira do Cachão, distante 5km da cidade. Com a iniciativa, foi regularizada a vazão do Rio São João evitando enchentes que ocorriam junto às margens do rio e melhorou o abastecimento de água (por gravidade) para a população.

Aquele era um momento de grandes expectativas com relação ao crescimento da cidade e transformações no meio urbano podiam ser percebidas, como pode-se ver na citação reproduzida abaixo, que trata da Rua Silva Jardim, uma das principais do centro de Itaúna, que conduz à Igreja Matriz, e uma das primeiras a serem urbanizadas:

Em 1910, já não havia mais vacas espalhadas pelas ruas. Estava agora Tudo em franco progresso: grupo, estrada de ferro, outra fábrica de tecidos prestes a inaugurar-se (a Itaunense), ruas calçadas, como a Silva Jardim que foi sempre a parte mais central da cidade. Na ocasião do calçamento, eu levava um pote com água, rapadura raspada e uns limões para se fazer limonada para a turma beber, em horas do calor mais ardente. Levava também outro pote com água pura, com moringa, tampado com um pano bem limpo, que sempre era colocado à sombra da casa do Sr. João Lucas. (...) (SOUSA, 1981: 64).

A **Companhia Industrial Itaunense** foi fundada em maio de 1911, com capital social de “300 contos, mais do dôbro da renda do Município nos seus primeiros dez anos, o que bem demonstra o arrôjo da iniciativa e o quanto representou para o seu meio essa nova indústria” (COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE, 1969).

Por um lado, o local definido para sua implantação possuía características semelhantes ao da Santanense, isto é, próximo à ferrovia e ao rio São João. Por outro

lado, possuía uma característica muito diferente: localizava-se nas proximidades do núcleo urbano. Diante disso, não houve necessidade de criar uma vila operária: nos arredores da fábrica já estavam implantadas moradias e infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos necessários ao suporte dos operários.

As instalações da Itaunense foram construídas com alvenaria de tijolos cerâmicos, assentados com argamassa de areia e cal, com cobertura de telhas cerâmicas do tipo *Marselha*. O abastecimento de água e o esgotamento sanitário feito por canalização. A iluminação interna feita por energia elétrica, importante inovação tecnológica. Os edifícios apresentavam planta retangular e pé direito alto, sendo caracterizados pelas linhas retas, austeridade e simetria.

Parte dos galpões apresentavam *shelds*, isto é, cobertura com perfil em forma de dentes de serra. Alternadamente possui uma água de telhado feita com material transparente ou translúcido permitindo iluminação natural. Este recurso arquitetônico é comum em prédios de maior porte onde os vãos de janela não são suficientes para iluminar todos os seus recintos, como fábricas, armazéns e depósitos.

O padrão arquitetônico adotado pela Itaunense se aproximava ao das demais fábricas implantadas no início do século XX e representava uma ruptura com o modelo colonial. As fábricas não possuíam qualquer tipo de vínculo estético e formal com as demais construções encontradas no meio urbano ou rural, apresentando-se como um elemento diferente na paisagem que se formava (VICHNEWSKI, 2004).



Figura 21: Vista de parte da Unidade I da Cia. Industrial Itaunense, com destaque para fachada austera. Foto tirada na década de 1960. Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna.



Figura 22: Vista de parte da Unidade I da Cia. Industrial Itaunense, com destaque para os *shelds*. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/itauna.decadas?fref=phot>. Acesso em fevereiro de 2014.



Figura 23: Vista de parte da Unidade I da Cia Industrial Itaunense em funcionamento junto à linha férrea, em segundo plano. Foto tirada na década de 1960. Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna.

A fábrica acendeu sua primeira luz e acionou seu primeiro motor elétrico em 1912 – importantes inovações tecnológicas para o processo de industrialização do município. Em 12 de dezembro de 1912, foi “inaugurado com grandes festividades o serviço de iluminação pública e particular, alimentada pela usina do Cachão, de propriedade da Cia. Industrial Itaunense” (DORNAS FILHO, 1951: 264).

O excedente da energia elétrica produzida (e não consumida pela própria fábrica) era disponibilizado para a população. A cidade se desenvolveu rapidamente e outros segmentos da economia puderam se beneficiar da eletricidade, uma vez que foi possibilitada a implantação de inovações tecnológicas em seus equipamentos. A urbanização intensificou-se, criando uma paisagem social muito distinta da que existia até então.

O uso da eletricidade permitiu o rompimento com o tempo natural, representado pela luz solar. Esta forma de controle do ambiente promoveu o maior distanciamento do ser humano em relação à dependência da natureza, colocando-a a seu serviço em vez de se adaptar a ela. A superação da dependência da luz solar possibilitou a ampliação da jornada de trabalho que passou a incluir o horário noturno no contexto fabril. Tal inovação foi mais um avanço no sentido da transformação das formas de regulação do tempo, iniciada pelo uso da sirene como marcador dos momentos de trabalho e não-trabalho.

Nota-se que no contexto industrial são desenvolvidas diversas estratégias que modificam a percepção do tempo. O uso de relógio, da sirene e da energia elétrica representam elementos que têm como objetivo fomentar a sincronização do trabalho

fabril em relação às diferentes tarefas que compõem o processo produtivo (Thompson, 1998).

A Companhia Industrial Itaunense, em “29 de janeiro de 1913 começou a trabalhar com o primeiro tear dos 50 da primitiva instalação” (DORNAS FILHO, 1936: 76).

Com apenas dez anos de emancipação, Itaúna possuía duas indústrias têxteis, energia elétrica e transporte ferroviário – elementos essenciais para o desenvolvimento urbano. Nas primeiras décadas do século XX, o crescimento urbano de Itaúna, que havia se iniciado ao redor da Matriz de Sant’Ana, se deu principalmente na direção Nordeste, onde se localizavam a Itaunense e a estação ferroviária – elementos que influenciaram de maneira significativa o crescimento espacial da cidade. Paralelamente, dava-se continuidade ao crescimento urbano a Oeste da fábrica Santanense. Além disso, a cidade possuía naquele momento, fábrica de manteiga, de curtumes e queijos. Todos estes elementos, em conjunto, são fundamentais para compreender o processo de formação e configuração da cidade contemporânea.

Esta rápida expansão urbana verificada em Itaúna no início do século XX foi impulsionada por fatores que também demarcam a transformação da própria sociedade mineira, a exemplo do processo de urbanização. Este processo conferiu aos novos bairros características específicas de desenho urbano, arquitetura e convívio social, a exemplo da formação da Praça da Matriz e da Praça da Estação, principais pontos de encontro da área central de Itaúna.



Companhia de Tecidos Santanense. Foto: Google Earth, Janeiro de 2014.



Museu Municipal. Antiga Estação Ferroviária. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, Agosto de 2012.



Companhia Industrial Itaunense – Unidade I. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, Agosto de 2012.



Igreja Matriz de Sant'Ana, em local onde era a Capela do Rosário. Foto: Jornal S'passo.



Igreja Nossa Senhora do Rosário, antiga Capela de Sant'ana. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, Janeiro de 2014.

Figura 24: Indicação dos principais elementos associados ao processo de urbanização de Itaúna no século XX em imagem de satélite disponibilizada pelo Google Earth™ (Janeiro de 2014).

Em relação ao processo de urbanização do município de Itaúna cabe enfatizar que as duas igrejas católicas localizadas na área central foram os pontos a partir dos quais se irradiou a ocupação. Na proximidade das mesmas, foram sendo construídas moradias, estabelecimentos comerciais e de serviços, áreas de convívio social como praças, vias de acesso – infraestrutura necessária à manutenção de operários e dirigentes da Itaunense, que se estabeleceram nesta área.

Cabe um esclarecimento em relação a estes templos religiosos. A Igreja Matriz de Sant'Ana terminou de ser erigida em 1875, em lugar onde anteriormente estava

implantada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída por negros no ano de 1840. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi transferida para o local onde havia sido construída a antiga Capela de Santana, no início do povoamento da região, em 1765.

Nota-se que a antiga Capela de Santana foi construída no ponto mais elevado da área, critério que orientou a construção de grande quantidade de templos religiosos em Minas Gerais. Com o desenvolvimento do tecido urbano, o local onde estava implantada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário se mostrou mais central e de melhor acesso à população – o que motivou a transferência da Capela de Sant’Ana, que se tornou a Matriz. A primeira Igreja de Sant’Ana dista cerca de um quilômetro da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense e a segunda, apenas duzentos metros.

A religiosidade desde a constituição do município até a atualidade é um aspecto fundamenta da vida social em Itaúna na medida em que norteia escolhas e ações da população e dos governantes.



Figura 25: Igreja de Nossa Senhora do Rosário na década de 1940. Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Itaúna.



Figura 26: Igreja Matriz de Sant’Ana, na década de 1930. Arquivo: Tininho Galvão. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <http://www.itaunaemdecadas.com/2012/04/decada-de-30.html>. Acesso em março de 2014.

Em sua primeira década de funcionamento, a Itaunense enfrentou duas grandes crises. Na primeira, “surpreendidos pela crise financeira de 1913-4, foram obrigados a aumentar o capital de 300 para 450:000\$000, que foi todo subscrito e integralizado” (DORNAS FILHO, 1936: 76). A segunda crise se deu em 1917.

Este foi o contexto de uma crise em nível global gravíssima. A Primeira Guerra Mundial criou condições favoráveis para a ocorrência de conflitos e turbulências diversas, que tiveram reflexos no interior da Companhia Industrial Itaunense.

Entre os conflitos daquele momento no Brasil, destaca-se a Greve Geral ocorrida em 1917, subproduto da importação massiva de italianos anarquistas, principalmente para São Paulo. Esses imigrantes italianos, parte significativa do contingente de mão-de-obra industrial, trouxeram consigo ideais anarquistas. Constituíram a matriz do movimento operário brasileiro, que se organizou para lutar contra as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos. O anarco-sindicalismo demonstrou sua força na Greve Geral de 1917, que correspondeu à paralisação da indústria e do comércio brasileiros (DIAS, 1977).

Não foram encontradas maiores informações sobre a natureza das crises enfrentadas pela Companhia Industrial Itaunense neste período, entretanto, é possível inferir que além de aspectos econômicos e financeiros, também estivessem presentes aspectos sociais, decorrentes de reivindicações coletivas do operariado.

Este foi o período de início da produção na Companhia Industrial Itaunense e é possível que tenham eclodido conflitos entre operários e capitalistas, buscando ajustes nas condições de trabalho, principalmente no tocante à jornada e ao salário dos operários.

As relações de trabalho assalariado são caracterizadas por uma contradição fundamental:

O capitalista afirma seu direito como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar onde for possível uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada grandeza normal. Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora” (MARX, 1983: 190).

Apesar do potencial para ocorrência de greves, não só neste período de crise geral, como também ao longo de todo o século XX, não foram identificados registros formais de sua ocorrência entre os operários da Companhia Industrial Itaunense. Por meio das entrevistas realizadas, foi possível comprovar que existem referências esparsas no discurso oral e uma memória difusa a respeito do tema.

Apesar das crises do período, “com a eclosão da primeira Guerra Mundial, suspensas as importações, a nossa Fábrica se consolidou em definitivo”²⁸. A suspensão das importações reduziu a concorrência do mercado interno, ampliando a demanda por tecidos nacionais.

Em 1918, foi criado o Clube Itaunense, atual Automóvel Clube, estando entre os sócios-fundadores Augusto Gonçalves e João de Cerqueira Lima (DORNAS FILHO, 1951: 51), manifestando a relação entre os dirigentes da Itaunense e a vida social do município. No Clube eram realizadas atividades de lazer, celebrações e festividades religiosas e leigas. A influência da fábrica se estendia a diversas esferas da vida dos operários e se fazia presente inclusive nos momentos de não-trabalho, por meio do incentivo ao esporte (futebol) e da realização de festividades e celebrações.

Em 27 de setembro de 1924, “pela Lei Municipal nº 156 desta data, foi a Câmara Municipal autorizada a vender à Cia. Industrial Itaunense as rêsdes de iluminação pública e dos telefones, pela importância de Cr\$ 45.000,00, ficando a Câmara sujeita ao pagamento de um aluguel relativo à iluminação pública” (DORNAS FILHO, 1951: 229). Assim, a Itaunense tornou-se concessionária do serviço de força e luz do município, passando a ser responsável não só pela produção da energia elétrica, como também por sua distribuição. Este fato corresponde ao repasse pelo poder público de um serviço à iniciativa privada, isto é, um exemplo de privatização²⁹.

Em 1930, o número de teares da Itaunense já havia crescido para duzentos e foi criado um novo departamento; o de fundição e modelagem. Discorrendo a respeito das fundições, Dornas Filho informa que a “Cia. Industrial Itaunense explora também esse ramo da indústria, iniciado em 1928, e já fabrica grandes quantidade de machinas para vários misteres” (DORNAS FILHO, 1936: 92).

Até aquele momento, Itaúna contava apenas com um grupo escolar, que oferecia o curso primário para meninos e meninas. Era ofertada a continuidade de estudos para as meninas: o Curso Normal para formação de professoras. As famílias abastadas que desejavam a continuidade dos estudos de seus filhos, os enviavam para colégios internos, como o Caraça.

²⁸ COMPANHIA Industrial Itaunense. Itaúna: S.E., 1969.

²⁹ Nota-se que na década de 1930, pouco depois da privatização da distribuição da energia elétrica em Itaúna, a política brasileira do governo de Getúlio Vargas visava a criação de estatais para o controle de setores considerados estratégicos para o desenvolvimento e industrialização do Brasil. Somente a partir da década de 1990, com o Programa Nacional de Desestatização é que ganha força o processo de privatização das estatais no Brasil.

Naquela época, o grupo escolar (o único da cidade) localizava-se atrás da igreja, em local que hoje está implantada a Prefeitura Municipal.

O espaço era dividido em dois, sendo um para cada gênero. Cada um possuía um chalé de formato retangular, de janelas com vidros, uma sala de aula, instalações sanitárias e pátio interno para o recreio. Ambos os espaços eram interligados na parte central, onde se localizava a sala do diretor.



Figura 27: Fachada do grupo escolar. Itaúna. Data provável: 1943 – 1945. Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro. Sem autoria. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34902. Acesso em março de 2014.

Diante desta situação, alguns itaunenses se uniram para fundarem o curso ginasial. Entre esses, destacam-se o então vigário da Paróquia, Pe. José Ferreira Neto; Sr. José de Cerqueira Lima, diretor da Itaunense; Sr. Victor Gonçalves de Sousa, diretor da Santanense; Dr. Lincoln Nogueira Machado, prefeito; o Dr. Niso Pena, juiz de direito. Como resultado da iniciativa, foi criado o Colégio Sant'Ana em 1943, que funcionou primeiramente na casa da Família Cerqueira Lima, à Rua Silva Jardim e era mantido pela Casa de Caridade, o hospital do município, fundado com recursos doados por Manoel Gonçalves de Sousa Moreira em seu testamento.



Figura 28: Casa de Caridade Manoel Gonçalves de Sousa Moreira. Disponível em: <http://www.itaunaemdecadas.com/2013/11/casa-de-caridade.html>. Acesso em fevereiro de 2014.

Posteriormente, a direção da escola foi transferida para padres holandeses da Congregação do Espírito Santo, que constituíram a Sociedade Civil Ginásio Sant'Ana. Inicialmente, colocaram funcionando um internato, seminário e externato masculino. Mais tarde, o regime passou a ser apenas de externato misto.³⁰

Com relação à Igreja Matriz de Sant'Ana, figuras vinculadas à Itaunense, em função de sua grande devoção, deram contribuições à mesma em diferentes momentos da história. Em 1934, decidiu-se pela demolição da Igreja Matriz por iniciativa do padre Ignácio Campos, que alegava que o templo encontrava-se em precário estado de conservação. Parte da comunidade queria que a nova Igreja fosse erguida em outro lugar. Entretanto, ficou decidido que a obra seria feita em seu local original. A nova Igreja Matriz, mais ampla que a anterior, foi concluída em 1941. A obra contou com o apoio financeiro do Coronel João Cerqueira Lima, um dos sócios fundadores da Itaunense, que também “doou o altar-mor à nossa Igreja Matriz, deixando na terra a sua marca de Cristão fervoroso” (SOUSA, 1981: 71-3). Pode-se inferir que o apoio financeiro foi decisivo para a decisão de manter a Igreja no mesmo local da edificação anterior, bem próximo às instalações da Itaunense.

³⁰ Colégio Sant'Ana. Disponível em: <http://www.colsantana.com.br/Site/historia.aspx>. Acesso em fevereiro de 2014.

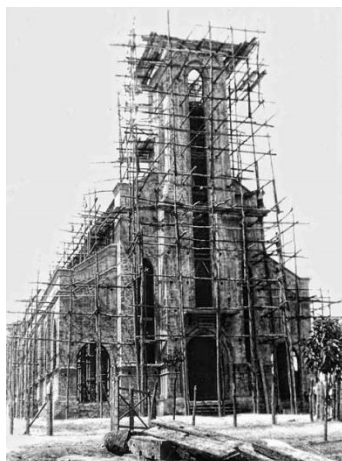


Figura 29: 3ª Etapa Construção Igreja Matriz, década de 1930. Fonte: Acervo da Casa Paroquial de Itaúna. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <http://www.itaunaemdecadas.com/2012/04/decada-de-30.html>. Acesso em março de 2014.



Figura 30: Igreja Matriz, década de 1950. Fonte: Acervo pessoal do Prof. Marco Elísio Coutinho. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <http://www.itaunaemdecadas.com/2012/04/decada-de-30.html>. Acesso em março de 2014.



Figura 31: Festa da Pedra Fundamental Igreja Matriz. Destaque (em vermelho) para José Cerqueira Lima, conhecido como Zezé Lima, diretor comercial da Itaunense. Arquivo: Casa Paroquial de Itaúna. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <http://www.itaunaemdecadas.com/2012/04/decada-de-30.html>. Acesso em março de 2014.

Em 1945, segundo o jornal “Fôlha de Minas” de 10 de maio daquele ano, a população de Itaúna era de 26.073 habitantes e, naquele momento, as principais indústrias eram: fábricas de tecidos, mas também havia indústrias de produção de banha, curtume, fundição, manteiga, laticínios, produtos químicos, perfumarias, bem como pequenas fábricas de ferro e ferrarias (DORNAS FILHO, 1951: 78).

Entre as atividades mencionadas por Dornas Filho, além da tecelagem, a atividade que se destacava na geração de empregos em Itaúna, naquele momento (e em quase todo o século XX), foi a metalurgia. No município, existiam cerca de 20 unidades de processamento de metais, com destaque para o ferro e aço.

Em função das chaminés das metalurgias e siderurgias, a cidade por décadas caracterizada pela presença constante de fumaça e de pó de coloração preta, que se depositava no interior das residências. Sobre essa questão, Elizete Soares relata que certa vez foi visitar sua tia Leni, já idosa, e indagou se ela havia pintado o cabelo. A

resposta foi negativa: ainda não havia lavado o cabelo naquele dia e a colocação preta era carvão. Leni morava ao lado de um alto-forno.

Nas atividades relacionadas ao processamento de metais, a mão-de-obra era exclusivamente masculina, de forma que a tecelagem era a principal opção de emprego para as mulheres.

A partir de 1945, o movimento operário em Itaúna começou a se institucionalizar por meio da criação de organizações formais e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Itaúna foi reconhecido em 1948.

Em 1948, uma nova iniciativa da Itaunense contribuiu para a percepção de desenvolvimento e progresso do município. Foi construída mais uma usina, denominada Dr. Augusto. A terceira usina, denominada Benfica, foi construída em 1954. A construção da Barragem do Benfica foi noticiada pelo jornal *O Globo*, em reportagem redigida pelo historiador João Dornas Filho.

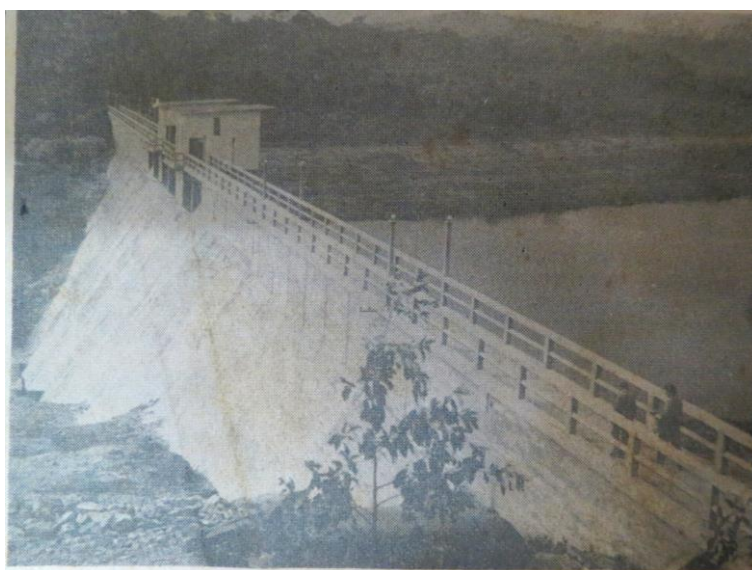


Figura 32: Barragem do Benfica na década de 1950. Fonte: Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1959.

Desde a década de 1950 e até a atualidade, o abastecimento de água tratada para o município de Itaúna está vinculado às barragens (gerenciadas pela Itaunense e pela Santanense em conjunto) que controlam o fluxo de água para as usinas. Apenas 10% do total tratado abasteciam as fábricas.

Em 1956, a Companhia Energética de Minas Gerais S.A - CEMIG passou a ser a concessionária responsável pela distribuição da energia elétrica produzida nas usinas

geradoras de Itaúna, assumindo a implantação e manutenção de rede e linhas de baixa e alta tensão que desde 1924 pertenciam à Itaunense.

A década de 1950 é considerada os “anos gloriosos” da Itaunense. Estava, naquele momento, em franco crescimento. Segundo publicado pelo jornal *Voz Operária* na coluna “Acredite... se quiser” em 29 de junho de 1959, “em cada 20 pessoas itaunenses, uma é operária da CII”³¹ – e se fosse considerada apenas a população economicamente ativa³², esta proporção seria muito maior.

Em 1951, a Companhia Industrial Itaunense teve seu “capital elevado para Cr\$30.000.000,00, com uma produção superior a 4 milhões de metros de tecidos de várias qualidades” depois, em 1925, para CR\$2.000.000,00 e em 1917, para Cr\$ 900.000,00 (DORNAS FILHO, 1951: 74).

No final da década de 1950, foi criada uma pequena tipografia, em local próximo a Unidade I, para produção do primeiro jornal da fábrica a *Voz Operária*, nome eleito pelos próprios funcionários por meio de votação.



Figura 33: Primeira edição do Jornal Voz Operária, da Companhia Industrial Itaunense. Fonte: Acervo do Instituto Maria de Castro Nogueira.

O jornal foi idealizado e fundado por Dr. Guaracy de Castro Nogueira, que trabalhou na Companhia Industrial Itaunense por trinta e oito anos, onde foi Superintendente do Departamento de Planejamento e Relações Industriais, além de ter exercido outros cargos administrativos. O Dr. Guaracy que sempre teve preocupação com o registro da história da fábrica e do município. Na década de 1970, o nome foi mudado. Segundo o histórico do *Dossiê de Tombamento do Casarão do Dr. Augusto Gonçalves de Souza Moreira. Rua João de Cerqueira Lima, 123 (PREFEITURA*

³¹ Voz Operária. Ano I. Itaúna, 29 de Junho de 1959. Nº. 8.

³² Segundo o IBGE, a População Economicamente Ativa – PEA compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, incluindo apenas as pessoas ocupadas ou aquelas pessoas que não tinham trabalho, mas estavam dispostas a trabalhar e tomaram alguma atitude para isso. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em março de 2014.

MUNICIPAL DE ITAÚNA, 2001), o motivo da mudança foi uma determinação do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, órgão do governo brasileiro, que teria alegado a associação entre o nome do jornal e o Partido Comunista. Não foram encontradas evidências que corroborem esta afirmação. O jornal, a partir do início da década de 1970 passou a ser denominado *Avante*, nome de um dos primeiros teares da Itaunense, juntamente com os teares denominados Vencedor, Combate, Triunfo e Primor (SOUSA, 1981).

Pouco tempo depois, o jornal teria sido novamente autuado por ter o mesmo nome do jornal do Partido Comunista Português (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA, 2001), que circulou no período de fevereiro 1931 e abril de 1974³³. Por fim, o jornal passou a se chamar *O Itaunense* tendo circulado até meados da década de 1980.

Cabe ressaltar que os jornais da Itaunense sempre fizeram fortes referências à fé católica, inclusive com publicações escritas por párocos da cidade e, além disso, são encontradas passagens em que explicitamente é dito que não apoiavam o comunismo. A razão das mudanças do nome do jornal não foram mencionadas nas entrevistas realizadas.

Os jornais continham informações sobre a fábrica, parte lúdica com piadas, informações curiosas sobre os números relacionados à produção da fábrica, orientações sobre o comportamento dos funcionários, anúncios de casamentos, batizados e falecimentos, notícias sobre o desenvolvimento urbano de Itaúna e do Brasil. Eram publicadas indicações dos melhores setores e operários, incluindo a concessão de prêmios em dinheiro para os mesmos, como forma de reconhecimento e estímulo ao bom desempenho e esforço.

Existem relatos de ex-funcionários que levavam os jornais para casa e se reuniam com a família para a leitura dos mesmos. O jornal era para os funcionários, mas como a tiragem era grande, também circulava entre demais moradores da cidade.

Além da mídia impressa, também havia um programa de rádio transmitido pelas manhãs, às 10h30, em Itaúna. A transmissão era feita pelo Rádio Clube Itaúna. Esta estação, tão logo foi inaugurada em 1950, foi a primeira emissora do interior a produzir novelas radiofônicas em capítulos, fazendo grande sucesso em toda a região Centro Oeste de Minas. Nas entrevistas realizadas não foram encontradas memórias do programa de rádio da Itaunense. Segundo informações obtidas na Santana FM, estação

³³ Jornal *Avante!*, do Partido Comunista Português. Disponível em: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>. Acesso em março de 2014.

de rádio contemporânea de Itaúna, em função do horário em que o programa era transmitido, é possível inferir que seu público era em sua maior parte feminino, composto por donas de casa e mães de família.

Com a anterior construção de ambas as usinas hidrelétricas, estavam formadas as bases para a implantação de uma Usina Siderúrgica em 1963, denominada Usina São João – pertencente à Companhia Industrial Itaunense.

A Usina São João consumia a energia excedente produzida pelas usinas. São João era uma usina semi-integrada, à base de sucata, com capacidade para produzir, anualmente, 110 mil toneladas de vergalhões para construção civil. Em seu auge, a siderúrgica empregou cerca de 800 funcionários, e teve parte da produção exportada para países da África, Ásia e Oriente Médio³⁴. A siderurgia também se beneficiou da linha férrea: foi implantada perto da ferrovia e construiu terminal na área interna da empresa para escoar a produção.



Figura 34: Galpão e forno elétrico da Siderúrgica São João, da Companhia Industrial Itaunense, em 1967. Nota-se a presença de caminhão, indicando uso do transporte rodoviário. Fonte: Acervo da Biblioteca Digital do IBGE. Foto: Dulce Maria Alcides Pinto; José Joaquim de Sousa. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=416246. Acesso em setembro de 2013

³⁴ ArcelorMittal Itaúna. Boletim Eletrônico Memória Empresarial. a. V – n. 107. 06 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/arquivos/boletim_107.pdf. Acesso em setembro de 2012.

Muitos acreditam que o empreendimento siderúrgico descapitalizou o setor têxtil – considerado como sua verdadeira vocação – da Itaunense, sendo apontado como um dos motivos da falência.

Na década de 1960, o desenvolvimento municipal, caracterizado por um novo ciclo industrial com enfoque na metalurgia, foi fomentado ainda pela ampliação do sistema de transporte terrestre, com a construção e melhoria das rodovias de acesso à cidade (atuais BR 381, BR 262 e MG 050), facilitando a circulação de pessoas e mercadorias.

A introdução de elementos associados à ideia de *progresso*, como a implantação destas grandes rodovias pavimentadas, convivia com elementos remanescentes de um passado rural, associado muitas vezes à ideia de *atraso*. Exemplo disso pode ser encontrado nos registros de boiadas e carros de boi transportando lenha em estradas de Itaúna, que indicam três práticas que estavam sendo substituídas (embora não suplantadas) com o avanço do processo de industrialização: a criação de gado x desenvolvimento dos setores de transformação e serviços; o uso da força motriz animal nos transportes x transporte rodoviário automotivo; e o uso da lenha como combustível, principalmente em fogões domésticos x uso do querosene, álcool e do gás liquefeito de petróleo como combustível no contexto doméstico e industrial.

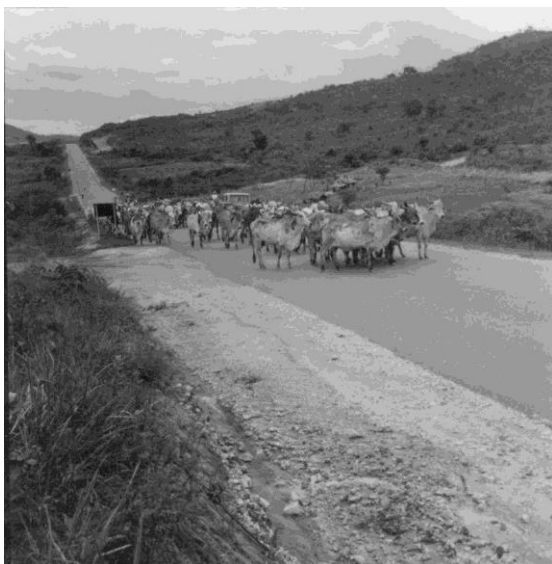


Figura 35: Boiada na estrada em 1967. As características da estrada e da paisagem indicam que se trata da BR 050. Foto: Dulce Maria Pinto; José Joaquim de Sousa. Fonte: Acervo da Biblioteca Digital do IBGE. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=416232. Acesso em abril de 2014.

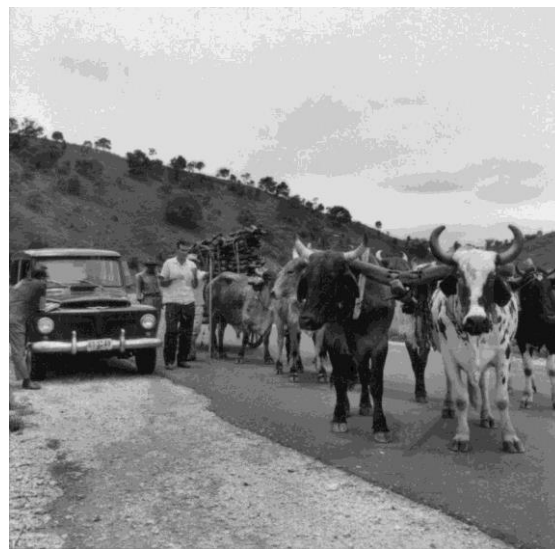


Figura 36: Carregamento de lenha em carro de boi na estrada em Itaúna ao lado de automóvel. As características da estrada e da paisagem indicam que se trata da BR 050. Foto: Dulce Maria Pinto; José Joaquim de Sousa. Fonte: Acervo da Biblioteca Digital do IBGE. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=416230. Acesso em abril de 2014.

A década de 1960 foi marcada ainda pela comemoração do cinquentenário da Itaunense, marcado por celebrações e festividades relacionadas à data. Havia um sentimento de orgulho muito grande entre os trabalhadores da fábrica, pois, naquele momento, trabalhar na Itaunense representava *status* social, o que tinha como consequência, por exemplo, a facilidade de obtenção de crédito em diversos estabelecimentos comerciais locais.

A Itaunense promovia ainda exposições com exemplares do maquinário e dos diversos tipos de tecidos produzidos na fábrica para conhecimento do público em geral. Em relatos orais, há menção a curiosidade demonstrada por crianças, jovens e adultos em relação ao interior da fábrica e ao processo produtivo, que durante o cotidiano eram acessíveis apenas para os funcionários da fábrica.



Figura 37: Desfile de comemoração do cinquentenário da Itaunense. Modelo veste peça tecida na fábrica com para a festividade com a inscrição “50 anos”. Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Agustavo da Fonseca.

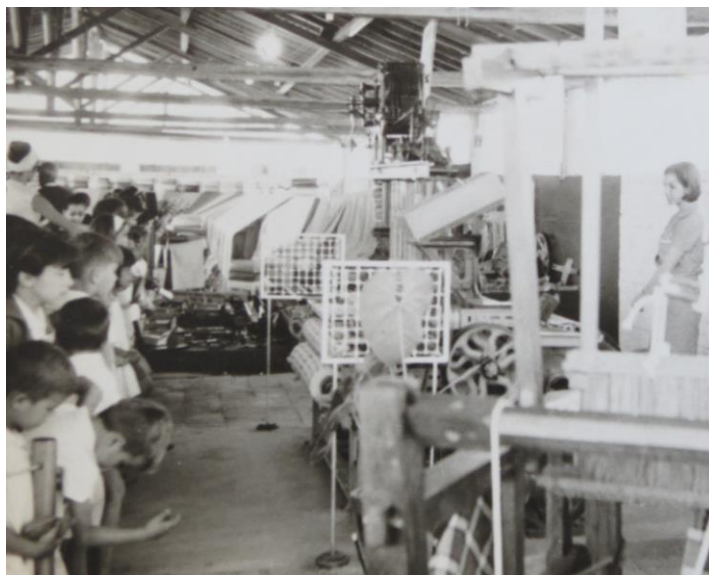


Figura 38: Exposição com máquinas e tecidos da Companhia Industrial Itaunense. Nota-se a presença de crianças e adultos entre o público. Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Agustavo da Fonseca.

Em 15 de dezembro de 1965, foi criada a Universidade de Itaúna, entregue à comunidade em solenidade realizada em 28 de janeiro de 1966. Nas décadas seguintes, o estabelecimento de ensino se consolidou como um dos centros universitário de relevância no interior de Minas Gerais. De sua criação tiveram participação fundamental Dr. Guaracy de Castro Nogueira e o Dr. Augusto Gonçalves de Souza – ambos relacionados à Itaunense.

A Itaunense foi ampliando a produção, de forma a acompanhar o crescimento do mercado consumidor (interno e posteriormente externo), entretanto, nos arredores da Unidade I, em função do processo de avanço da área urbana, não havia espaço para a ampliação da planta fabril, como pode ser verificado em mapa contendo a Carta Topográfica elaborada pelo IBGE na década de 1970, apresentado a seguir. A área em rosa representa a área urbanizada, bastante similar ao contorno do tecido urbano atual.

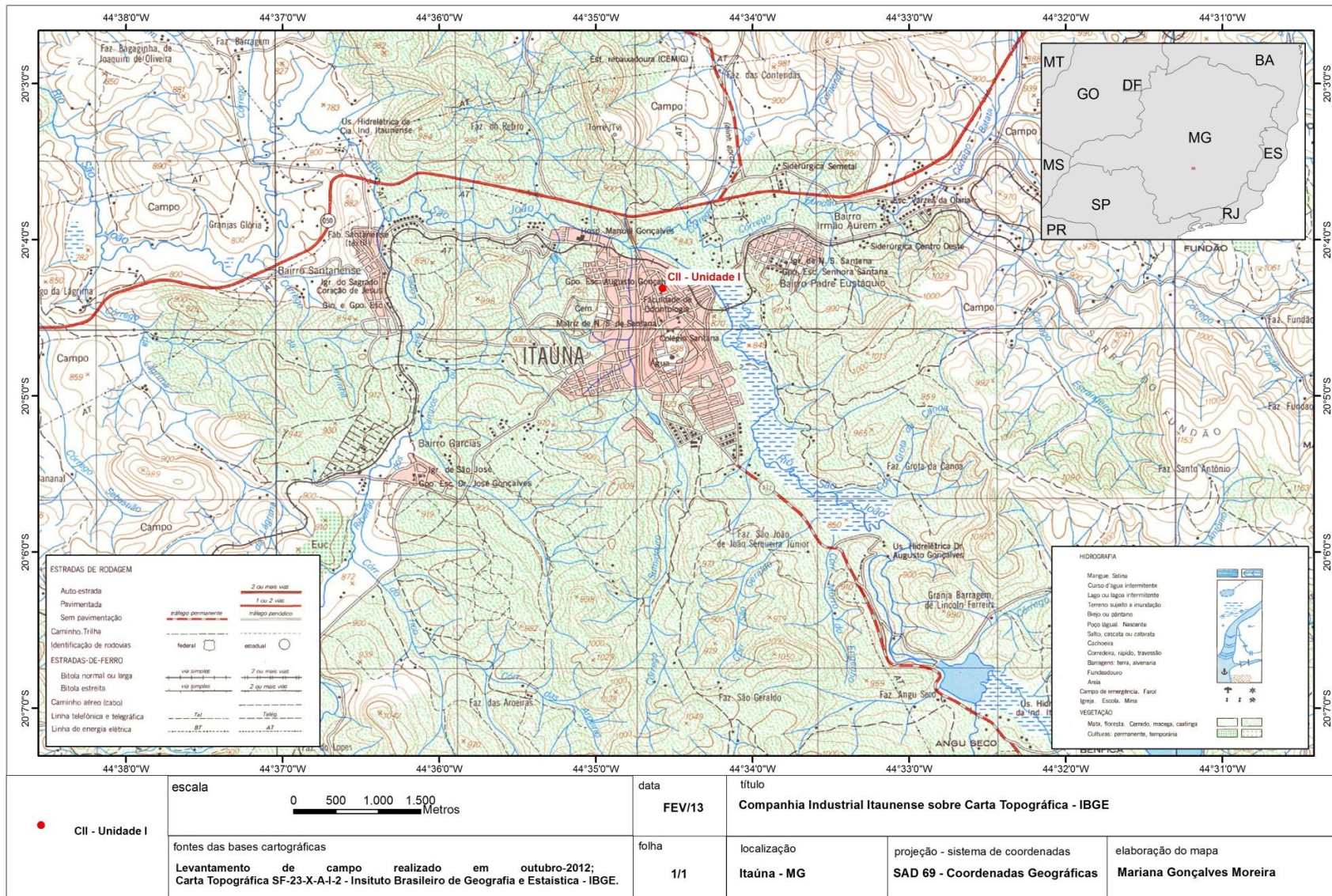


Figura 39: Localização da Companhia Industrial Itaunense sobre Carta Topográfica – IBGE, com indicação da área urbana.

Em 1975, houve a expansão da produção têxtil com a implantação da Unidade II, em local afastado do Centro, a Oeste da Unidade I. Naquele momento, a Itaunense chegou a ter mais de três mil funcionários – o que representava uma parcela significativa da população.



Figura 40: Unidade II da Companhia Industrial Itaunense. Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Agustavo.

A Itaunense participava da vida social de Itaúna de diversas formas. Além das já mencionadas, cabe destacar o apoio a festividades, como é explicitado por Souza:

Margarida é um mocinha popular, meiga e sobretudo ingênua. Todos gostam de dar-lhe prosa, devido à sua atenção e carinho com as pessoas.

Em 1979 fizeram até um bloco carnavalesco em sua homenagem e ela se fantasiou e brincou com as componentes do bloco. Era o Bloco das Margaridas.

A fábrica de Tecidos Itaunense mandou estampar nos panos enormes margaridas verdes e amarelas para realçar mais o nome do bloco. Ficou muito bonita a estampa. (...) (SOUSA, 1981: 96).

Além do Carnaval, a Itaunense dava apoio a outras festividades tradicionais do município. Segundo Dornas Filho, as festas de maior destaque em Itaúna são o Reinado, a Festa de Moçambique e a Festa do Divino, esta última celebrada do município desde 1884 (DORNAS FILHO, 1936).

Em 1981, quando a fábrica comemorou setenta anos, houve a celebração do Dia do Aposentado:

Neste ano de 1981, em que a Companhia Industrial Itaunense completa 70 anos de sua fundação, houve muitas comemorações, entre elas o 'Dia do Aposentado'. Foi a primeira das festas a abrir o ano jubilar.

Esta companhia é a terceira maior indústria do Estado. Produz 60.000 metros de tecidos por dia. São incontáveis os operários que por ali passaram; conseqüentemente, os dela se aposentaram.

A diretoria mandou convite para todos os recantos do Brasil, acompanhado das respectivas passagens. Foi buscar aposentado até no Amazonas. Foi uma festa de matar saudades e de deixar saudades.

Quantas pessoas que não se viam há muitos anos tiveram o prazer de se encontrarem e se abraçarem naquele dia!

O encontro ocorreu na Unidade II, 'Fazendinha'. Começou com a missa celebrada por Monsenhor Hilton Gonçalves de Souza, acompanhada por todos os presentes.

Houve muitos cantores, entre eles o pequeno José Fernando, de Mateus Leme. Cantor prodígio. E a nossa querida Dunga, que além de boa cantora, está sempre pronta para colaborar. Velhos, até de 85 anos de idade, esqueciam-se do reumatismo e dançavam como se fossem jovens! As operárias escolhidas para recepcionistas tudo fizeram para agradar aos visitantes.

A organização foi impecável.

Como é bom sermos portadores de afeto e alegrias!

Ainda resta em algum canto da terra quem nos faça feliz!

O dia do aniversário propriamente dito é 1º de maio. Neste dia é que se inauguram todos os ramos de atividades da indústria. João de Cerqueira Lima, um dos fundadores, era devoto de Maria, a Mãe de Deus. A fábrica foi inaugurada a 1º de maio de 1911, para ficar sob a proteção da Virgem Maria. Dali em diante, seus assessores festejam esse mesmo dia, continuando sempre a invocar as bênçãos de Deus pelas mãos de Maria. (SOUSA, 1981: 92).

A comemoração do Dia do Aposentado é uma expressão do fato de que grande parte dos trabalhadores da Itaunense trabalhou na fábrica por décadas. Era comum envelhecer no mesmo trabalho em que havia começado a trajetória profissional.

Com seu crescimento, a Itaunense em 1985 adquiriu a Oupretana. Na mesma época, teve início o investimento para implantação de uma fábrica têxtil Pirapora. Entretanto, este crescimento não se manteve na década seguinte.

A década de 1990 no Brasil foi caracterizada pela adesão ao denominado *Consenso de Washington*, política neoliberal caracterizada, entre outros, pela abertura comercial, desregulamentação financeira e privatização das estatais. A globalização e abertura da entrada de capitais especulativos, combinada com elevada taxa de juros gerou uma elevada valorização do câmbio. Para a indústria nacional, particularmente a

têxtil, as consequências deste cenário foram severas. (IPEA, 2010). As transformações econômicas se deram de forma rápida, sem que as empresas nacionais tivessem tido tempo e condições para se adaptar à nova realidade econômica.

Diante da ausência de competitividade e da redução do papel do Estado de forma abrupta na década de 1990, a indústria têxtil teve taxa de crescimento negativa³⁵.

Com a rápida e acentuada desvalorização do dinheiro, comprar a vista e vender a prazo, como ocorria com vários empreendimentos da indústria têxtil algodoeira, tinha como consequência prejuízos exorbitantes e insustentáveis. Este é um exemplo das consequências perversas da lógica do capital, isto é, do progressivo distanciamento entre capital e trabalho.

Diante da forte crise financeira, em 1997, a diretoria da Companhia Industrial Itaunense contratou grupo de administradores externos, vindos de Belo Horizonte. Tais administradores não possuíam compromisso com a cultura e o sistema administrativo vigentes na Itaunense; tentaram implantar outro modelo administrativo, caracterizado pela impessoalidade das relações de trabalho, o que provocou grande rejeição dos operários.

Como os débitos da empresa dobraram em pouco tempo, o grupo de administradores contratados abandonaram os trabalhos em setembro de 1999. A antiga diretoria reassumiu.

Em 30 de dezembro de 1999, a Itaunense requereu auto-falência. Em 01 de janeiro de 2000, foi nomeado o síndico da Massa Falida: dr. Luiz Rogério Mitraud. A partir de então, o patrimônio foi sendo liquidado para saldar as dívidas. As pendências trabalhistas foram as primeiras a serem honradas. Em 2007, o foco da empresa passou a ser buscar a recuperação, a partir da entrada de um novo grupo de acionistas. A justiça, em 2012, mudou a condição da Itaunense: do estado de falência passou para recuperação judicial.

A unidade têxtil I, em Itaúna, teve suas atividades interrompidas. A unidade têxtil II, também em Itaúna, foi completamente desativada. A Unidade III, em Ouro Preto, foi desapropriada, em 2006, pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto e os demais

³⁵ Entre 1996 e 2006, o crescimento anual foi de – 19,3% (IPEA, 2010).

bens foram leiloados. O laminador da Usina São João retomou atividades em novembro de 2000, operado pela ArcelorMittal Itaúna.³⁶

Paralelamente ao processo de falência, houve a criação de uma cooperativa visando dar continuidade às atividades de tecelagem (fiação) na Unidade I.

Segundo informações de Ivan Moreira de Faria, idealizador da cooperativa, a Cooperativa de Produção de Artigos Têxteis – Coopetex– nasceu quando a Companhia Industrial Itaunense paralisou as atividades.

O Sr. Ivan visitou outra fábrica, que trabalhava em forma de cooperativa, em Pará de Minas, que lhe repassou informações de como constituir uma cooperativa. Em seguida, afirma o sr. Ivan:

procurei a direção da Itaunense através do dr. Miguel Augusto Gonçalves de Souza, faleceu já também, e propus o arrendamento da fábrica em forma de cooperativa. Já tinha feito todo o trabalho de tudo que poderia oferecer em termos financeiros baseado na experiência da fábrica de Pará de Minas. Coopertêxtil que chama, funciona até hoje. Foi lá que peguei as orientações iniciais. Quando eu procurei com o dr. Miguel ele ficou meio cético, falou assim: mas você não tem experiência em trabalhar na venda, você não é um administrador de uma empresa, será que vai dar certo? Ele ficou na dúvida. Vamos tentar, quem sabe pode dar certo. Fizemos o contrato inicial de dois anos. Pedi uma carência para os primeiros meses porque ninguém não tinha dinheiro. Quem ia entrar comigo eram ex-funcionários da Itaunense, todo mundo, ninguém tinha capital. Então ele deu um voto de confiança, fizemos um contrato de dois anos e a partir fomos renovando e foi dando certo.³⁷

Após o retorno positivo do dr. Miguel, o sr. Ivan reuniu três encarregados, ex-funcionários da Itaunense para discutir a ideia e solicitou que eles “convidassem que tivessem interesse, pessoas de boa índole, de confiança”, para que o negócio fosse iniciado.

A constituição da cooperativa foi no dia 29 de outubro de 1999. Vinte e quatro pessoas assinaram a ata de constituição da Coopetex. O contrato de arrendamento da Fiação foi assinado em 01 de novembro de 1999. Em dezembro do mesmo ano, tiveram início as atividades dentro da fábrica.

Após cerca de duas semanas de trabalho, no dia 20 de dezembro, chegou a notícia: a Companhia Industrial Itaunense havia requerido falência. Um oficial de justiça foi à cooperativa, por volta das três horas da tarde, informou a ordem judicial e

³⁶ ArcelorMittal Itaúna. Boletim Eletrônico Memória Empresarial. a. V – n. 107. 06 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/arquivos/boletim_107.pdf. Acesso em setembro de 2012.

³⁷ Entrevista concedida à autora em outubro de 2012.

todas as pessoas tiveram que sair. As portas foram fechadas em pleno dia. Uma faixa de interdição foi colocada na cerca da entrada da fábrica pela justiça.

Passado algum tempo, o juiz dr. Ramón Bastos, chamou o sr. Ivan e, com um documento na mão, informou que, levando em consideração o lado social da cidade, questão de postos de trabalho, as atividades poderiam ser retomadas – o que foi feito dia 06 de janeiro de 2000.

Tratava-se de uma cooperativa de produção. Tratava-se de uma facção: os clientes (em geral, algodoeirias) forneciam algodão, transportado em carretas, a cooperativa produzia o fio e repassava ao contratante. A principal matéria prima da tecelagem é o algodão – responsável pela maior parte dos custos, em seguida, está a energia elétrica e a mão de obra. Outros materiais como correias, rolamentos, embalagens também eram adquiridos, mas representam parte reduzida dos insumos. Depois de um tempo de funcionamento, passaram a comprar a matéria-prima, produzir o fio e vender o fio – o que representava cerca de 15% da produção. Os principais parceiros comerciais eram de São Paulo e Santa Catarina.

A cooperativa, dando continuidade à cultura empresarial da Itaunense, possuía um aspecto social na cidade. Davam contribuições para seis instituições: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, creche, restaurante infantil, Hospital do Câncer de Divinópolis e Associação de Voluntários de Apoio e Combate ao Câncer de Itaúna.

Ações sociais como estas promoveram a imagem da Itaunense e da Cooperativa e fomentaram sua aceitação no contexto urbano entre aqueles que não possuíam vínculo direto com as mesmas. Era o símbolo de um retorno social dado à população que não se beneficiava dos empregos gerados pela fábrica.

Como consequência destas ações sociais, eram evitados conflitos e rejeição, que poderiam ocorrer em função, por exemplo, da poluição sonora e do ar geradas pelas atividades fabris na área central da cidade e da desconfiança de que a Itaunense, por meio de alguns de seus representantes, atuava no sentido de evitar que grandes empresas se instalassem no município, o que acarretaria disputas em relação à mão-de-obra.

Uma grande dificuldade enfrentada era em relação à qualidade. Depois de sua criação, foram adquiridas máquinas mais modernas – apesar de não serem suficientes. Entretanto, diante da incerteza de continuidade (em função da falência, o contrato de arrendamento poderia ser rescindido a qualquer momento para o imóvel ir a leilão), tornou-se inviável a aquisição de equipamentos adequados para acompanhar o mercado.

No primeiro mês de funcionamento da cooperativa, foram produzidas sete toneladas de fios, com um faturamento de R\$7.000,00. A cooperativa foi crescendo e em 2006 o faturamento chegou a R\$440.000,00 por mês, com 180 cooperados³⁸. Naquele momento, o trabalho era dividido em três turnos, totalizando 24 horas de trabalho por dia, sete dias por semana. Pouco tempo depois, um turno foi reduzido, não se trabalhava mais fins de semana e a produção foi reduzida em 40%. Como é comum na indústria têxtil, a cooperativa teve altos e baixos: em certos momentos, chegou a recusar pedidos; em outros, chegou a parar a produção por falta de algodão.

Em 2010, no mês de agosto, o algodão teve uma alta nunca antes registrada durante o funcionamento da fábrica: mais de 200% em pouco tempo. Neste momento, os clientes da facção – que representava a maior parte do faturamento – se afastaram. Alguns partiram para outras fibras, como o poliéster, que era mais barato; outros pararam de produzir, pois o custo ficou inviável. Mais um turno foi reduzido, mas a cooperativa não parou diante da expectativa de que o mercado iria ficar favorável novamente. Não foi o que aconteceu. Em 31 de outubro de 2011, o contrato com a Itaunense foi rescindido e em 2013 foi dada baixa na cooperativa.

A cooperativa funcionou por doze anos.

2.4 O processo de produção e o cotidiano de trabalho na Companhia Industrial Itaunense³⁹

Vimos que a Companhia Industrial Itaunense foi implantada na porção central do município de Itaúna. Ali havia a proximidade com o rio São João, que provia a disponibilidade hídrica necessária ao desenvolvimento de inúmeras atividades e para o estabelecimento de moradias. Nos arredores, havia a Igreja Matriz, local de manifestação da religiosidade; praças, locais de convívio e exercício da sociabilidade; estabelecimentos comerciais diversos. A ferrovia havia sido implantada e o trem oferecia uma excelente alternativa para transporte de pessoas e mercadorias, conectando Itaúna. A cidade estava crescendo e se urbanizando.

³⁸ Fonte: Legislativo. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG) de 20 de Abril de 2006. p. 19.

³⁹ As descrições apresentadas neste capítulo se baseiam fundamente em relatos orais coletados nas entrevistas realizadas, com destaque para o Sr. Geraldo Agustavo da Fonseca, que descreveu o processo produtivo de forma detalhada, apresentando grande conhecimento técnico e da dinâmica interna da Itaunense. Nas fontes bibliográficas pesquisadas foram poucas as referências ao cotidiano da fábrica e sua dinâmica interna – possivelmente porque estes aspectos foram considerados “banais”.

A anterior implantação da Santanense havia começado a gerar a problematização do uso da mão de obra assalariada em larga escala, isto é, no contexto industrial. As relações de trabalho, o ritmo da atividade, a disciplina, a separação entre ambiente doméstico e profissional e entre meios de trabalho e operários eram questões que se apresentavam no cotidiano e, aos poucos, iam transformando o posicionamento dos trabalhadores em relação às atividades que exerciam.

As mudanças causadas pela indústria eram percebidas pela comunidade e foram intensificadas com a implantação da Itaunense: naquele momento, eram duas fábricas empregando uma parcela significativa da população do município. Vejamos como se deu o processo de recrutamento da mão-de-obra da Itaunense.

Por um lado, a atuação de imigrantes de nacionalidade portuguesa e seus descendentes diretos para a formação das fábricas têxteis em Itaúna, muitos deles donos de fazendas ou estabelecimentos comerciais locais. A contribuição dos migrantes e seus descendentes foi decisiva para diversas iniciativas que em conjunto culminaram no processo de desenvolvimento da formação econômico-social capitalista, fundada na industrialização e na urbanização. Por outro lado, a formação do operariado contou predominantemente com o elemento nacional, desprovido de meios de produção, que necessitou passar por um processo de treinamento para se tornar o operário industrial eficiente, pontual e assíduo – perfil necessário ao exercício das atividades fabris.

Em larga medida, os primeiros operários eram artesãos ou trabalhadores rurais que não estavam acostumados com o cotidiano fabril, e que, desprovidos de meios próprios de produção, dependiam da renda da venda da sua força de trabalho para sobreviver.

A base social de origem dos operários era bastante diversificada e é possível inferir que, no começo, os trabalhadores eram provenientes de Itaúna, inclusive da área rural. Depois, com a crescente demanda por funcionários em função do crescimento da fábrica, os trabalhadores migravam dos municípios circunvizinhos ou mais distantes, uma vez que se viam atraídos pela possibilidade de emprego e pela indicação de familiares e amigos.

A contratação se dava, em sua maioria, por oferta do próprio trabalhador por si mesmo ou intermediado por pessoas de confiança, já funcionários da fábrica ou familiares.

A indicação de um funcionário da fábrica, muitas vezes, familiar daquele que estava sendo indicado possuía um grande valor, visto que quem fazia se apresentava

como corresponsável pelo comportamento e desempenho do futuro operário e atestavam o caráter do candidato, caso este ainda não fosse conhecido dos contratantes. Quem indica passa a ser, de certa forma, avalista do desempenho do indicado. Assim, a indicação era acompanhada por uma pressão social de amigos, de familiares e da opinião pública que representavam mecanismos que contribuíam para moldar e manter comportamento considerado adequado.

A contratação para trabalhar na fábrica era em si mesma o primeiro *favor* recebido pelo trabalhador e, por ter recebido este favor, havia um sentimento de gratidão por parte do contratado e de sua família. Em uma sociedade ordenada pela troca de mercadorias, para aqueles que não têm acesso aos meios de produção, o trabalho é a única forma de prover a subsistência, tendo, por isso, grande relevância do ponto de vista pragmático – assegurar a própria sobrevivência – quanto do ponto de vista simbólico – sentir a segurança de não se ver em condição de miséria.

Durante o recrutamento, eram selecionados muitos operários desqualificados para serem treinados. A experiência e o conhecimento técnico não eram requisitos para contratação – o que os contratantes buscavam eram qualidades morais, representadas por características pessoais, como o compromisso, a pontualidade e a dedicação, como relata Mardoqueu José da Silva.

Mardoqueu José da Silva foi trabalhar na Itaunense na década de 1940 por causa do futebol. Quando chegou a Itaúna, foi em uma venda comprar uma vassoura e o vendedor perguntou se ele gostava de futebol, respondeu: “eu gosto, ele que não gosta de mim”. Depois disso, participou de um treino no Cruzeiro do Sul (time) e fez onze gols. O juiz até pediu para ele manear, porque só ele estava jogando, quando a bola ia para seus pés, ninguém conseguia tirar e já tinha feito onze gols; “deixa os outros jogarem também!”. Com a fama que alcançou pelo talento no esporte, um conhecido o indicou para trabalhar na Itaunense em uma tarde. A noite, o sr. Mardoqueu foi à entrevista. O chefe não queria contratá-lo alegando que jogador de futebol costuma trabalhar mal, e ele disse: “é a primeira vez que entro em uma fábrica de tecidos e não conheço este trabalho, mas sou trabalhador”. Mostrou as mãos calejadas e o chefe disse que poderia começar a trabalhar no dia seguinte. Mais tarde, passou a jogar futebol pelo time da Companhia, o Fabril. Trabalhou de 1944 até 1992, por 48 anos, na sala de panos da Unidade I.

As relações familiares estavam fortemente presentes. Muitas vezes a indicação para trabalhar na fábrica era dada por um parente, como conta Nilo Moreira da Silva

Todos os meus irmãos e a minha esposa trabalharam na itaunense. Um homem e quatro mulheres. Não podia trabalhar no mesmo setor. Fulano, tem vaga no seu setor? Tem. Vou mandar meu irmão práí. Trocava favores. Mas isso não era escondido. A proibição de trabalhar no mesmo setor já era para evitar problema. Na minha casa, nós éramos seis, todos trabalhamos na fábrica e minha esposa. O pai dela era da itaunense.

Naquele tempo, os meninos tinham 13 anos para 14 ficavam loucos para fazer 14 para arrumar emprego na fábrica. Quando eu fiz 14 anos, três irmãs já trabalhavam na fábrica e arrumaram para mim. Depois eu arrumei para um irmão que era mais novo, para minha irmã que era mais nova e fomos todos para lá.⁴⁰

A contratação de familiares tinha implicações. Em casos em que o desempenho profissional de uma pessoa não se desenvolvia a contento, quando este possuía familiares na fábrica, era preciso dar explicações em caso de demissão para evitar desavenças. Familiares (consanguíneos ou afins) não trabalhavam no mesmo setor, visando evitar comportamentos inadequados, dispersão, possíveis conflitos, entre outros.

O processo de ensino-aprendizagem de todo o corpo operário era similar. A formação da disciplina necessária ao trabalho fabril se dava por meio do treinamento técnico (que ensina ao operário as técnicas, habilidades, conhecimentos para execução das tarefas de uma etapa do processo fabril) e da criação/interiorização de valores, o que corresponde ao fator ideológico:

O conteúdo do componente ideológico, numa estratégia de formação de mão-de-obra, define-se em termos específicos pela assimilação de valores, de normas, pela mudança de mentalidade, pela adoção de uma nova concepção do mundo, por um novo modo de pensar e de sentir a vida (GIROLETTI, 1991: 137)

Normalmente, quem era contratado e não possuía conhecimento técnico/experiência, iniciava na limpeza. Em seguida, passava a acompanhar o trabalho de outra pessoa. Alguns, enquanto permaneciam na área de limpeza, iam observando outros operários realizando suas atividades e demonstravam interesse em alguma função específica: “deixa eu fazer também” e assim iam aprendendo uma nova função. Outros, à medida que surgia demanda para determinada atividade, eram realocados dentro do processo produtivo.

⁴⁰ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

Por um lado, o aprendizado do trabalho fabril diz respeito ao comportamento, à disciplina, à formação de atitudes. Por outro lado, também envolve a elaboração dos gestos, a adaptação do corpo às tarefas e ao ritmo do maquinário.

Enquanto as máquinas executam movimentos simples e repetitivos, os operários são capazes de realizar movimentos complexos e de analisar cada situação e agir de acordo com sua avaliação, de forma criativa. Sua subjetividade permanece presente no trabalho que executa, por mais que tenham que se sujeitar à disciplina industrial, ao ritmo imposto pelas máquinas e à divisão em pequenas etapas do processo produtivo.

A organização do espaço (distribuição funcional e espacial das máquinas e equipamentos dentro da planta da fábrica) tem uma função fundamental no processo produtivo.

A distribuição espacial das máquinas e a separação física da estrutura em setores são elementos que definem o local onde o operário deve ou não permanecer. A organização material da produção determinava as funções que o operário deveria realizar. As tarefas eram definidas por seção e pelo tipo de máquina, onde se executava uma parcela da produção, caracterizada pela ação ininterrupta das máquinas que compunham o processo fabril.

A supervisão contínua evitava dispersão, deslocamentos e circulação desnecessários dentro do mesmo setor e entre setores diferentes. A tarefa dos supervisores era facilitada pela reduzida quantidade de divisões físicas do espaço interno da fábrica, pois, com isso, podiam observar vários operários simultaneamente, tendo uma visão privilegiada de cada setor.

A ausência de divisões físicas em cada setor proporcionava ainda maior integração entre as diversas atividades que compunham o processo produtivo, diminuindo o tempo de passagem do material de uma máquina a outra.

Diferentemente do corpo operário, parte dos técnicos que ocupavam cargos de chefia e supervisão, possuíam treinamento prévio, obtido fora dos muros da fábrica. Neste sentido, merece destaque cursos técnicos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, a partir da década de 1940⁴¹, visando atender uma demanda existente há tempo de formação técnica de mão-de-obra nacional, seguindo a lógica de substituição de técnicos estrangeiros, comuns na virada do século. Alguns dos cargos de chefia da Itaunense foram desempenhados por profissionais formados pelo

⁴¹ CETIQT-SENAI. Disponível em: <http://www.cetiqt.senai.br/novox/port/osenaicetiqt/historico.asp>. Acesso em dezembro de 2013.

Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil – CETIQT do SENAI, ofertado no Rio de Janeiro.

Os cursos profissionais representavam a principal oportunidade de alcançar cargos melhores dentro da indústria. Entretanto, para aqueles que se viam dispensados de pagar mensalidade por terem ganhado bolsa de estudos, a realização do curso requeria condições materiais para se manter no Rio de Janeiro e para deixar de contribuir para o sustento familiar com o salário durante todo o período de estudo.

Somente foi implantado o processo de treinamento sistemático na década de 1970, com a atuação do sr. Ivan Moreira de Faria. Recém contratado após realizar um curso técnico no Rio de Janeiro, no Senai, na Escola da Indústria Técnica Química e Têxtil, o sr. Ivan implantou um

um método organizado, um método científico, vamos falar assim, para treinamento das pessoas que eram admitidas e que não tinham experiência. Aos poucos fomos formando, fazendo manuais para cada função. E para poder desenvolver melhor o trabalho, acabamos escolhendo dentro dos melhores funcionários de cada área um monitor. Então o monitor com o manual, criado por nós mesmos, o pessoal recebia o manual. Foram vários monitores. Vários manuais para atender as mais diversas funções.⁴²

Em relação ao gênero, destaca-se que a Itaunense empregava aproximadamente o mesmo número de homens e mulheres. Entretanto, analisando cada setor, nota-se que havia uma divisão de tarefas por gênero. Na Itaunense, segundo relatos de ex-funcionários, o cenário se aproximava do descrito por Giroletti para fábricas têxteis de Minas Gerais do final do século XIX:

Nas seções de preparação à fiação, empregavam-se em maior parte operários homens, porque a execução das tarefas exigia grande esforço físico, no transporte do algodão e das bobinas. Na fiação propriamente dita se dava o contrário. A mão-de-obra utilizada era basicamente de meninos, menores e mulheres. O número de operários adultos masculinos era pequeno: um chefe, um subchefe, um “feitor de meninos” e alguns auxiliares. Na preparação, a maior parte da mão-de-obra exigia qualificação (são operadores de máquinas); na fiação propriamente dita, ao contrário, para a maior parte dos trabalhadores – mulheres e meninos – não se requeria grande treinamento. As tarefas mais complexas eram executadas pelos chefes e pelos operários cujas funções eram técnicas, de reparo e manutenção. (GIROLETTI, 1991: 36).

⁴² Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

Na década de 1950, a Itaunense contava com 690 funcionários, dos quais: 264 eram homens maiores de idade e 28 menores; 285 era mulheres maiores de idade e 113 menores, resultando em um total de 292 homens e 298 mulheres⁴³.

Ressalta-se que, diferentemente do contexto oitocentista, a idade mínima para contratação de meninos e meninas era 14 anos – idade que marcava o momento em que se deixava de ser muito novo para trabalhar. Embora não fossem consideradas crianças, muitos destes jovens deixavam de frequentar a escola para assumir a atividade laboral. Se por um lado, assumir o emprego representava a possibilidade de contribuir para a sobrevivência da família, existindo a perspectiva de permanecer no mesmo emprego por toda a vida produtiva, por outro lado, as possibilidades de conseguir empregos melhores eram minimizadas pela evasão escolar.

A exploração de mão de obra infanto-juvenil apresentava vantagens para a indústria:

O jovem tinha maiores possibilidades do que o adulto de ajustar seu corpo e sua capacidade motora às exigências das máquinas e de compreender as várias tarefas previstas pela organização do processo produtivo, sobretudo daquelas que requeriam maiores habilidades. Seu caráter, em formação, moldava-se mais rapidamente aos novos requisitos de socialização impostos pelas fábricas. Os novos “hábitos” de diligência, disciplina, assiduidade, constância, pontualidade e os novos valores podiam ser mais prontamente adquiridos e internalizados” (GIROLETTI, 1991: 98)

No setor de tecelagem, predominavam as mulheres. A maioria dos cargos de chefia, supervisão, gerência era exercida por homens, que também correspondiam ao gênero dominante nas atividades de suporte à tecelagem, como carpintaria, serraria, manutenção, oficina, etc. Todas as atividades funcionavam em sintonia, com vistas a possibilitar a produção contínua, tanto no período diurno quanto noturno.

Para gerenciar conflitos com os funcionários, eram mobilizados recursos como o diálogo, a advertência e, em última instância, a demissão.

A Itaunense era a principal fonte geradora de emprego da cidade. Ser demitido era considerado um grande fracasso. Manter o emprego se colocava como uma necessidade, particularmente no caso das mulheres, para as quais as opções de contratação eram mais restritas que para os homens. Para estes, existia a possibilidade de trabalho nas siderurgias, conforme dito anteriormente.

⁴³ Voz Operária. Ano I. Itaúna, 20 de dezembro de 1958. Nº. 2.

Neste contexto, é com grande orgulho que diversos operários afirmaram que saíram da Itaunense sem ter tido qualquer tipo de reclamação de seus superiores. A satisfação em saber que o seu trabalho agrada ao seu superior é a outra face do medo do desemprego, uma das perversidades do capitalismo:

A produção do trabalhador assalariado constitui o resultado de um longo e penoso processo histórico que, progressivamente, transforma os homens em indivíduos livres de todos os vínculos diretos, que dos outros homens, de sua comunidade, quer das condições materiais de sua existência. O indivíduo livre é livre não apenas das amarras da tradição de sua comunidade, mas também de qualquer outra condição objetiva de produção de sua vida. O trabalhador assalariado é livre para escolher o emprego e é também livre para morrer de fome quando não encontra quem compre a sua força de trabalho (LIMA, 2000: 24).

Em todos os setores, cada operário fazia um turno de trabalho, que era de oito horas, com intervalo de quatro horas no meio do período. A sirene marcava o tempo do trabalho e do não-trabalho. Era acionada às 6; às 10; às 14; às 18 e às 22 horas. Nota-se que a forma como os períodos de trabalho e não-trabalho eram distribuídos ao longo do dia permitia que os operários pudessem fazer as refeições em suas próprias residências, com a família – organização do trabalho bastante diversa da encontrada na maioria das fábricas, que possuíam refeitório e o operário ficava separado de sua família por um período contínuo, que representava parte considerável de seu dia.

Comumente verificada em indústrias têxteis, a jornada fabril era desenvolvida por um período de até doze horas consecutivas, incluindo o horário de almoço – muitas vezes realizados em refeitórios dentro da propriedade da fábrica de forma a agilizar o retorno do operário ao trabalho. O refeitório elimina o tempo gasto com deslocamento de ida e volta à moradia, preparo dos alimentos, organização e limpeza do ambiente doméstico – atividades necessárias à refeição, bem como algum tempo possivelmente dedicado às inter-relações familiares neste momento.

Na Itaunense, há registros da presença de um refeitório, localizado em frente à portaria. Na década de 1960, o refeitório já havia sido desativado. Entretanto, a lembrança dos ex-funcionários da fábrica, inclusive os mais antigos, é de realizar todas as refeições fora do ambiente fabril, normalmente em sua própria moradia.

A Companhia Industrial Itaunense era uma fábrica integrada, isto é, o fluxo produtivo tinha início com os fardos de algodão e terminava com os fardos de tecido acabado pronto para serem comercializados. A produção era dividida em setores, a saber: fiação, preparação, tecelagem e sala de panos, diretamente relacionados ao

processo de produção têxtil, e carpintaria, oficina, manutenção, fundição, mecânica, entre outros que não eram vinculados diretamente à tecelagem.

Cada um dos setores estava associado à formação da identidade dos operários. A convivência era maior dentro de cada setor, havia um forte sentimento de pertencimento, sendo este um dos elementos que por um lado identificavam os operários e por outro os diferenciavam dos demais. Até a atualidade, quando duas pessoas que trabalhavam na fábrica se conhecem, a primeira pergunta é: “em qual setor você trabalhava?”. Este também é um dos primeiros tópicos mencionados nas entrevistas com ex-funcionários. De forma geral, cada um conhecia relativamente bem cada atividade executada em seu próprio setor, sendo grande o desconhecimento das etapas que integravam os processos dos demais setores, para as quais se tinha uma noção vaga. Somente aqueles que possuíam cargos elevados conheciam o processo como um todo.

Veremos, então, como era o processo produtivo na Companhia Industrial Itaunense, desde a obtenção da matéria-prima até a comercialização do produto final.

A principal matéria-prima é o algodão, fibra têxtil vegetal natural cultivada e que, assim como o linho, corresponde às fibras naturais mais antigas cultivadas pelo homem (PEZZOLO, 2007: 25). Entre as qualidades naturais do algodão destacam-se o conforto, a maciez e a durabilidade. Os tecidos de algodão são leves e as cores provenientes do tingimento do mesmo são resistentes ao ar, à luz e às lavagens repetidas. Trata-se de um material versátil, que permite a combinação com as mais diversas fibras, inclusive as sintéticas.

Na Companhia Industrial Itaunense, o algodão era recebido em fardos, isto é, em grandes embalagens contendo o algodão prensado e preso por fitas metálicas para manter o aglomerado de fibras naquele formato. Os fardos facilitam o transporte do algodão, que inicialmente era feito por carros de boi quando produzido nas proximidades e pela ferrovia quando transportado de áreas mais distantes, substituídos posteriormente por caminhões, responsáveis pelo transporte da totalidade da matéria-prima.

Sobre a produção de algodão na região de Itaúna que abastecia a fábrica no início do século XX, Souza (1981) explicita que

algodão colhido ali pelas redondezas da cidade vinha das plantações de Alfredinho Gonçalves ou dos ‘gorduras’ onde havia grande plantação de ‘ouro branco’. Ainda não se falava de inseticidas, por isso se ajustavam

muitas moças pra trabalharem na lavoura algodoeira, pagando-se a cada uma 800 réis por dia para catarem lagartas e taturanas. Enchiam os aventais com aquela bicharada, que subia pelas roupas e braços. (SOUSA, 1981: 88-9).

A colheita manual é um trabalho árduo que pode se prolongar por semanas. No algodoeiro, as fibras crescem aderidas às sementes, dentro de uma cápsula, que se abre quando madura. O tempo transcorrido entre o plantio e a colheita é de cerca de seis meses e deve-se ter o cuidado de o amadurecimento dos frutos não coincidir com o período chuvoso, pois a exposição à água pode comprometer a produção. Nem todas as cápsulas se abrem ao mesmo tempo e somente as maduras devem ser apanhadas. (PEZZOLO, 2007).

Com o aumento da produção, passou a se adquirida matéria-prima proveniente do extremo Norte da região Nordeste do país, principalmente Ceará e Paraíba, mas também Rio Grande do Norte. Houve momentos de crise da produção algodoeira brasileira nos quais o algodão foi importado da África.

Havia um descaroçador de algodão na Companhia Industrial Itaunense, entretanto, na década de 1960 este já estava desativado. Neste momento, o algodão já chegava à fábrica descaroçado. Os tecidos produzidos ali eram feitos com algodão somente, sem acréscimo de fibras sintéticas.

O processo produtivo era dividido em quatro seções, a saber: fiação; preparação; tecelagem; e sala de panos. Cada seção

era formada por máquinas racionalmente dispostas segundo a lógica do processo produtivo. Nela realizava-se uma parte do produto final. A disposição das máquinas pelas seções seguia uma sequência de operações que definiam as funções de cada operário. Por isso, as fábricas modernas, a produção da disciplina passa a ser inerente à distribuição espacial das máquinas e ao desempenho funcional dos operários. (GIROLETTI, 1991: 143)

A operação das máquinas requeria a atenção e presença contínua do operário responsável por ela, de forma a manter a produção, atentando para a exigência de qualidade requerida para os produtos.

A primeira etapa do processo era a **fiação**, que tem como objetivo a transformação das fibras em fios. Esta etapa se desenvolvia com o uso de diversas máquinas que desempenham papéis diferentes e complementares, em dois momentos: a preparação da fibra e a fiação propriamente dita.

Após a colheita, era necessário separar as fibras do algodão das sementes e demais impurezas. Inicialmente, vários fardos eram abertos e colocados em uma máquina conhecida como abridor. O operador pegava uma grande quantidade e colocava na máquina, sendo importante ter material proveniente do maior número possível de fardos para obter maior homogeneização, já que cada fardo possuía características particulares.

Em seguida, o algodão era levado para o abridor vertical. O objetivo era separar a fibra propriamente dita de substâncias indesejáveis que a acompanhavam, visando facilitar os processos subsequentes. As impurezas eram cascas, galhos, folhas, areia e barro, entre outras. Depois, era colocado nos abridores horizontais, de onde saía em forma de manta e era enrolado. Este rolo ia para as cardas, máquinas responsáveis por escovar, desembaraçar as fibras e retirar as impurezas remanescentes.

Em seguida, nos passadores, a mistura de fibras era homogeneizada e obtinha-se o paralelismo entre as fibras. Eram três máquinas, nas quais se fazia a primeira e a segunda passagem, visando assegurar a qualidade do produto final.

Daí seguia para maçoqueira, que transformava as fibras em pavio. Em seguida, nos filatórios, eram produzidos, por meio de estiramento e torção, os fios – produto final da etapa de fiação. Sua característica principal era o diâmetro ou espessura (tecnicamente chamado de título do fio). Eram produzidos fios de várias titulações, de acordo com o planejamento do produto final esperado.

A fase seguinte era denominada **Preparação de Fios**.

A preparação dos fios consistia em fazer as bobinas. Nesta etapa havia o limpador, pelo qual o fio passava para retirar impurezas e irregularidades. Esta preparação melhora a qualidade dos fios a fim de se obter um bom rendimento na tecelagem.



Figura 41: Ruth Nogueira, da Secção de Preparação de Fios, trabalhando na bobinadeira. Fonte: *Voz Operária*. Ano II. Itáúna, 27 de Fevereiro de 1960. Nº 16.

Após a transformação dos fios em bobinas, havia uma bifurcação do processo: uma parte das bobinas ia para a urdideiras e outra parte para as espuladeiras, que produziam respectivamente o urdume (elemento longitudinal) e a trama (elemento transversal) do tecido.

Nas urdideiras, os rolos eram produzidos com 400, 500 ou 600 fios, dependendo do planejamento do tecido. O urdume correspondia ao elemento longitudinal do tecido. Iam para a engomadeira, para que fosse feito um pequeno revestimento, invisível a olho nu, para melhorar o desempenho na tecelagem e evitar que se arreventassem em função da fricção dos pentes ao serem tecidos (caso os fios se rompessem durante a tecelagem, era precisa a intervenção da tecelã no pente do tear). A goma, substância aglutinante e gelatinosa, era produzida com solução amido de milho com aditivos amaciante e algum produto que melhorasse a penetração da goma nos fios. Após passar pela engomadeira, o urdume ia para a secadora.

Paralelamente à produção do urdume, eram feitas as espulas, que correspondiam ao elemento transversal do tecido, com o uso de máquina denominada espuladeira responsável por transferir o fio proveniente da fiação para bobinas menores.

O urdume e as espulas seguiam para a tecelagem.

A fase seguinte era a **tecelagem**, fase importante do processo, cujas tarefas eram definidas pelo planejamento do tecido (qualidade e quantidade) que se pretendia produzir.

Para a tecelagem, o urdume era colocado no tear e a espula era colocada na lançadeira, que se movimentava de um lado para o outro inserindo com a lançadeira os fios da trama transversal no urdume (também denominado de urdimento), elemento horizontal. O uso da lançadeira, embora tenha se tornado obsoleto, permaneceu sendo utilizado na tecelagem da Itaunense até a sua desativação.

A falta de inovações teve repercussões negativas em relação à produtividade, à qualidade do produto final e, conseqüentemente, no preço de venda dos tecidos e na competitividade da fábrica.

Os teares utilizados na Companhia Industrial Itaunense possuíam 180 rotações por minuto. Atualmente, avanços realizados na indústria têxtil com projéteis de jato de ar substituindo as lançadeiras, a velocidade aumentou muito, chegando a 600, 700 rotações por minuto.



Figura 42: Seção de Tecelagem – Companhia Industrial Itaunense – década de 1930. Foto: Espaço Cultural. Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna, 2001: 21.

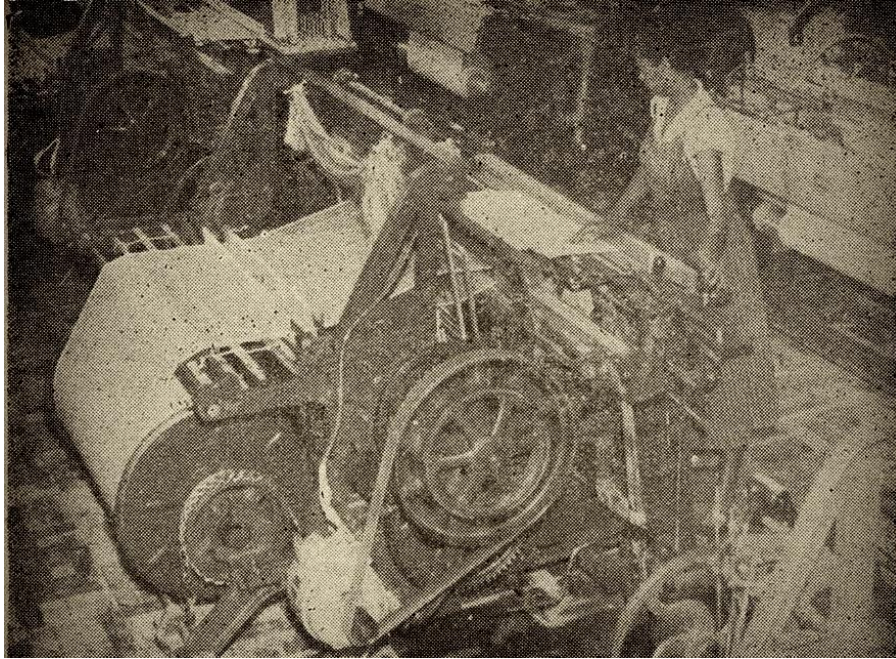


Figura 43: Tear automático da Companhia Industrial Itaunense. Década de 1960/70. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/itauna.decadas?fref=phot>. Acesso em maio de 2014.

Uma vez fabricado o tecido, este era enrolado e saía da tecelagem em rolos. Passava por uma inspeção visual no medidor, na qual o operador também media o comprimento das peças que foram derivadas do processo de tecelagem. Os defeitos eram informados e registrados.

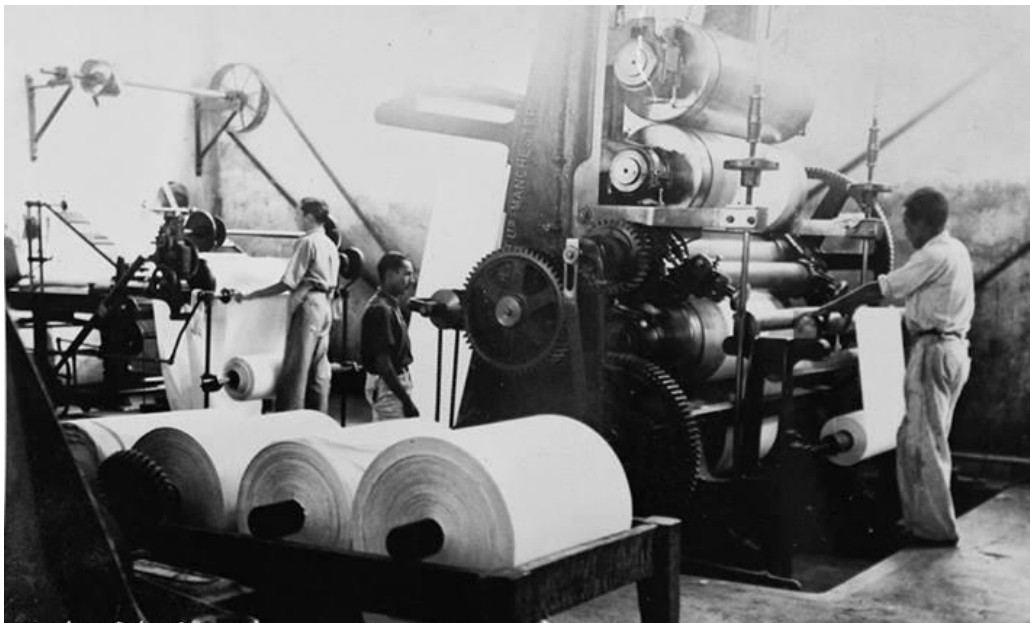


Figura 44: Companhia Industrial Itaunense. Maquinário do Setor de Tecelagem. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/itauna.decadas?fref=photo>. Acesso em maio de 2014.

A largura dos tecidos variava de 0,65 m (fraldas) até 2,20 m, no máximo. Os tecidos acabados podiam possuir ainda 0,80; 0,90; e 1,40 m de largura.

Após a conversão do fio em pano, o tecido cru, assim denominado porque não tinha passado por algum tipo de beneficiamento ainda, passava pelo processo de desengomagem, por causa do tratamento dado ao elemento longitudinal da trama. Neste momento eram retirados os produtos que foram adicionados aos fios do urdume para aumentar sua rigidez e resistência durante a tecelagem.

Os acabamentos dos tecidos crus eram variados e dependiam de sua qualidade, de forma a produzir: tecidos alvejados (que passam pelo processo de alveamento/branqueamento); tecidos tintos (que recebem uma coloração única em toda a sua extensão) e tecidos estampados (que mostram desenhos obtidos por meio da aplicação de corantes em áreas específicas).

O branqueamento químico ou alveamento tinha por finalidade remover os pigmentos naturais que conferem coloração amarelada ao algodão, bem como restos de casca e pontos escuros da superfície do tecido.

O tecido alveado podia ser comercializado dessa forma, ou ir para a tinturaria ou ainda ser estampado. A tintura (ou tingimento) é a técnica que tem por finalidade proporcionar cor aos tecidos, mediante utilização de corantes. A estampagem, feita por vários processos, imprimia desenho decorativo ao tecido.

Na tinturaria, o tecido era colocado em uma máquina, na qual ia de um lado para o outro até completar o tingimento. Neste processo, há o uso do mordente, que serve de fixador entre as fibras e o corante. O resultado era o tecido tinto. Em geral, nas fábricas de tecidos os tintureiros possuíam conhecimento decorrente da prática, sem domínio teórico de química, e seus segredos para obtenção de cores homogêneas eram habilidades reconhecidas.

O tecido branco alveado podia ir para a estamparia. Na máquina de estampar, o tecido era submetido a vários processos para conseguir desenho da estampa desejada. Para fixar as estampas, o tecido passava pela polimerizadeira, máquina que possui uma câmara. A estampagem era uma tecnologia mais desenvolvida e só foi praticada na itaunense nas últimas décadas de seu funcionamento.

Assim, eram obtidos os tecidos alvejados, tintos e estampados, que passavam pelo processo de acabamento final, no qual eram submetidos a uma porção de amido em meio líquido ou resinas para dar mais estabilidade ao tecido. É impregnado e depois seco. Em seguida, iam para a calandra ou sanforizador.

Após a tecelagem e a tintura, o tecido era submetido a tratamentos que modificam suas características, melhorando sua qualidade e acrescentando novas propriedades. Eram três tipos de máquinas que atuavam nesta etapa do processo produtivo: a calandra é um equipamento com posição vertical, pelo qual o tecido passa para ser melhorado; a sanforizadeira era uma máquina que fazia o pré-encolhimento do tecido, evitando, assim, que o mesmo encolhesse ou deformasse após ser comercializado durante a lavagem doméstica; a máquina de marcerizar, que conferia brilho, aparência sedosa de forma industrial ao tecido.

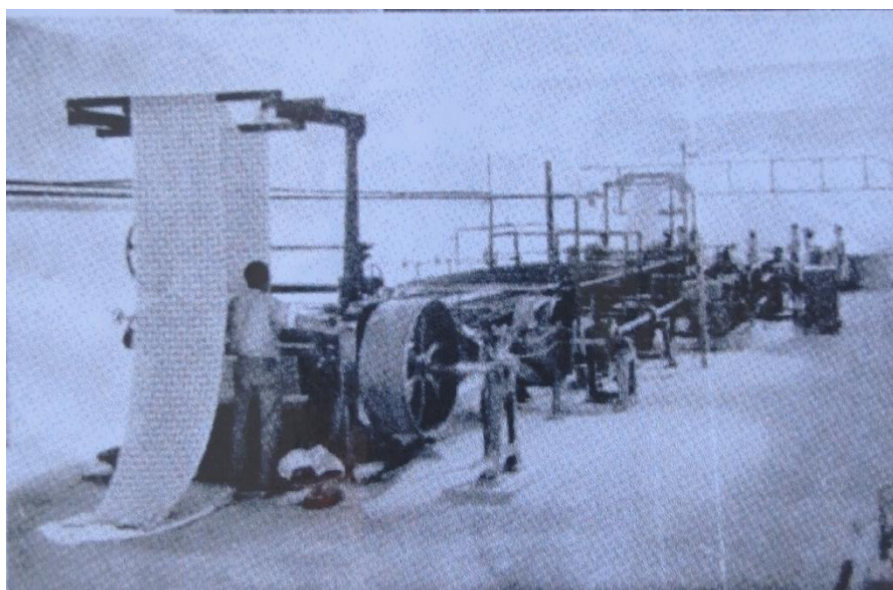


Figura 45: Companhia Industrial Itaunense – Máquina de Marcerizar – década de 1930. Autor: Espaço Cultural. Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna, 2001: 22.

Os tecidos produzidos nesta fase eram entregues ao setor de preparação.

A última fase do processo era a inspeção final que ocorria na denominada **sala de panos** ou **expedição**, onde os defeitos identificados na inspeção eram cortados.

As peças produzidas possuíam 30, 40 e/ou 50 metros. Os tecidos também podiam ser entregues em rolos e não em peças, em ambos os casos eram comercializados para empresas de atacado ou varejo. Na expedição, o tecido em peça era prensado para diminuir volume. Eram colocadas várias peças na prensa de uma só vez. Assim, reduzia-se o custo com transporte.

Eram produzidos diferentes tipos de tecidos: opalas, cretones, cambraias, popelines e tecidos de maquina, entre outros. Além das peças e rolos de tecidos, eram comercializados tecidos com leves defeitos (LD), separados na expedição, retalhos e aparas (com menos de um metro).

A produção era vendida principalmente para o mercado interno. A fábrica possuía representação no Nordeste (principalmente na Bahia), em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, de forma que o alcance espacial da produção foi sendo ampliado.

A primeira exportação realizada foi para o Japão. Foi colocada uma faixa no caminhão responsável pelo transporte dos tecidos, que deu uma volta pela cidade antes de ir para o porto. A lembrança deste fato é relatada por alguns dos entrevistados.



Figura 46: Faixa contendo os dizeres “Tecidos da Itaunense para o Japão” afixada em caminhões em frente à Igreja Matriz de Itaúna. Década de 1950. Fonte: Itaúna em décadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/itauna.decadadas?fref=phot>. Acesso em maio de 2014.

Tecidos foram exportados ainda para vários países da Europa, como Suíça e Itália. Houve um momento em que foi montada uma confecção de roupas de cama, que chegaram a ser exportadas para a Alemanha. Havia exportação ainda para diversos países da América Latina e para a África do Sul.

Não foram encontrados dados precisos sobre o início das exportações da Itaunense. Referências esparsas indicam que na década de 1960 as exportações já eram realizadas para diversos países. Assim, é possível inferir que o processo de adentrar no mercado externo se inseriu no contexto da Segunda Guerra Mundial (1940-1945) quando houve o crescimento da demanda mundial por tecidos de algodão (STEIN, 1977), fomentando um período de grande prosperidade para a indústria têxtil brasileira.

Apesar das exportações realizadas, a Itaunense não conseguiu se consolidar no mercado internacional. Tal fato pode estar relacionado à qualidade inferior dos tecidos decorrente da ausência de modernização do processo produtivo.

Mesmo diante do crescimento da demanda, a fábrica passou por reduzidas modificações no seu processo técnico e no maquinário. As únicas modificações que se têm informações ocorreram no início do processo (com a desativação do descaroador de algodão, quando a matéria-prima passou a ser adquirida já com algum tipo de beneficiamento) e na diversificação dos produtos finais, com a introdução dos tecidos estampados – o que demandou maior desenvolvimento técnico do que era necessário para a produção de tecidos crus e tintos, praticada desde a instalação da fábrica.

Visando aumentar a produção, recorria-se a contratação de mais operários, muitos dos quais inexperientes, e procurava-se manter a produção ininterrupta, isto é, com turnos de trabalho durante o dia e a noite. Quando isso não foi mais suficiente, houve a expansão das instalações e da produção com a implantação da Unidade II e a aquisição da Ouropretana.

Com a falta de introdução de inovações no processo produtivo, nas décadas de 1980 e 1990, e com a implantação de medidas que fomentavam a importação de produtos industrializados, tecidos estrangeiros passaram a concorrer com os nacionais no mercado interno. A necessidade de modernização de equipamentos e do processo foi evidenciada pela falta de competitividade dos tecidos produzidos.

Embora tenha sido verificada a inserção da Itaunense na esfera do capitalismo internacional, a maior parte da produção permaneceu orientada para o mercado nacional. Dessa forma, o aumento da concorrência pelo mercado nacional causou impactos diretos na fábrica.

Com isso, concluímos que a dinâmica interna da Unidade I pode ser caracterizada como tradicional, na medida em que permaneceu praticamente inalterada ao longo de quase um século, no tocante ao processo produtivo e à organização do trabalho.

CAPÍTULO III – A PAISAGEM INDUSTRIAL NA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DA COMPANHIA INDUSTRIAL ITAUNENSE, MINAS GERAIS

3.1. A paisagem em transformação: narrativas, memórias e vivências relacionadas à Companhia Industrial Itaunense

No capítulo anterior, vimos os principais elementos que caracterizavam a paisagem industrial formada pela fábrica em funcionamento, com o universo material, constituído pelas estruturas físicas, equipamentos, máquinas e trabalhadores (operários, gerentes e diretores) – símbolos de progresso e prosperidade.

Ressalta-se que tão relevantes quanto os elementos presentes, são também os elementos ausentes. Entre as ausências, talvez a mais relevante seja a vila operária.

As fábricas que utilizam o sistema de vilas operárias, normalmente, possuem também seu território delimitado por cercas e/ou muros que demarcam os limites espaciais e as fronteiras simbólicas de sua atuação econômica, política e social. Seu poder de regulamentar o comportamento social de operários e familiares fica, de certa forma, restrito a este território que contém em si mesmo os meios básicos necessários e suficientes à subsistência daqueles que ali habitam: locais de trabalho, lazer, de manifestação da religiosidade, de aquisição de alimentos e outros gêneros (armazém). No caso da Itaunense, as fronteiras de atuação da fábrica não estavam demarcadas e a vida social do município e da fábrica em muitos aspectos se confundiam.

Além de demarcar a jurisdição da fábrica, isto é, o território no qual exerce a sua autoridade, as vilas operárias marcam a separação entre a classe operária e os empresários capitalistas. Suas moradias são localizadas em diferentes lugares no espaço. A uniformidade das moradias operárias expressa materialmente a igualdade entre eles e, por oposição, a sua diferença em relação aos capitalistas. A desigualdade é materialmente representada. Entretanto, no contexto da Itaunense, a separação em duas classes e a desigualdade social entre elas não se expressava nas moradias – ao contrário.

Embora houvesse diferenças arquitetônicas e estilísticas entre as residências que apontassem a diferença de poder aquisitivo, tanto dirigentes quanto operários moravam nas proximidades da fábrica. O fato de ocuparem o mesmo espaço urbano os colocava na condição de vizinhos – o que representava um elemento comum que une a todos, um elemento de identificação, de igualdade.

Todos os dirigentes e proprietários da Itaunense sempre moraram no município – esta *proximidade* foi um dos fatores que possibilitou a criação de laços com os funcionários e com a população em geral.



Figura 47: Antiga residência de João de Cerqueira Lima Rua Silva Jardim, 333, Centro. Inventariada em 2003. Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Itaúna.



Figura 48: Antiga residência do Dr. Augusto, bem tombado em nível municipal. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, setembro de 2013.

Muitos integrantes dessa elite industrial tiveram, ao longo de suas vidas, uma forte preocupação com ações sociais, que eram denominadas de filantrópicas por eles e pelos autores itaunenses consultados. Diversas ações encabeçadas pelos dirigentes da Itaunense beneficiaram a fábrica (como abertura de estradas, energia elétrica, abastecimento de água), mas também beneficiaram a população como um todo e transformaram a paisagem do município – paisagem esta da qual a dinâmica da fábrica foi um elemento indissociável.

O posicionamento adotado por dirigentes e proprietários das fábricas de prover tudo o que fosse necessário à existência de seus operários se formou na implantação das primeiras indústrias e esteve fortemente influenciado pela cultura das grandes propriedades rurais do período colonial, que estão na base social de origem de grande parte dos primeiros industriais.

Tanto nos latifúndios coloniais quanto nas primeiras indústrias (muitas das quais implantadas em áreas rurais distantes de aglomerados urbanos), estas ações eram necessárias e indispensáveis à manutenção dos trabalhadores e de sua produtividade. Nas primeiras décadas de funcionamento das indústrias, as relações trabalhistas tiveram que passar por ajustes de forma a conciliar interesses, em larga medida divergentes, entre trabalhadores e industriais. Como resultado dos conflitos e greves, teve início a

formação de sindicatos e associações de industriais, um dos fatores que fomentou a transformação das relações entre capital e trabalho (STEIN, 1979).

Com o tempo, as vilas operárias foram sendo dissolvidas ou incorporadas a bairros nascentes. A infraestrutura antes provida pelas fábricas passou a ser de responsabilidade do poder público, como a manutenção e abertura de arruamentos, implantação de rede de esgoto e abastecimento de água, saúde, educação, entre outros. As relações trabalhistas passaram a ser mais objetivas e restritas à planta fabril.

Contrariando esta tendência, na Itaunense, seus proprietários e dirigentes mantiveram a prática de ajudar⁴⁴ seus operários, fornecendo remédios, bolsas escolares, moradia, sempre que as famílias estivessem passando por um momento de necessidade. Tais ações, associadas a características pessoais destas figuras consideradas ilustres, contribuíram para a formação de um sentimento de afeto e gratidão por parte dos operários. Como afirma Souza:

Desde que se inaugurou a fábrica Itaunense fiquei conhecendo João Lima. Ele foi o primeiro gerente, e eu, das primeiras operárias.

Muito enérgico, o que, aliás, era obrigação de ser. Não ia à casa de seus empregados, mas sabia de cor todos os seus nomes. Se alguém se achasse em dificuldades, ia ter com ele no escritório para desabafar, sendo ele muito atencioso em ouvir e procurar resolver seus problemas particulares.

Ora estavam sem casa para morar, ora mulher ou filhos enfermos sem se poderem tratar. Logo era descoberto um meio para ajuda-los na solução do problema. **Não havia leis trabalhistas para o patrão cumprir, mas já existia a solidariedade humana.** Nunca vi qualquer operário se queixar de fome, falta de remédio ou mesmo diversão. Todos frequentavam cinema, teatro, circo e, no fim do mês, dava p'ra pagar a conta visto serem as coisas bem mais baratas. **Tinha-se armazém da companhia, ordem para farmácia de modo que todos iam vivendo, como pobres e operários, mas nunca como miseráveis.** Lá em casa mesmo era assim. Minha mãe ficou viúva com três filhos para criar, logo tocando os primeiros teares, em companhia de Luiza Alves de Souza que teve o privilégio de ser a primeira tecelã da fábrica. Levou-me também, **sendo eu ainda menina**, recém-saída dos bancos escolares e ali permaneci até o dia em que saí para casar-me. Ali arrumei meu enxoval de noiva e dali me despedi em 1924 sem levar a menor queixa de meu patrão. (SOUSA, 1981: 71-3. Grifos nossos).

A partir da citação acima, vemos o exemplo de João de Cerqueira Lima, um dos fundadores da Itaunense, que sempre esteve disposto a “ajudar” os operários com problemas pessoais, que ultrapassavam as fronteiras da planta fabril. Este posicionamento também foi praticado por várias outras figuras associadas a gerência da

⁴⁴ Ajudar é um termo usado de forma recorrente no contexto estudado, tanto por aqueles que praticam o ato quanto por aqueles que o recebiam.

Itaunense. A fábrica buscou ao longo de todo o século XX fornecer provimentos diversos aos operários, seja por meio de cooperativa de consumo, armazém, entre outros.

Se todos, ou quase todos, os membros da família, incluindo crianças e jovens em idade escolar, têm que trabalhar para assegurar a subsistência no interior de uma mesma unidade doméstica, este é um indicativo dos baixos salários.

A insuficiência dos salários é reforçada pelo fato de que muitas famílias de tempos em tempos necessitavam de algum tipo de ajuda – fosse para pagar o aluguel, para comprar remédios ou para pagar a educação dos filhos. Entretanto, ao longo de toda a pesquisa, não foi identificada qualquer tipo de problematização a respeito do valor dos salários recebidos.

Neste contexto caracterizado pela precariedade dos serviços públicos e dos salários, cada ajuda recebida por um operário e dada por um dos capitalistas adquire uma proporção muito grande – o que corresponde à dimensão do sentimento de gratidão, de admiração e de fascínio. Pode-se inferir que na visão dos trabalhadores, a obrigação dos patrões era pagar o salário; todas as ações paternalistas eram recebidas como favores, colocando os funcionários em uma posição de dívida em relação à elite.

Neste contexto de forte dependência em relação à fábrica e seus dirigentes, as necessidades dos operários são pulverizadas, dificultando a organização de uma demanda coletiva. Cada demanda é tratada de forma individual e particular, obscurecendo o fato de que todas elas, por mais que pareçam diferentes entre si – vinculadas à necessidade de educação, moradia, saúde, aquisição de determinadas mercadorias – têm algo em comum: o fato de que o salário recebido era insuficiente para que a manutenção da unidade doméstica ao longo do tempo.

Como consequência deste contexto, ao contrário de outros contextos fabris, as greves não foram utilizadas como forma de manifestação de uma demanda coletiva do operariado da Itaunense, pelo menos ao longo da segunda metade do século XX, tendo ocorrido com frequência pequena na primeira metade do mesmo século.

Não se pretende aqui problematizar a motivação que levava cada um dos dirigentes a ajudar seus funcionários, mas sim apontar para o fato de que estas ações, em conjunto, contribuíram para que não emergissem conflitos entre capitalistas e operários relacionados à jornada de trabalho, aos salários e às condições de trabalho.

Nas narrativas sobre a paisagem industrial do passado, alguns elementos merecem destaque.

Se, por um lado, tratar da memória é estudar o discurso, por outro, é importante considerar aquilo que não é dito, seja por esquecimento, seja pela opção de não trazer algo para o nível do discurso. Diante disso, destacam-se ainda ausências nos relatos, como, por exemplo, não foram feitas menções a desconfortos físicos sentidos no ambiente da fábrica.

Segundo Giroletti, no setor da fiação, “para se produzir bem, preconizava-se um ambiente quente e seco para facilitar a limpeza, paralelização, estiramento e torção do algodão. Criar estas condições ambientais propícias que facilitassem a produção foi uma das preocupações dos empresários” (GIROLETTI, 1991: 36). Pode-se inferir que na Itaunense estas condições eram atendidas, criando um ambiente caracterizado pelo desconforto térmico, o que se agravava pelo fato da presença de pó de algodão em suspensão no ar decorrente de sua manipulação, e que se acentuava em função do ar seco. Além disso, havia o desconforto auditivo, em função do ruído elevado do maquinário.

Nota-se que os desconfortos não são mencionados pelos ex-funcionários em seus relatos, de forma que podemos assumir que, com o passar do tempo, estas condições eram tidas como normais, isto é, eram naturalizadas. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que todos estes fatores, em conjunto, certamente causavam danos à saúde de parte dos operários, que, com o passar do tempo, passavam a ter sua força de trabalho reduzida em função de doenças relacionadas às condições a que estiveram expostos.

A respeito do que é mencionado, deve-se destacar que a troca de turnos foi um elemento recorrente no discurso: a movimentação de operários na troca de turnos é mencionada diversas vezes nas narrativas de representantes de diversos grupos sociais que compõem a população itaunense. É vívida a imagem da massa heterogênea (uma vez que não usavam uniformes) de trabalhadores esperando o toque da sirene para adentrarem a fábrica.

Além do aspecto visual relacionado ao movimento, existem outros elementos que também eram percebidos sensorialmente: os cheiros da tinturaria e da fundição e os sons da fábrica são lembrados por muitos. Sobre estes últimos, Nilo Moreira da Silva diz:

No setor de tecelagem, o som que era muito alto era a batida do tear. Os outros setores era um barulho contínuo. A fiação, por exemplo, a máquina de rotação contínua. O barulho de tecelagem é diferente.

Uma coisa tão interessante. Teve uma época que a fábrica parou por falta de algodão. Teve uma peste. Comprava mais do Nordeste, teve uma peste, uma crise de algodão. Então a fábrica teve que parar porque não tinha algodão por quinze dias. Os vizinhos todos sentiram falta do barulho. Era aquele barulho assim constante, sabe como que é? O da fiação não incomodava, a tecelagem incomodava. Mas a tecelagem não tinha vizinhos. Os vizinhos da tecelagem era uma oficina mecânica nossa, a carpintaria, a garagem. Nada funcionava de noite. De dia, sim. E você acostuma também. O pessoal conversava muito.

⁴⁵

No trecho do relato reproduzido acima, verifica-se a afirmação de que “o pessoal conversava muito”. Associado aos ruídos do maquinário, havia os sons dos diálogos entre os operários, que conversavam alto para se fazerem ouvir naquele ambiente. As vozes dos trabalhadores eram outro elemento constituinte desta paisagem fabril.

A todos esses elementos que caracterizavam a paisagem fabril sensorialmente percebida, existe um universo simbólico associado: a fábrica, com seus sons, movimentos, cheiros e estruturas se destacam no cenário urbano pelas grandes dimensões de cada um destes aspectos e com a intensidade com que se faziam presentes no cotidiano daqueles que trabalhavam ou não na fábrica. Essa grandiosidade era símbolo de progresso, desenvolvimento e prosperidade. Nota-se que ainda que parte dos operários passassem certas dificuldades em função do valor de seus salários, tornando necessário serem ajudados de tempos em tempos, a fábrica em funcionamento sempre permaneceu sendo símbolo de prosperidade.

A passagem descrita trata da realidade social em sua dinâmica particular, em movimento – bem distinta da realidade atual, como evidenciado por Ivan Moreira de Faria, ex-funcionário:

Você nunca entrou numa fábrica, numa indústria têxtil? É muito interessante. Mas é interessante vendo trabalhar, com o algodão. Se você for lá hoje é uma ideia que você vai ter, agora se você tivesse ido quando estava funcionando, com a Itaunense ou com a Coopetex, você ia ter uma ideia muito bonita como é a transformação: você pega o algodão até chegar no fio é um processo enorme. Quando você pega o fio, fininho daquele jeito, você nem imagina os processos que são necessários para poder transformar o algodão em fio. É muito legal. A gente que viveu lá dentro a vida toda, é muito bom.⁴⁶

Partindo da constatação de que a Paisagem se transformou radicalmente, veremos a seguir as transformações pelas quais esta paisagem passou após o processo (gradual) de desativação da fábrica.

⁴⁵ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

⁴⁶ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.



Figura 49: Vista geral da cidade de Itaúna, possivelmente na década de 1960. Destaque para a Companhia Industrial Itaunense. Fonte: Acervo da Biblioteca Digital do IBGE. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=416246. Acesso em abril de 2014.



Figura 50: Paisagem de Itaúna na atualidade. Destaque para a Companhia Industrial Itaunense. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, setembro de 2012.

Após a desativação da Itaunense, a paisagem se transformou. Elementos que tiveram grande expressividade nas narrativas sobre a fábrica em movimento não existiam mais – passaram a fazer parte do passado: os sons das máquinas não podiam mais serem ouvidos; o cotidiano não era mais regulado pelo toque da sirene; não havia

mais a grande movimentação de operários no momento da troca de turnos. O estado “estático” atual, em oposição ao movimento anterior, está presente no discurso. Como afirma Ivan Moreira de Faria

É uma tristeza muito grande ter acontecido isso com a itaunense porque ela chegou a ter no auge dela três mil e cinquenta funcionários. Ouro Preto, loja em Montes Claros, escritório em Belo Horizonte. Então uma indústria tão tradicional quando a itaunense parar, aquilo foi uma tristeza porque tanta gente criou os filhos com o que ganhava na itaunense ao longo das décadas, de pai para filho. Tantos filhos que seguiram os passos dos pais trabalhando na itaunense. Então, é muito triste o que aconteceu, **a gente passar e ver essa fábrica toda parada.** [grifo nosso]⁴⁷

As edificações que compõem a fábrica também se modificaram. Excetuando-se o setor de fiação, todo o maquinário foi vendido e/ou retirado dali. Sem o uso, o processo de arruinamento teve início. O telhado da edificação em que funcionava a oficina foi retirado em função do risco iminente de desabamento, pouco tempo depois, as paredes internas da edificação foram demolidas, por motivo similar. Vidros das janelas foram sendo quebrados. Vegetação cresce onde antes havia a movimentação dos operários trabalhando.

⁴⁷ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.



Figura 51: Vistas das fachadas das estruturas edificadas da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense com indicação em planta. Fotos: Mariana Gonçalves Moreira, Setembro de 2014. Imagem de Satélite: Google Earth™, Janeiro de 2014.

As mudanças são várias e representam a transformação da Paisagem Industrial. Mas como as transformações foram percebidas? Quais são as narrativas sobre a fábrica na atualidade?

Refletir sobre esta questão, conduz à constatação de que as narrativas estão relacionadas às estruturas físicas da fábrica. Esta questão pode ser explicada pela discussão a respeito dos suportes da memória.

O diálogo que se faz necessário entre o passado e o presente se dá por intermédio de suportes de memória, ou seja: “tudo aquilo que nos auxilia na recordação, na reflexão sobre o passado: monumentos, objetos, paisagens, músicas, tradições, festas, edificações (...)” (FIGUEIREDO, 2002: 54). Os suportes da memória se relacionam à questão da identidade, de um sentimento de pertencimento a um grupo, o que se expressa em um processo vivido, dinâmico, em constante e contínua criação e recriação.

Um olhar atento irá perceber que a apropriação dos suportes da memória se dá de diversas formas – formas estas que se modificam ao longo do tempo. Não se trata, portanto, de uma relação direta ou estática entre materialidade e memória, como veremos a seguir.

São inúmeras as visões e percepções relacionadas à Itaunense, tanto entre ex-funcionários quanto na população.

De forma geral, há um aspecto amplamente presente no discurso: a relevância econômica, histórica e social da Itaunense. Exemplo disso é encontrado em artigo publicado no Portal Notícias de Itaúna no momento da comemoração do centenário da fábrica, em 1911, no qual Cláudio Gonçalves Soares escreve que

a Companhia Industrial Itaunense desempenhou um papel de inestimável importância no contexto sócio-econômico de Itaúna e região. Com sua força produtiva, gerou trabalho, emprego e renda em grandes proporções. Chegou a ter 3.000 empregados. Em função de empresas como a ‘Itaunense’ é que Itaúna ganhou a fama de cidade com perfil industrial, com destaque para a indústria têxtil e a indústria metal-mecânica.⁴⁸

O número de famílias envolvidas com a Itaunense também é lembrado, como diz Nilo Moreira da Silva:

Era uma firma muito boa. O dia do pagamento, por exemplo, era uma festa na cidade. Corria dinheiro. A fábrica chegou a ter, quanto estava tudo

⁴⁸ Fonte: Notícias de Itaúna. Disponível em: <http://www.noticiasdeitauna.com.br/noticiasdiarias/admin/2011/10/14/companhia-industrial-itaunense-100-anos-de-servicos-prestados-a-itauna/>. Acesso em fevereiro de 2013.

rodando, chegou a ter mais de três mil funcionários. Atrás desses três mil, quantas pessoas sobreviviam, aliás dependiam da fábrica? Aqui era eu, mais minha esposa, mais cinco filhos. Outras famílias era a mesma coisa. Que dizer que era muita gente. Então quando a fábrica parou, nós sentimos muito. Eu me emociono de falar da fábrica. Porque parou, porque ela foi muito boa para a cidade. Eu tenho só saudade, tenho saudade da fábrica.⁴⁹

No trecho de entrevista reproduzido acima fica evidente o forte vínculo afetivo e emocional estabelecido com a fábrica. Tal vínculo também se expressa em referências que mencionam que a fábrica era “como uma família” e no “título” que acompanhou a fábrica ao longo de parte do período em que esteve em funcionamento, proferida pelo Padre José Netto e reproduzida por muitos – “Mãe de Itaúna”. Sobre essa questão Nilo Moreira da Silva, ex-funcionário da Itaunense, relata:

O padre José Netto, conheceu ele? O padre José Netto foi vigário geral de Itaúna até pouco tempo, deve ter uns 10 anos que ele morreu, ele falava que a fábrica era a mãe da cidade, porque tudo que a cidade precisava, era pedido à fábrica. Essas escolas, com essas caixas escolares, orfanatos, asilos, a Itaunense sempre dava o tecido para eles, sabe? Para ajudar. Eu era responsável por essa parte. Então eu que atendia todos esses pedidos. Eu sei que o caixa escolar, por exemplo, usava para fazer uniforme para a turma, não tinha dinheiro, era grupo pobre. Todo mundo pedia, granja escola, toda instituição de caridade a fábrica dava.⁵⁰

Sentimentos análogos também estão presentes nas (frequentes) narrativas sobre os dirigentes da fábrica. Suas características pessoais e morais são exaltadas, bem como as ações paternalistas que praticavam em Itaúna. A história pessoal / familiar da elite da fábrica é amplamente conhecida e está fortemente presente no discurso.

De forma mais específica, isto é, considerando as estruturas físicas remanescentes da fábrica, as narrativas contemporâneas indicam três direções principais: a primeira remete ao *passado* e é caracterizada por um forte sentimento de nostalgia; a segunda faz referência ao *presente*, considera as estruturas da fábrica como se encontram na atualidade (abandonadas e em processo de arruinamento) e as associam a um sentimento de insegurança; a terceira foi construída por aqueles que são capazes de integrar ambas as visões anteriores e ir além, se lançar em direção ao *futuro*, apresentando considerações sobre as possibilidades de tratar a fábrica como um elemento integrante do Patrimônio Cultural de Itaúna.

A **primeira visão** corresponde à recusa em aceitar a condição atual. O que é dito está vinculado a uma imagem mental que se tem do passado, da época em que a

⁴⁹ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

⁵⁰ Entrevista concedida à autora em outubro de 2012.

Companhia Industrial Itaunense estava funcionando e possuía centenas de funcionários. Esta imagem é desvinculada do que é a realidade material atualmente encontrada na Unidade I. Mais do que isso: são visões contraditórias e inconciliáveis. Frases recorrentes nas conversas com ex-funcionários e com a população que não chegou a trabalhar na fábrica foram: “para quem conheceu a Itaunense funcionando, ver como está hoje é muito triste” e “dá dó ver a Unidade I do jeito que está”.

Trata-se de um passado recente e relação entre as narrativas e as estruturas da fábrica possuem especificidades decorrentes disso. Parte deste sentimento de tristeza diante da visão das estruturas físicas da fábrica está permeada por certa recusa em aceitar que a paisagem que tanto marcou a história de vida destas pessoas agora faz parte de um passado; se transformou e hoje é diferente. Há um forte desejo que a fábrica volte a funcionar, como comentou Joelma Oliveira, no Portal de Notícias de Itaúna, em 15 de outubro de 2011: “Só quem trabalhou na Itaunense sabe como era bom, todas os ex-funcionários sentem saudades daquela época. E o sonho de cada um deles é que a Itaunense volte um dia. Sinto-me muito feliz de ter feito parte desta historia”⁵¹.

Esta recusa e/ou desejo de retorno é estimulada por notícias veiculadas pela mídia local, divulgando fatos que subsidiam a esperança de que ainda possa haver um retorno à paisagem do passado discutida anteriormente, com a retomada das atividades.

Exemplo disso é a divulgação do surgimento de um novo acionista em reportagens publicadas no Jornal S’passo em abril de 2012:

A Companhia Industrial Itaunense está em fase de recuperação judicial. Depois de ser adquirida pelo empresário Antônio Salera, o Toniquinho Salera, a Itaunense deixou de ser massa falida e passou para a fase de recuperação judicial. Isto representa o caminho para a recuperação total da empresa(...) **a unidade têxtil - apesar deste segmento estar vivendo um péssimo momento - tem a possibilidade de voltar a operar.** [grifo nosso]⁵²

Sobre o novo acionista da Itaunense, Afonso Henrique da Silva Lima, ex-funcionário da Itaunense afirma que:

Antônio Santos Salera tem a minha idade, 65 anos, (...) é uma pessoa muito agitada, a aposentadoria dele durou um mês. Ele resolveu comprar créditos

⁵¹ Fonte: Jornal Notícias de Itaúna. Disponível em: <http://www.noticiasdeitauna.com.br/noticiasdiarias/admin/2011/10/14/companhia-industrial-itaunense-100-anos-de-servicos-prestados-a-itauna/>. Acesso em fevereiro de 2013.

⁵² Fonte: Jornal S’passo. Disponível em: http://www.jornalpasso.com.br/noticia.php?id_noticia=2198; http://www.jornalpasso.com.br/noticia.php?id_noticia=8309 e http://www.jornalpasso.com.br/noticia.php?id_noticia=8157. Acesso em dezembro de 2013.

da empresa, comprar ações dos antigos acionistas e levantar a empresa outra vez. O trabalho que a gente imaginava está sendo muito mais difícil do que a gente podia sonhar. Levou quatro anos para sair da falência e entrar na recuperação. Nessa posição fica por dois anos para depois ficar livre. Ele é um sujeito interessante, é movido a dificuldades. Quanto mais barreiras ele vê, mais cresce o entusiasmo dele. Ele é de Itaúna, família descendente de italianos.⁵³

Assim, com o novo acionista e a entrada no estágio de Recuperação Judicial, fica em aberto a possibilidade de a Companhia Industrial Itaunense voltar à atividade.

A **segunda visão** é a percepção de insegurança sentida principalmente por aqueles que não possuem memórias vívidas do funcionamento da fábrica, principalmente jovens⁵⁴, a visão das estruturas remanescentes da fábrica muitas vezes despertam a sensação de insegurança, dizem respeito ao abandono e à criminalidade. O processo de arruinamento foi acompanhado por ações de depredação da propriedade, como quebra de vidros e pichações.



Figura 51: Fachada do setor de tecelagem da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Nota-se a pintura desgastada e os vidros das janelas quebrados. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Janeiro de 2013.



Figura 53: Fachada do setor de tecelagem da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Área interna destruída. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Junho de 2014.

⁵³ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

⁵⁴ Jovens, principalmente aqueles nascidos a partir da década de 1990, não possuem memórias da fábrica em seu auge (que faz parte de um passado não-vivido), suas percepções foram formadas em um cenário de decadência, falência e desativação da indústria. Entretanto, para alguns, existem referências formadas a partir das memórias que ouviram de pessoas mais velhas, que caracterizam os tempos áureos da fábrica e sua relevância história e social.



Figura 54: Fachada da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Nota-se a pintura desgastada, os vidros das janelas quebrados e a ocorrência de grafites. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Janeiro de 2013.



Figura 55: Fachada da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Detalhe de vidros das janelas quebrados, descolamento de parte da pintura e reboco, presença de sujidades. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Janeiro de 2013.



Figura 56: Fachada da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Detalhe de vegetação sem capina. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Janeiro de 2013.



Figura 57: Fachada da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Verifica-se entrada vedada por tijolos sem revestimento. Portão e cerca em processo de oxidação. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Janeiro de 2013.

Decorrente do abandono, a deteriorização da paisagem urbana é entendida como ausência de vigilância e do poder público. Há percepção de insegurança coletiva e acredita-se que são realizados crimes e uso de drogas no local.

Esta visão pode ser explicada pela denominada “teoria das janelas quebradas” (*Broken Windows*), desenvolvida pelos pesquisadores estadunidenses James Wilson e George Kelling, em 1982. Psicólogos sociais e policiais tendem a concordar que se uma janela em um prédio está quebrada e permanece sem reparos, as demais janelas rapidamente também estarão quebradas. A pesquisa desenvolvida pelos autores concluiu

que a tal associação (entre desordem/ criminalidade e estruturas degradadas que permanecem sem reparos) se verifica em bairros de diversos níveis socioeconômicos, não somente em áreas inabitadas ou abandonadas. Estruturas degradadas que não são reparadas são entendidas como um sinal de que ninguém se importa e de que não há vigilância⁵⁵.

Talvez o exemplo mais emblemático da relação entre abandono e percepção de criminalidade no contexto industrial seja encontrado em Detroit, Michigan, nos Estados Unidos.

Detroit passou por um acelerado processo de industrialização a partir de 1880, que culminou na formação de um vasto complexo industrial urbano. Já em 1920, a sua paisagem era quase completamente industrial.

Neste período de quarenta anos, sua população havia se tornado 8,5 vezes maior, chegando a quase um milhão de habitantes – população esta caracterizada pela grande diversidade étnica e social, em parte em função dos milhares de imigrantes de nacionalidades diversas que passaram a integrar a classe operária (ZUNZ, 1982).

O setor industrial de maior destaque era o automobilístico, produtor de grande riqueza e responsável por tornar os veículos acessíveis para uma maior parcela da população. A abertura de estradas e rodovias, juntamente com a implantação das indústrias, remodelava a paisagem e configurava o tecido urbano.

No entanto, crises na década de 1960 geraram demissões em massa. As tensões sociais decorrentes da desigualdade e segregação se converteram em conflitos violentos. Houve um processo acelerado de êxodo populacional de centenas de edificações e por vezes bairros inteiros foram abandonadas e entraram em processo de arruinamento. Diante da pobreza, desemprego e condições ambientais rigorosas, as taxas de criminalidade se elevaram rapidamente e estão entre as piores de todo o país. A percepção de insegurança se faz fortemente presente neste contexto⁵⁶.

⁵⁵ Disponível em: http://www.manhattan-institute.org/pdf/_atlantic_monthly-broken_windows.pdf. Acesso em novembro de 2013.

⁵⁶ Entre as representações deste contexto, existem inúmeros filmes e seriados que abordaram a questão da criminalidade em Detroit, dos quais o mais representativo talvez seja Robocop, filme de ficção científica produzido na década de 1980. Dirigido por Paul Verhoeven, o filme aborda a história de um policial, Alex Murphy, que é assassinado e posteriormente revivido como um “ciborgue”. São discutidas as perversidades do sistema capitalista, como a pobreza, as crises econômicas, a corrupção e a criminalidade.



Figura 58: Paisagem Industrial em Detroit: ruínas da fábrica da Packard Motor Car Company. Fonte: Yves Marchand & Romain Meffre Photography. Disponível em: <http://www.marchandmeffre.com/detroit/index.html>. Acesso em dezembro de 2013.

Outros exemplos, em menor escala, também são encontrados no contexto brasileiro. Diferentemente do contexto de Detroit onde as ruínas da cidade integram a paisagem de áreas extensas, no contexto brasileiro normalmente são encontradas ruínas que se apresentam de forma mais pontual e localizada no cenário urbano.

A família Matarazzo ao longo do século XX construiu um vasto império industrial com mais de quarenta fábricas instaladas em trinta municípios do interior paulista. Uma delas foi construída no município de Caçapava, localizado na região Norte de São Paulo. A denominada Fecularia Matarazzo produzia fécula de mandioca e amido de milho para consumo doméstico e para uso industrial nas tecelagens para engomar tecidos, aproveitando-se do vasto cultivo da raiz e do grão na região (VICHNEWSKI, 2004). Junto à fábrica foi implantado um desvio da Estrada de Ferro Central do Brasil que ligava a fábrica à estação para transporte de mercadorias e matéria-prima.

A fábrica foi instalada em 1920 e fechou rapidamente, entre os anos de 1937-39, período da Segunda Guerra Mundial. Muitos imigrantes italianos no Brasil foram perseguidos por motivos políticos, com o confisco de seus bens. Foi este o motivo do

fim da Fecularia Matarazzo. Tentativa de revitalização da fábrica foi feita na década de 1950, com a instalação do Museu do Automóvel. Entretanto, em 1975 o museu foi desativado e desde então as instalações da antiga fábrica, bem como a estação ferroviária a ela associada, se encontram abandonadas e em processo de arruinamento. O vigia do local, entrevistado em julho de 2013, informou que com frequência as edificações são utilizadas para comercialização e consumo de drogas ilícitas, bem como são usadas como abrigo por moradores de rua – usos conhecidos pela população da área urbana adjacente à fábrica.



Figura 59: Ruínas da Fábrica dos Matarazzo, em Caçapava, São Paulo. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, julho de 2013.

Como vimos, em Detroit e em Caçapava não só existe uma correlação entre abandono e percepção de insegurança, como de fato existem práticas ilícitas nas áreas industriais desativadas. No contexto de Itaúna, não foram encontrados dados que comprovem ou refutem a ideia de que existe a prática de crimes na área na qual se insere a Unidade I. O que nos interessa é a constatação de que existe uma percepção de risco e insegurança associada à imagem transmitida pelas estruturas ali presentes, que se encontram, em sua maior parte, em processo de arruinamento.

Entretanto, a familiaridade com o espaço, os significados e valores a ele atribuídos fazem com que para uma parcela da população as formas como percebem o lugar e a paisagem da Unidade I sejam balizados por outras percepções que não o sentimento de insegurança. As vivências passadas destas pessoas constituíram um sentimento de pertencimento a um grupo (a Itaunense) vinculado a um elo afetivo entre o indivíduo e a paisagem, na medida em que esta foi preenchida com valores e

significados particulares – esta é a **terceira visão** a respeito da Paisagem Industrial em estudo, que iremos discutir no próximo item.

3.2. Caminhos do Patrimônio Cultural: potencialidades e desafios

Parte da formação da ideia de Patrimônio Cultural está associada à constatação do valor de um bem cultural para a formação da identidade e memória de uma determinada comunidade. Este é o caso de inúmeras fábricas, que são vistas, em função dos melhoramentos ou tecnologias que introduziram na sociedade, como um “símbolo da modernidade e como promotora do progresso local” (GIROLETTI, 1991: 203).

A industrialização no contexto brasileiro se deu de forma tardia, tendo se iniciado na segunda metade do século XIX e se desenvolvido e consolidado a partir do século seguinte. Justamente por se tratar de um passado recente, em muitos casos de bens culturais que podem ser enquadrados na categoria de patrimônio industrial, sua relevância é identificada a partir das narrativas de pessoas e grupos sociais que estiveram diretamente envolvidos com estas estruturas e paisagens.

Este é o caso da memória ferroviária. As ferrovias foram responsáveis por profundas mudanças sociais, transformações de hábitos, do cotidiano e da percepção de tempo e distância de um grande contingente de trabalhadores. A formação das primeiras companhias ferroviárias contribuiu para a integração entre interior e litoral, bem como fomentaram o surgimento de novos núcleos urbanos junto às estações, tendo mobilizado um grande contingente de trabalhadores. Com as ferrovias, teve início o processo de formação de uma nova modalidade de trabalho, que esteve na raiz da difusão da cultura industrial no país, caracterizada pela disciplina, rotina e exatidão de horários. Neste contexto, as vivências dos ferroviários formaram memórias que permanecem vivas nas narrativas destas pessoas sobre o passado, do qual ainda existem estruturas remanescentes, muitas delas em precário estado de conservação, a exemplo de estações, trilhos e vilas (LIMA, 2003).

Outro exemplo é encontrado na região Norte de São Paulo. A Usina Tamoio, localizada no município de Araraquara, teve como núcleo inicial o Engenho Central Freitas, fundada na região em 1889. A propriedade foi adquirida por Pedro Morganti em 1917, imigrante italiano, que se dedicou ao cultivo de cana e a produção de açúcar, que veio a substituir as lavouras cafeeiras ali existentes. O nome Usina Tamoio foi adotado em 1920. A indústria foi administrada pela família Morganti até 1966, quando foi

vendida para o grupo Silva Gordo. Durante seu auge, nas décadas de 1940-50, chegou a ter dez mil trabalhadores, muitos deles imigrantes italianos, moradores de suas colônias (MASCARO, 2003).

A indústria possuía um ramal ferroviário próprio para transporte da produção, planta fabril, vila operária, campo de pouso para pequenos aviões, Catedral, escolas, biblioteca, estabelecimentos diversos (comércio e serviços), posto de saúde, estádio de futebol, hospedaria, agência postal, serviço telefônico, e o Casarão da família Morganti⁵⁷. Esta infra-estrutura provia todas as condições necessárias a sobrevivência e manutenção dos operários e seus familiares: educação, trabalho, saúde, lazer, abastecimento de gêneros alimentícios e vestimentas, entre outros. Gerações de famílias operárias que cresceram e se formaram neste ambiente. Os moradores permaneceram na vila operária até os anos 2000, dezessete anos após a falência da Usina Tamoio, quando o Grupo COSAN adquiriu a propriedade e conseguiu na justiça que a área fosse desocupada. Desde 2007, as estruturas que compõem a vila operária estão abandonadas e em processo de arruinamento.



Figura 60: Usina Tamoio em plena safra, em agosto de 1980, em Araraquara, São Paulo. Fonte: Acervo particular de Dorival Garcia Santiago. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts>. Acesso em fevereiro de 2014.



Figura 61: Vista da fachada frontal do templo religioso da Usina Tamoio, em Araraquara, São Paulo. Fonte: Acervo particular de Telma Valdir. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts>. Acesso em fevereiro de 2014.

⁵⁷ A casa sede da Fazenda foi construída tendo como inspiração o filme “E o vento levou”. O casarão é uma fiel réplica da residência da família O’Hara no famoso filme de Hollywood e abrigou a família Morganti até o final da década de 1960. O casarão foi demolido, possivelmente, na década de 1990.



Figura 62: Casa dos Morgantti, na Usina Tamoio, em Araquara, São Paulo. Fonte: Acervo particular de Cláudia de Andrade. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts>. Acesso em fevereiro de 2014.



Figura 63: Vista da fachada frontal do posto de saúde, na Usina Tamoio, em Araquara, São Paulo. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, julho de 2013.



Figura 64: Detalhe da tipologia edilícia mais recorrente nas colônias, na Usina Tamoio, em Araquara, São Paulo. Foto: Mariana Gonçalves Moreira, julho de 2013.



Figura 65: Estádio Comendador Freitas, na Usina Tamoio, em Araquara, São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts>. Acesso em fevereiro de 2014.

Tanto no caso da memória ferroviária quanto da Usina Tamoio é possível encontrar manifestações espontâneas que atestam seu valor como patrimônio cultural na internet. Em redes sociais e sites existem depoimentos daqueles que vivenciaram o contexto de funcionamento das ferrovias e da indústria em questão. São compartilhadas experiências, memórias, documentos, fotografias, entre outros, de forma que estes dois exemplos de bens patrimoniais permanecem vivos⁵⁸. Estas fontes têm se mostrado

⁵⁸ Amigos da Usina Tamoio. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts>. Acesso em fevereiro de 2014.
Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ferroviaspart_sul/efusinatamoio.htm. Acesso em fevereiro de 2014.

extremamente ricas para pesquisa, pois apresentam dados e informações que não estão disponíveis em outros acervos, principalmente no tocante ao cotidiano e ao simbolismo atribuído a estes bens. Trata-se de uma memória em contínua construção, pois colaborações de diversos agentes sociais são constantemente incluídas no acervo, tornando-o mais completo e abrangente. Contrastando dados destes sites com fontes documentais diversas pode-se perceber que a precisão das informações disponibilizadas é muito grande.

No nosso caso, diversas narrativas mencionam a saudade daquela época, casos relacionados ao cotidiano de trabalho, ao envolvimento da fábrica e de seus dirigentes em diversas esferas da vida social – conforme duas publicações no Portal de Notícias de Itaúna⁵⁹. Uma senhora que se identifica apenas como Conceição, em 14 de outubro de 2011, escreveu: “Trabalhei lá também, em 1978 saí em 79 quando viemos para Betim, onde estamos até hoje, tenho muitas saudades daquela época, lembro perfeitamente do cheiro da tinturaria, saudade”. Na mesma data, Virginia Nogueira escreveu:

(...) sabemos que a “Itaunense” é isto e muito mais que você colocou...inclusive os comerciantes devem sentir saudades daquela época, onde esperavam o pagamento de lá sair, pois sabiam que era dinheiro certo circulando no comércio de nossa cidade ...e completando, creio que praticamente quase toda família de nossa cidade teve um parente trabalhando por lá...eu até hoje tenho....

As narrativas sobre a importância da Itaunense na história de vida individual é comentada por ex-funcionários que foram entrevistados no âmbito da presente pesquisa. Geraldo Agustavo:

Eu prezo como minha segunda família. Interessante. Eu me apeguei tanto à itaunense eu sonho com o dia a dia na empresa, o contato com as pessoas e com o dr. Guaracy. Pessoa humana. Grande orador, historiador, genealogista, pessoa humana extraordinariamente humana, facilidade de relacionar com as pessoas em quaisquer situações, deixou marca indelével na cidade e na região, foi condecorado com muitas medalhas em âmbito regional e nacional não só em Itaúna....⁶⁰

Em outra entrevista, Nilo Moreira da Silva diz:

Eu fiz uma cirurgia há pouco tempo em Belo Horizonte, transplante, diz a Mariângela que eu acordei durante a anestesia, eu tava comandado a fábrica lá, sabe como que é? Subconsciente, né? E até hoje eu sonho com a fábrica. Sonho com o movimento, sonho que eu tô trabalhando, que eu tô dando

⁵⁹ Fonte: Notícias de Itaúna. Disponível em: <http://www.noticiasdeitauna.com.br/noticiasdiarias/admin/2011/10/14/companhia-industrial-itaunense-100-anos-de-servicos-prestados-a-itauna/>. Acesso em fevereiro de 2013.

⁶⁰ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

ordem, to cumprindo ordem, estou expedindo mercadoria, estou entrando em contato com o cliente. Sonho isso tudo.⁶¹

Vimos que a relevância da Itaunense para o município e para aqueles que de alguma forma estiveram vinculados a ela está presente no discurso, o que pode ser entendido como evidência de que se trata de um bem cultural. Entretanto, algumas narrativas vão além, dizem explicitamente que se trata de um Patrimônio Cultural que, como tal, merece ser preservado, como vemos em comentários sobre o centenário da Fábrica no Portal de Notícias de Itaúna datados de 14 de outubro de 2011⁶². O Sr. Elmo Nédio escreveu: “(...) o monumento, se ainda não é, deveria ser tombado e preservado, do jeitinho que é, tamanha a importância da Itaunense para nossa cidade e para que possamos continuar vendo aquele cantinho”. Uma senhora que se identifica apenas como Maria Izabel escreveu:

(...) Eu também faço parte da história da Itaunense. meu pai, Pedro Alberto trabalhou durante grande parte de sua vida e aposentou na Empresa. Por mim os prédios ficariam de pé (já tentei pedir o tombamento dos mesmos), para que nós itaunenses jamais esqueçamos desta página tão brilhante da nossa história. Imagine estes prédios sendo transformados em um grande centro cultural?

Constata-se que a preservação das estruturas é considerada importante para a permanência da memória.

A arquitetura da indústria reflete e expressa os padrões tecnológicos e construtivos do período em que foram implantados. As modificações, reparos e reformas efetuadas ao longo do século XX incorporaram as inovações das técnicas construtivas e materiais característicos dos diferentes momentos históricos em que se processaram. É, portanto, um importante testemunho das modificações decorrentes do processo de industrialização.

A indústria e a ferrovia são as principais expressões materiais da ideia de progresso que marcou os séculos XIX e XX.

As estruturas edificadas da Unidade I apresentam características físicas (grandes dimensões e características construtivas da arquitetura industrial) e simbólicas (relacionadas à intensidade com que representam ideias como desenvolvimento e

⁶¹ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

⁶² Notícias de Itaúna. Disponível em: <http://www.noticiasdeitauna.com.br/noticiasdiarias/admin/2011/10/14/companhia-industrial-itaunense-100-anos-de-servicos-prestados-a-itauna/>. Acesso em fevereiro de 2013.

prosperidade) que em muito se diferenciam das demais construções encontradas na área urbana e rural – sejam moradias, estabelecimentos comerciais ou prédios públicos.

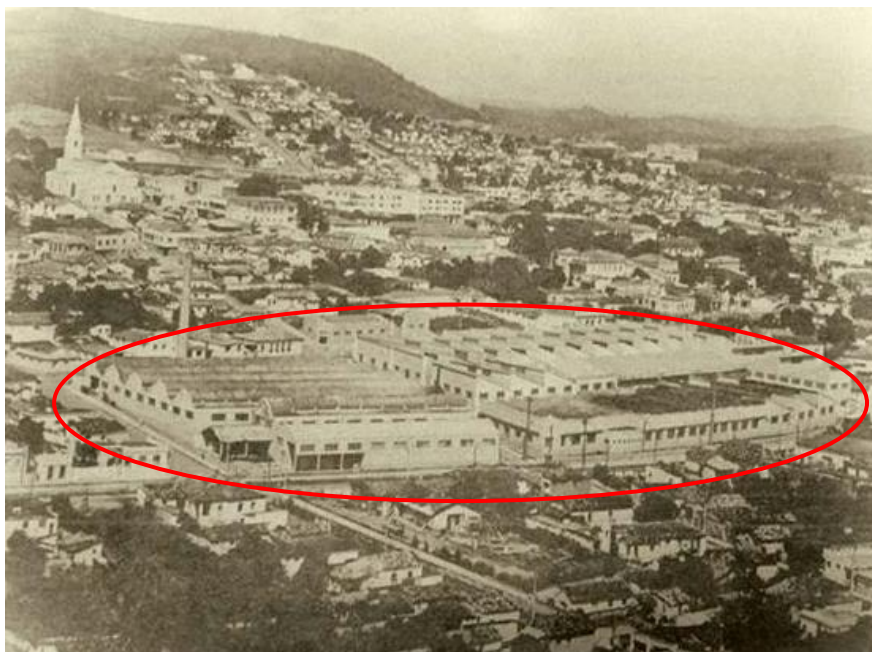


Figura 66: Localização da Unidade I na área central de Itaúna, s/d. Nota-se a diferença entre a dimensão das edificações da fábrica (indicadas em vermelho) e as do entorno. Fonte: Itaúna em décadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/itauna.decadadas?fref=phot..> Acesso em maio de 2014.

Exemplo da forma através da qual as edificações industriais representam valores construídos com o processo de industrialização pode ser encontrado no fato de que o caráter funcional e prático da produção industrial se refletia na aparência externa das fábricas, com fachadas com poucos ornamentos (VICHNEWSKI, 2004: 254).

Entretanto, percebe-se que é necessário algum tipo de intervenção para que as edificações possam desempenhar este papel. É necessário desvincular a fábrica da imagem de decadência, abandono e insegurança que as edificações têm representado para uma parcela da população. Mas como? É isso que pretendemos discutir a seguir, tomando como premissa para esta reflexão a hipótese de que a Unidade I não voltará a funcionar.

Faz-se necessário implantar ações de salvaguarda que desvinculem as estruturas à percepção de criminalidade e que de fato corroborem a preservação da memória.

Considerando a planta das edificações, abre-se a possibilidade de sua apropriação para usos diversos, diferentes dos inicialmente projetados. A revitalização e o reaproveitamento do espaço podem ser alternativas interessantes, uma vez que:

adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento económico sustentado. O património industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração económica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos (TICCIH, 2003, s/p).

A citação acima é particularmente relevante para o contexto estudado, no qual a Companhia Industrial Itaunense foi a fonte de sustento de grande parte das famílias da cidade durante quase um século.

Partindo das reflexões sobre as potencialidades que determinados sítios arqueológicos apresentam no tocante a serem transformados em espaço musealizados propostas por Guimarães e Nascimento (2006), é possível pensar em outras possibilidades para reabilitação da Unidade I que se baseassem em seu tratamento como património industrial.

O espaço da Unidade I poderia ser submetido a medidas de revitalização. O local poderia ser transformado em um museu aberto à visitação, que pudesse ser utilizado como local de pesquisa e divulgação, isto é, produção e transmissão de conhecimento.

Conhecer e tornar conhecida a história de uma determinada comunidade é parte de um processo mais amplo de constituição de mecanismos identitários a partir da exposição de seu acervo, do processo educacional que contribui para a formação de pessoas conscientes e críticas com relação aos seus deveres e direitos na convivência em sociedade.

Na medida em que o museu pode ser entendido como um lugar de memória, seria assegurada ainda a preservação de sua estrutura básica e características arquitetônicas principalmente no tocante às fachadas, cuja construção esteve fortemente vinculada à ideia de modernidade industrial, sendo exemplar da mentalidade de um determinado momento histórico que poderia ser conhecida pelas gerações futuras. É o elemento arquitetônico que por suas dimensões e características iria conferir ao espaço a possibilidade de gerar um impacto visual no visitante, aspecto de grande importância no processo de musealização de sítios arqueológicos, de edificações e lugares de interesse cultural.

No caso específico em questão seria interessante que o processo de institucionalização do espaço passasse pela construção de parcerias com a Prefeitura Municipal de Itaúna e com a Universidade de Itaúna. Com a Prefeitura, a parceria

poderia solucionar uma questão que surgiu em depoimentos orais: a insuficiência do espaço do atual Museu Municipal Francisco Manoel Franco. Com a Universidade, a parceria poderia ser frutífera na medida em que se trata de uma instituição de produção de conhecimento e ensino por excelência, o que poderia contribuir fortemente no desenvolvimento do processo pedagógico a ser implantado no museu.

Processos e atividades relacionadas à produção têxtil poderiam integrar o acervo do museu, uma vez que

processos de revitalização poderão ser desenvolvidos em função da necessidade de recuperar aspectos da dinâmica (funcionamento) de algum tipo de unidade/atividade produtiva. Cumpre-se ressaltar finalmente que qualquer processo de revitalização deverá levar em conta as especificidades do sítio no que diz respeito a seus elementos estruturais e à natureza das atividades que ali foram desenvolvidas no passado (GUIMARÃES, NASCIMENTO, 2006: 8).

Entretanto, faz-se necessário indagar: existiria demanda para este espaço no contexto específico no qual ele se insere? Esta questão poderia suscitar a discussão sobre a possibilidade da realização de atividades participativas que fomentassem o interesse pela cultura e história do município, mas o que se coloca é que já existem espaços para tal, principalmente quando se considera o Espaço Cultural Adelino Pereira Passos cuja infra-estrutura possibilita a realização de eventos diversos, tais como exposições, palestras, entre outros.

Diante disso, o que poderia ser uma intervenção que realmente contribuísse com os propósitos de valorização e divulgação do patrimônio histórico constituído pela Companhia Industrial Itaunense?

Entende-se que o primeiro passo é o reconhecimento formal do bem como Patrimônio Cultural pelo poder público, de forma que o bem passe a ter proteção legal e abre a possibilidade de investimentos públicos e privados para sua preservação.

Parte do reconhecimento formal dado pela Prefeitura à Itaunense pode ser verificado na nomenclatura das ruas adjacentes à Unidade I.

A instalação da fábrica em área desocupada naquele momento contribuiu para definir acessos e o arruamento da região. A disposição espacial das estruturas que compõem a fábrica definiu o traçado das ruas denominadas atualmente como: Rua Manoel Gonçalves; Avenida Dona Cota; Rua Zezé Lima; Rua João de Cerqueira Lima; Rua Josias Machado. Nota-se que estas ruas são homenagens a pessoas cuja trajetória pessoal esteve vinculada à fábrica e que são consideradas figuras ilustres do município

por suas características pessoais e por suas ações. Outro exemplo de homenagem do tipo é a Avenida Jove Soares, também localizada na área central do município.

Como vimos ao longo do texto, Cel. Manoel Gonçalves de Souza Moreira, conhecido como Manoelzinho, foi diretor tesoureiro e gerente da Itaunense, irmão de Augusto Gonçalves de Souza Moreira, sócio-fundador da Itaunense. Contribuiu para a instalação de equipamentos urbanos, com destaque para a criação da Casa de Caridade (hospital) que leva seu nome, fundada com recursos provenientes de seu testamento.



Figura 67: Vista parcial da fachada frontal das ruínas da Casa de Caridade Manoel Gonçalves de Souza Moreira, bem inventariado do município de Itaúna. O Hospital atualmente funciona em edificação construída em terreno adjacente ao da antiga construção. Foto: Charles Aquino. s/d. Disponível em <http://www.panoramio.com/photo/98170212?source=wapi&referrer=kh.google.com>. Acesso em março de 2014.

D. Maria Gonçalves de Souza Moreira, conhecida como Dona Cota, nasceu em Sant'Ana do São João Acima, em 23 de Novembro de 1875, casou-se com Cel. Manoel Gonçalves de Souza Moreira em 1917. Figura de destaque, reconhecida por serviços prestados ao município de Itaúna, dos quais se destaca a fundação do Orfanato São Vicente de Paulo, ao qual doou relevante patrimônio.



Figura 68: Dona Cota. Disponível em: <http://www.itaunaemdecadas.com/?view=classic>. Acesso em janeiro de 2014.

O Dr. Augusto Gonçalves de Sousa Moreira, um dos fundadores da Itaunense. Foi o primeiro Presidente da Câmara de Itaúna e representava a força política de Itaúna e contava com o apoio de integrantes do poder legislativo e da administração pública do Estado de Minas Gerais. Com isso, contribuiu para eventos importantes do ponto de vista histórico e social, com a emancipação política de Itaúna, a implantação da ferrovia, entre outros. Contava ainda com amplo apoio popular.

João de Cerqueira Lima, português nascido em Castanheira de Pêra, foi cunhado do Dr. Augusto. É considerado um dos responsáveis pela consolidação da Santanense. Foi co-fundador e diretor gerente da Companhia Industrial Itaunense. Teve grande influência política, econômica e social no município de Itaúna. Exímio poeta e escritor.

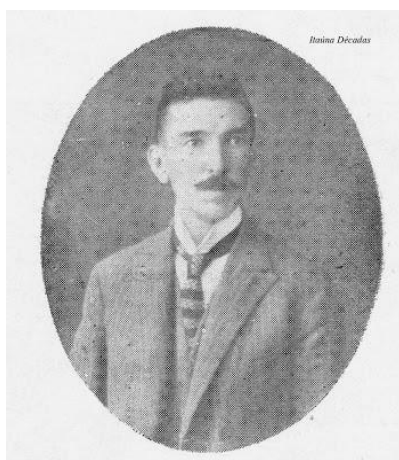


Figura 69: João de Cerqueira Lima. Disponível em: <http://www.itaunaemdecadas.com/2014/01/joao-cerqueira-lima.html>. Acesso de janeiro de 2014.

José de Cerqueira Lima, conhecido como Zezé Lima, filho de João de Cerqueira Lima, foi diretor comercial da Itaunense.

Josias Machado era fazendeiro, comerciante, cunhado e amigo pessoal do Dr. Augusto Gonçalves de Sousa Moreira, a quem ajudou a se eleger Presidente da Câmara na primeira administração do município em 1901 e contribuiu para a implantação da linha férrea em Itaúna.

O Dr. Jove Soares Nogueira foi acionista e diretor secretário da Itaunense, vereador à primeira Câmara Municipal de Itaúna, em 1902, mandato que lhe foi renovado até 1916; e foi Conselheiro Municipal em 1932 e 1936. Em janeiro de 1923, foi criado o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, S.A – criação esta que contou com a participação do Dr. Jove Soares.



Figura 70: Jove Soares Nogueira.
Disponível em:
<http://www.itaunaemdecadas.com/?view=classic>. Acesso de janeiro de 2014.

Estes são alguns exemplos entre muitos de figuras diretamente relacionadas à Itaunense que tiveram influência direta nas esferas religiosa, econômica, política e social de Itaúna, exerceram cargos públicos em nível municipal e estadual, atuando na direção da cidade e de seus habitantes, participaram no comando partidário, nos processos eleitorais e na Prefeitura e na Câmara municipais. A atuação destes industriais foi fundamental para o desenvolvimento urbano de Itaúna, o que resultou na implantação da ferrovia, na instalação de abastecimento de água e de energia elétrica, criação de hospital, escola, orfanato, entre outros – cada uma destas ações representava materialmente o progresso de Itaúna. Nota-se que diante da insuficiência do poder

público, a iniciativa privada assumiu parte de suas responsabilidades. Em função disso, teve o reconhecimento da população, que lhe dirigia sentimentos de gratidão e dívida. Com isso, a ordem social estabelecida – marcada pela forte desigualdade social – era mantida ao longo do tempo, sem ameaças.

Historicamente, não houve o estabelecimento claro de fronteiras físicas e simbólicas entre a Itaunense e o município de Itaúna. Não foi construída uma vila operária cercada por muros. A regulação social exercida pela fábrica não se restringiu aos operários ou ao tempo do trabalho. Abrangeu os familiares dos operários e a população em geral, incluindo os momentos de não-trabalho, por meio de atividades religiosas, esportivas, festivas ou de lazer. Tomou para si atribuições de responsabilidade do poder público, como o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica.

Esta influência da Itaunense muitas vezes se manifestou por meio das ações paternalistas de seus proprietários dirigentes – cujo reconhecimento se reflete na nomenclatura das ruas e no discurso de inúmeros itaunenses. Os dirigentes e proprietários da Itaunense atuaram no desenvolvimento de dois segmentos industriais da economia (tecelagem e siderurgia) e também na área social. Suas ações despertaram sentimentos de gratidão, fascínio e admiração.

Este segmento da história de Itaúna, relacionado à elite e suas ações, é bem conhecido e documentado, sendo também uma das áreas de maior interesse dos entrevistados, como explicitado nos diálogos estabelecidos com representantes de diversos grupos e classes sociais. A relevância atribuída a esta dimensão da história é tão grande que por diversas vezes isso se colocou como obstáculo a obtenção de informações sobre o cotidiano operário, considerado pelos próprios sujeitos históricos como sendo menos importante.

Além da nomenclatura do arruamento no entorno da fábrica, o reconhecimento pela Prefeitura da importância histórico-cultural da Itaunense contemplou, nos últimos anos, o início o processo de patrimonialização das estruturas que compõem a Unidade I da Companhia Industrial Itaunense, por meio de tentativas de registro e tombamento.

Cabe ressaltar que esta não foi a primeira tentativa de reconhecimento formal da Companhia Industrial Itaunense. A primeira tentativa foi relacionada à sirene.

Não só o trabalho na fábrica era regulado pela sirene, sua influência era muito mais ampla e abrangia toda a cidade. Moradores de bairros mais afastados, distantes até

três quilômetros da fábrica, afirmam que podiam ouvir a sirene e a utilizavam como referência temporal.

Segundo Mardoqueu José da Silva, ex-funcionário da Itaunense, “a sirene era o relógio de Itaúna”, uma vez que o cotidiano dos operários e da população em geral era orientado pelos toques da sirene ao longo do dia, que substituíam o uso de relógios, utilizados como referência para identificação no momento de realização de diversas atividades rotineiras.

Janete Rodrigues da Silva, funcionária da Secretaria Municipal de Cultura, conta que quando era criança, ouvir a sirene tocar às 22 horas significava que o horário de dormir já havia passado e que ficava impressionada com o fato de estar acordada tão tarde.

Foram várias as referências ao fato de a sirene das 10 horas da manhã estar vinculada ao preparo do almoço. Da mesma forma, os outros horários estavam relacionados a diversas atividades cotidianas.

É curioso notar que, embora a sirene não seja mais tocada há algum tempo, algumas pessoas afirmaram veementemente que ainda ouvem a sirene: “Você nunca ouviu? Fica aqui até as seis e você vai ouvir” – me foi dito certa vez por uma moradora do bairro Garcias, considerado por muito tempo o mais distante do centro da cidade, que nunca havia trabalhado na fábrica.

Mesmo após a desativação da fábrica, a mesma permanece regulando o cotidiano de diversos itaunenses e a sirene continua presente na percepção destas pessoas, como um vestígio arqueológico sensorialmente percebido. Tal fato evidencia o poder e o alcance da regulação social, do condicionamento exercido pela fábrica.

Diante disso, foi feito o pedido de que a sirene voltasse a ser tocada. A Secretaria de Cultura iniciou, então, a tentativa de reconhecimento da Sirene como Patrimônio Cultural de Itaúna⁶³ em 2011. Naquele momento, a sirene voltou a ser tocada nos mesmos horários em que costumava ser quando a fábrica estava em funcionamento. Sobre o som da sirene, Nilo Moreira da Silva disse:

⁶³ Nota-se que o toque da sirene pode ser considerado um bem imaterial (categoria forma de expressão), que, portanto, pode ser registrado. Um exemplo semelhante é o Toque dos Sinos, bem imaterial registrado pelo IPHAN, caracterizado como “uma forma de expressão sonora produzida pela percussão dos sinos das igrejas católicas, para anunciar rituais religiosos e celebrações, como festas de santos e padroeiros, Semana Santa, Natal, casamentos, batizados, atos fúnebres e marcação das horas, entre outras comunicações de interesse coletivo”. Fonte: IPHAN. *Bens Culturais Registrados*. Disponível em: [http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf;jsessionid=5644CBB56417752B62CBDD0AB9008689?idBemCultural=0_\[d36_%4018c5551n\]8%3Am20852g0_\[3y3p60001n\]8%3Am209%2F-nop.%3Bz%40s1\[v8%3Ax3331n\]8%3Am207](http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf;jsessionid=5644CBB56417752B62CBDD0AB9008689?idBemCultural=0_[d36_%4018c5551n]8%3Am20852g0_[3y3p60001n]8%3Am209%2F-nop.%3Bz%40s1[v8%3Ax3331n]8%3Am207). Acesso em março de 2014.

Tem mais ou menos um ano, um sujeito escreveu um artigo de jornal da cidade pedindo para tocar a sirene de novo, porque a sirene marcou a cidade, a vida dele e tal. A Itaunense hoje está no comando de uma massa falida e o juiz de direito da cidade é que decide tudo, se pode ou não as ações da massa falida. Então autorizou. Uma coisa histórica da cidade. 6 horas da manhã, 10, 2, seis da tarde e 10 da noite. Mas outros vizinhos (não vi nenhuma razão nisso) falaram que tava incomodando, que não tinha sentido mais. Aí parou. O juiz mandou parar. Tocava na troca de turno. Tocava fora do horário em caso de acidente grave. Aí alertava o pessoal, incêndio.⁶⁴

O toque da sirene foi interrompido e o processo de reconhecimento formal como Patrimônio Cultural de Itaúna não teve prosseguimento. Entretanto, o poder público, em 2012 retomou a tentativa de formalizar o caráter de Patrimônio Cultural da Companhia Industrial Itaunense. Em parte, trata-se do reconhecimento de uma demanda de um segmento da sociedade, formado por pessoas que trabalharam ou não na Itaunense.

O CONDEMPACE - Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, Artístico e Ecológico de Itaúna/MG, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, tem trabalhado no sentido de reconhecer formalmente a relevância histórica e social da Itaunense, materializada pela Unidade I, por meio do processo de tombamento⁶⁵. Em 10 de julho de 2013 foi expedida a Notificação de Tombamento aos proprietários dos seguintes bens, situados no bairro Centro, em Itaúna⁶⁶:

- Prédio da antiga Fundação Companhia Industrial Itaunense, situado à rua Dona Cota, 574, esquina com rua Cel. João de Cerqueira Lima.
- Chaminé da antiga Companhia Industrial Itaunense, situada à rua Manoel Gonçalves, s/n.
- Monumento de homenagem aos fundadores e a fachada/frontão da Companhia Industrial Itaunense, situada à rua Cel. João de Cerqueira Lima, nº 312.

Ressalta-se que as estruturas mencionadas não contemplam a totalidade da Unidade I, sendo, entretanto, partes relevantes e que estão em melhor estado de conservação. Entretanto, o tombamento destas estruturas, em função de sua relevância

⁶⁴ Entrevista concedida a autora em outubro de 2012.

⁶⁵ O processo de Tombamento dos referidos bens foi iniciado, mas não concluído. Foram feitos pedidos de impugnação de tombamento referentes às notificações de tombamento que ainda estão em processo de análise. Em Itaúna, o tombamento tem seus fins estabelecidos na Lei Municipal N.º 3.353, de 16/03/1998, e nos Decretos N.º 3.922, de 17/03/2008, e N.º 5.245, de 12/12/2008.

⁶⁶ Fonte: Jornal Oficial do Município de Itaúna – 18 de julho de 2013. Ano XVII, Nº 912.

história, social e cultural representa o reconhecimento de sua importância como representação material do processo de industrialização de Itaúna.

Apesar de se tratar de um grande avanço, o tombamento não é suficiente para salvaguarda efetiva das estruturas e da memória a ela associadas: recentemente parte das estruturas que compõem a Unidade I foi demolida. Trata-se do edifício onde eram realizadas atividades diversas de suporte à tecelagem, como fundição, oficina mecânica e depósito.



Figura 71: Fachada do edifício de atividades de suporte à tecelagem. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Outubro de 2012.



Figura 72: Área interna do edifício de atividades de suporte à tecelagem. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Outubro de 2012.



Figura 73: Fachada do edifício de atividades de suporte à tecelagem, s/d. Fonte: Itaúna em Décadas. Disponível em: https://www.facebook.com/itauna.decadas/photos_stream?fref=photo. Acesso em maio de 2014.



Figura 74: Fachada do edifício de atividades de suporte à tecelagem parcialmente destruída. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Junho de 2014

Segundo a Ata da 61ª reunião do CONDEMPACE realizada em 15/07/2013:

A Secretaria informou inicialmente que, no dia 13 de julho do corrente, por volta das 12 horas, constatou a demolição de expressiva parte do prédio da antiga Fundição da Companhia Industrial Itaunense, imóvel sito à rua Dona Cota, 574, esquina com rua Cel. João de Cerqueira Lima, localizado na Zona 0, Setor 0, Quadra 68, e composto pelos Lotes de terreno de nº 3, 3A, 3B, 3C,

3D e 3E, bairro Centro, em Itaúna/MG. O imóvel em referência integra o IPAC - Inventário de Proteção do Acervo Cultural do município de Itaúna/MG desde 2001, sendo de amplo conhecimento público esta condição, conforme se pode atestar nos documentos comprobatórios do último IPAC 2012 - Exercício 2013, apresentado ao IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais em janeiro de 2012, para fins de análise e repasse de recursos via ICMS Cultural. Convencido da sua importância para o patrimônio histórico e cultural do município, o imóvel encontra-se tombado provisoriamente conforme os termos do processo 01/2012, aprovado por esse CONDEMPACE - Conselho Deliberativo Municipal Do Patrimônio Cultural, Artístico E Ecológico De Itaúna em reunião datada de 28/05/2012, decisão esta ratificada em reunião do dia 13/05/2013, e comunicada aos proprietários do imóvel através da notificação de tombamento - processo 01/2012, expedida em 10 de junho do corrente ano.⁶⁷

Em Ata da 62ª reunião do CONDEMPACE realizada em 05/08/2013 são mencionadas as atitudes tomadas diante do evento:

foram providenciados: registro de Boletim de Ocorrência dos fatos havidos na 3ª Delegacia de Polícia Civil de Itaúna, no dia 16 de julho, sob o nº de REDS 2013-014569295-001; representado os fatos narrados junto ao Ministério Público através do ofício 008/2013, de 15 de julho de 2013, requerendo a apuração e a adoção das medidas cabíveis, inclusive a promoção da responsabilidade de seus autores nos termos da legislação em vigor; e, por fim, encaminhado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, ofício 010/2013, de 05 de agosto de 2013, interditando toda e qualquer obra no imóvel até a completa apuração das responsabilidades.⁶⁸

A demolição das estruturas é fomentada, principalmente, por interesses econômicos. A Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Itaúna divulgou em 25 de fevereiro de 2013 que um Shopping Center “será construído no Centro da cidade, na área de 5.100m² da antiga fábrica Itaunense”⁶⁹.

O interesse da iniciativa privada no local não é recente. Desde a desativação, as edificações foram sendo vendidas no processo de falência. A localização é privilegiada, o acesso rodoviário está próximo, o espaço é amplo – características que oferecem inúmeras possibilidades do ponto de vista empresarial. De fato, era de se esperar a tentativa de implantação de um grande empreendimento no local.

É interessante notar que o shopping é, na atualidade, um elemento associado ao desenvolvimento, ao crescimento da cidade. Só as grandes cidades possuem um. Esta

⁶⁷ Fonte: Jornal Oficial do Município de Itaúna. 24 de outubro de 2013. Ano XVII. Nº 927.

⁶⁸ Fonte: Jornal Oficial do Município de Itaúna. 24 de outubro de 2013. Ano XVII. Nº 927.

⁶⁹ Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna. Disponível em: http://www.itauna.mg.gov.br/mat_vis.aspx?cd=11318. Acesso em fevereiro de 2013.

visão, que podemos associar ao progresso, ironicamente guarda semelhanças com o que a própria Itaunense representou no passado⁷⁰.

Segundo informações disponíveis no Jornal Oficial do Município de Itaúna, datado de 24 de outubro de 2013 o CONDEMPACE está acompanhando as discussões a respeito da possível implantação do empreendimento. Ata da reunião ocorrida em 01 de julho de 2013 informa que:

A Presidência apresentou proposta de correspondência a ser encaminhada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, aprovada por unanimidade, solicitando acesso aos estudos em curso referentes à possível construção de um Shopping Center localizado em ADE, cujo imóvel contém bem tombado provisoriamente por esse Conselho, de modo a contribuir para um projeto que contemple, além do investimento econômico dos seus autores, também a memória histórica do município.^{71 72}

Segundo Sérgio Machado, professor da Universidade de Itaúna e membro efetivo do CONDEMPACE - Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural pelos diálogos a respeito do processo de tombamento da Itaunense, o Ministério Público foi mobilizado e está acompanhando o processo da Unidade I.

Em junho de 2014, a parte das estruturas da Unidade I que foram compradas para construção do Shopping foi destruída pela Ferreira Miranda Construtora. Trata-se da parte onde eram realizadas atividades de tinturaria e depósito de algodão. A imagem da destruição foi marcante. O gigantesco amontoado de entulhos impressionou a todos que passaram por ali. Junto aos escombros, pessoas recolheram ferragens para vendê-las. Diante da cena, o vigia da parte remanescente da Unidade I afirmou: “essa fábrica matou a fome de tanta gente e ver desse jeito aí dá tristeza demais”.

⁷⁰ Embora o shopping seja símbolo de progresso e, portanto, desejado por muitos itaunenses, sua implantação apresenta possibilidades de impactos socioeconômicos de grande magnitude. A instalação de um grande centro comercial como este em uma cidade pequena, que possui menos de cem mil habitantes, pode acarretar a falência de inúmeros estabelecimentos comerciais na área central do município, causando problemas urbanos, entre eles o abandono de edificações, problemas com segurança, especulação imobiliária, entre outros.

⁷¹ Fonte: Jornal Oficial do Município de Itaúna. 24 de outubro de 2013. Ano XVII. Nº 927.

⁷² ADE: Área de Diretrizes Especiais.



Figura 75: Seta indica a localização da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense. Destacam-se prédios em construção na área envoltória. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Novembro de 2013.

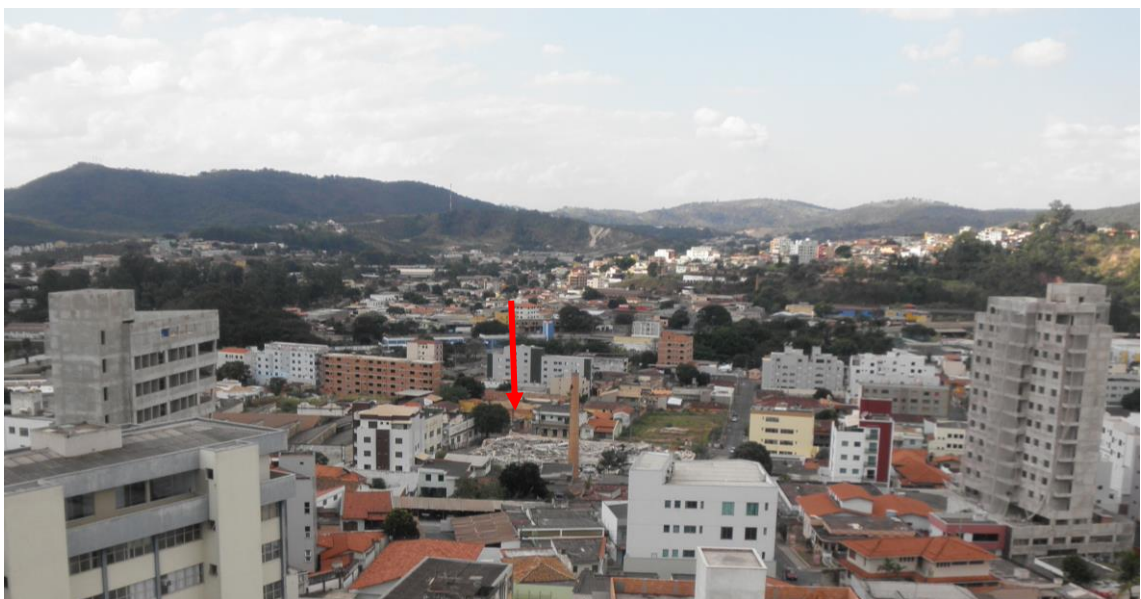


Figura 76: Seta indica a localização da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense, após a destruição de parte das estruturas. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Junho de 2014.



Figura 77: Fachada do edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Outubro de 2012



Figura 78: Local de implantação do edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I, após ter sido destruído. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Junho de 2014



Figura 79: Fachada do edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Outubro de 2012



Figura 80: Local de implantação do edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I, após ter sido destruído. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Junho de 2014



Figura 81: Edifício da tinturaria e depósito de algodão da Unidade I totalmente destruído. Destaca-se estruturas ainda edificadas do edifício da fiação e tecelagem ao fundo. Foto: Mariana Gonçalves Moreira. Junho de 2014.

Duas possibilidades têm sido levantadas no sentido de tentar conciliar o empreendimento com a preservação da memória. Uma é a preservação da chaminé e outra é a criação de um memorial na área interna do Shopping. Entretanto, estas ações colocadas isoladamente não são suficientes para que o conhecimento a história da fábrica seja transmitido para as futuras gerações. A efetiva preservação da memória da fábrica só pode ser alcançada por meio da adoção de programas de comunicação e educação patrimonial junto à população.



Figura 82: Proposta de fachada do shopping, denominado Pátio Itaúna. Nota-se a preservação da chaminé da Itaunense. Fonte: Pátio Itaúna. Disponível em: <https://www.facebook.com/patioitauna?fref=ts>. Acesso em junho de 2014.

Visando evitar a destruição de bens patrimoniais e de interesse cultural, uma alternativa legal se coloca como a aquisição de imóveis pelo poder público.

O direito de preempção é um importante instrumento urbanístico de gestão pública regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257/2001⁷³). O direito de preempção concede ao poder público a prioridade de compra de um terreno no momento em que estiver à venda. O direito de preempção deve ser previsto no Plano Diretor Municipal, particularmente para áreas estratégicas e de especial interesse público para projetos de reestruturação urbana.

O Estatuto das Cidades, em seu artigo 26, prevê que o direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar adotar medidas de proteção a áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico e implantação de equipamentos urbanos e

⁷³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em março de 2014.

comunitários, sendo, portanto, compatível com a ideia de aquisição de imóvel do patrimônio cultural para conferir-lhe novos usos públicos e assegurar sua preservação.

A partir da aquisição dos imóveis pelo poder público, o processo de obtenção de recursos para futuros investimentos no local seria facilitado, possibilitando a recuperação paisagística-ambiental da área e a atribuição de um novo uso a determinados espaços na atual trama urbana. A preservação da história e da memória não é consequência do tombamento tomado isoladamente, mas sim de um conjunto de ações integradas, que incluem a revitalização, a manutenção e o fomento à reapropriação do espaço pela população por meio de novos usos.

As discussões entre poder público, iniciativa privada e população permanecem sendo feitas e o caminho das estruturas remanescentes da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense continua em aberto.

4.. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, o desenvolvimento da presente pesquisa permite algumas reflexões.

Diante dos objetivos da pesquisa (de ampliar os estudos sobre o patrimônio industrial e de utilizar o conceito de paisagem para compreender a trajetória histórica da Companhia Industrial Itaunense), faz-se necessário explicitar algumas considerações sobre o processo de pesquisa e os resultados alcançados.

Primeiramente, os recortes criados para viabilizar a pesquisa fizeram com que determinados elementos ficassem fora do âmbito do trabalho ou não fossem contemplados de forma aprofundada.

Embora seja reconhecida a importância de considerar em sua totalidade por um lado os diversos elementos que compõem a Companhia Industrial Itaunense e por outro a complexidade de relações sociais e simbólicas estabelecidas entre a fábrica e a sociedade, ambos aspectos não foram esgotados na presente pesquisa e constituem objeto de investigação futura.

Como vimos, a Companhia Industrial Itaunense chegou a possuir: Unidade I (produção têxtil); Unidade II (produção têxtil); Unidade de Produção têxtil em Ouro Preto, Minas Gerais; Usina São João (siderurgia); duas barragens e hidrelétricas; fazenda (produção eucalipto), além de ter iniciado a construção de uma unidade têxtil em Pirapora, Minas Gerais. Com isso, fica evidente a enorme dimensão do complexo da empresa e a impossibilidade de se considerar todas as estruturas e atividades no presente trabalho, que tem como foco a dinâmica interna da Unidade I, localizada no Centro do município de Itaúna, Minas Gerais.

É de fundamental importância não perder de vista a perspectiva da totalidade da empresa e da complexidade das relações estabelecidas entre a empresa e diferentes agentes sociais. Entretanto, a descrição e análise deste vasto patrimônio em toda a sua complexidade se encontraram fora do recorte estabelecido para o presente estudo.

Destacam-se ainda as limitações quanto às informações acessíveis sobre o passado – que, por definição, não pode ser diretamente observado em sua dinâmica e tem que ser estudado a partir de evidências, fragmentos.

Segundo Bate, a particularidade da Arqueologia é buscar inferir processos sociais, atividades humanas, relações sociais, estruturas sociais e o desenvolvimento

histórico das sociedades por meio da investigação de dados fragmentários e observáveis empiricamente (efeitos da transformação da natureza, componentes materiais desvinculados da atividade humana, evidências fragmentárias da vida social) (BATE, 1998: 45).

Como qualquer estudo arqueológico, o presente trabalho se deparou com desafios colocados pela insuficiência de dados sobre a dinâmica interna da fábrica, principalmente no tocante às primeiras décadas do século XX, tornando mais difícil a identificação de transformações ocorridas ao longo do tempo. Assim, a descrição do cotidiano da fábrica se fundamentou principalmente em dados posteriores a década de 1940, momento para o qual estão acessíveis relatos daqueles que vivenciaram este período bem como informações documentais.

Em relação a este aspecto, cabe enfatizar que o próprio uso de relatos orais apresentou certos entraves decorrentes da forma como os sujeitos constroem o seu discurso. A memória é composta por aquilo que é lembrado e o que é esquecido. O que é lembrado se divide em o que é dito e o que não é dito. De forma análoga, os registros escritos e iconográficos também foram fortemente influenciados pela intencionalidade de seus autores.

A escolha do que é ou não trazido para o nível do discurso e do que é registrado, em larga medida foi pautado no que é considerado relevante e que, portanto, merece ser incluído na construção da história do município e da Itaunense.

Da mesma forma com o que se verifica nos textos escritos e iconográficos consultados, as narrativas orais colocaram em segundo plano as atividades cotidianas e o processo de produção, considerados banais.

Apesar das dificuldades colocadas pelos silêncios e ausências, o desenvolvimento da pesquisa evidenciou o quanto a Companhia Industrial Itaunense foi e permanece sendo de grande importância para a população de Itaúna.

A aplicação do conceito de Paisagem – que, com seu caráter abrangente, abarca componentes tangíveis e intangíveis – permitiu a análise de dois cenários.

O primeiro deles, vinculado à fábrica em funcionamento. Vimos como se constituiu e se desenvolveu o contexto urbano de Itaúna, no qual a Unidade I – com todos os elementos a ela associados – desempenhava um papel central.

A fábrica em funcionamento era representada pelas estruturas bem preservadas e recebia manutenção contínua; tais edificações eram imponentes, além da sirene, dos sons dos teares e demais máquinas, cheiro da tinturaria e da fundição.. Estes eram

elementos constituintes da paisagem, percebida como símbolo de progresso e prosperidade.

A influência da Itaunense em funcionamento ultrapassou os muros da própria fábrica; foi além da dimensão econômica, permeando outras esferas da vida social, como política, religião e cultura, constituindo, assim, um importante elemento da identidade presente na memória daqueles que de alguma forma estiveram relacionados à Fábrica, direta ou indiretamente.

O próprio nome da indústria, resultado da opção de uso do termo gentílico “Itaunense”, já, de alguma forma, a coloca como “cidadã” de Itaúna. No plano simbólico, o nome das duas principais indústrias de Itaúna, Itaunense e Santanense, as localizam como pertencentes ao município e ao bairro, respectivamente – o que reflete o território de maior influência de cada uma delas.

A Companhia Industrial Itaunense fornece uma excelente oportunidade interpretativa, na qual vários aspectos da vida social se misturam, um fato social total como concebido pelo texto clássico de Marcel Mauss:

Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – sendo estas políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam (MAUSS, 2003: 187).

Para a pesquisa, mostrou-se tão relevante quanto as suas estruturas físicas o componente humano a elas associado. Esta percepção está presente nas narrativas a respeito da fábrica, como vemos na fala de Nilo Moreira da Silva:

Lá eu trabalhei até aposentar, trabalhei 44 anos e 4 dias. Só tenho saudade da fábrica. Quando eu falo fábrica, eu quero englobar o pessoal, sabe? O prédio, não é só o prédio, é a convivência que a gente tinha, né? Por causa do meu cargo, durante 22 anos eu era chefe de setor de expedição, eu tinha contato com muita gente, cliente, fornecedor, freguês, sabe como é? Eu só lidei com gente boa. Graças a Deus.⁷⁴

Neste contexto, foram formadas memórias a respeito da fábrica – lembranças estas que se fazem presentes nas narrativas da atualidade – que exaltam a fábrica como símbolo de progresso e prosperidade.

⁷⁴ Entrevista concedida à autora em outubro de 2012.

O segundo cenário é representado pela fábrica após a sua desativação. Na análise das narrativas levantadas, percebemos que as estruturas físicas remanescentes da fábrica não expressam a simbologia que foi historicamente construída sobre ela. Atualmente, a paisagem representada pela fábrica desativada é composta por estruturas em arruinamento, silêncio, ausência de movimento. Esta paisagem é entendida como símbolo de decadência, abandono, insegurança e estagnação. Estes significados atribuídos são apropriados de formas distintas, como pode ser percebido na análise do discurso – o que suscita posicionamentos divergentes em relação à preservação da mesma.

Na atualidade, segmentos da sociedade civil e do poder público local têm reconhecido a Itaunense como Patrimônio Cultural. Pensando a partir deste viés, percebe-se que determinadas edificações possuem valor como Patrimônio Cultural em função de suas características arquitetônicas e históricas.

Entretanto, em certas situações, as estruturas estão associadas a determinados usos, a significados históricos e a memória que se tem de um lugar que não possui, necessariamente, vínculo com as características físico-arquitetônicas das estruturas edificadas. Estas representações possuem interesse diferenciado para determinado grupo social ou comunidade. Nestes casos, as representações, significados, narrativas e memórias associadas às edificações se tornam tão relevantes quanto à própria estrutura construída em termos de Patrimônio Cultural.

Tais considerações se tornam particularmente relevantes no contexto industrial, uma vez que a importância de estudá-lo não se encontra somente em suas características relacionadas ao processo produtivo em si ou em sua singularidade. A relevância se encontra nas transformações sociais causadas pela fábrica, pela forma particular como esta se instalou em um determinado local, e, dialeticamente, como este local a recebeu, se apropriou dela, incorporou em seu cotidiano, atribuiu significados e foi transformado por ela. Entende-se que este é o caso da Unidade I da Companhia Industrial Itaunense.

Percebemos que os desafios e as potencialidades para se lidar com a desativação de uma grande indústria são muitos. Interesses dos diversos agentes sociais envolvidos, muitas vezes conflitantes, tem que ser conciliados. É preciso reconhecer que o tombamento não é sinônimo de preservação. A ausência de manutenção – o abandono – tem como consequência o arruinamento das estruturas. Assim, cada caso tem que ser analisado em suas especificidades, para que haja assim definição das estratégias de preservação adequadas.

É preciso considerar que os moradores locais, maiores interessados na questão, são intérpretes legítimos de sua própria cultura local e parceiros preferencias de preservação dos sítios históricos. O envolvimento da comunidade nas políticas de proteção ao patrimônio é fundamental para assegurar sua eficácia.

Caso a preservação e a proteção legal (na qual o tombamento é um instrumento fundamental) sejam os caminhos escolhidos, o trabalho não pode parar aí, é preciso adotar medidas de salvaguarda que contribuam de maneira efetiva para a preservação da memória – o que passa pela reabilitação das estruturas físicas, conferindo-lhes um novo uso.

Por fim, cabe uma reflexão metodológica relacionada à aplicação da abordagem arqueológica no processo de pesquisa na área das Ciências Sociais.

Trigger (1984) mostrou como, ao longo da história, a Arqueologia foi utilizada de formas diversas para fins políticos de determinados grupos sociais, em larga medida, correspondentes à elite, de forma a legitimar e promover a manutenção de interesses da classe dominante. Partindo desta constatação, McGuire (2008b) nos coloca a seguinte questão: se aceitarmos que a Arqueologia é política, quais são os interesses que devemos apoiar e quais que devemos nos opor?

Faz-se necessária uma reflexão crítica sobre o posicionamento político dos próprios arqueólogos e sobre a forma por meio da qual as pesquisas se inserem em um determinado contexto histórico-social. A discussão contemporânea tem apontado na direção de que as contribuições das pesquisas arqueológicas devem buscar dar voz a sujeitos históricos e grupos que foram negligenciados pela história oficial. Outro ponto que tem sido discutido é a importância de se considerar agentes sociais do presente nas pesquisas, sejam eles descendentes do contexto dos sítios em estudo ou, no caso do passado recente, os próprios sujeitos que estiveram – e em alguns casos permanecem estando – vinculados de alguma forma aos objetos de pesquisa.

Nesse sentido, Lima apresenta o estudo de caso do Cais do Valongo no Rio de Janeiro, “local onde desembarcaram centenas de milhares de africanos para serem escravizados no Brasil” (LIMA, 2013: 179). Apesar dos obstáculos enfrentados, a pesquisa se tornou um exemplo bem sucedido no sentido de envolver os sujeitos no processo de interpretação do registro arqueológico com vistas a fornecer subsídios para a construção de políticas sociais emancipatórias e conseqüentemente, para promover a justiça social. Entretanto, as pesquisas que pretendem assumir um caráter sociopolítico pode se deparar com desafios não premeditados.

O impulso inicial da pesquisa foi o anseio de dar voz a diversos agentes sociais, por meio da utilização de fontes escritas, iconográficas orais produzidas pelos próprios sujeitos históricos envolvidos no processo.

Esperava-se identificar múltiplas versões para a construção de uma síntese sobre a trajetória histórica da Itaunense e da paisagem representada pelos significados atribuídos às suas estruturas, incluindo a versão de agentes históricos representantes de diversas classes e grupos sociais – inclusive das classes subalternas, que são sub-representados na história oficial.

A expectativa era que aplicação de uma metodologia baseada na articulação de múltiplas fontes iria possibilitar o acesso a diferentes versões sobre o passado. Entretanto, não foi esta a realidade encontrada⁷⁵.

Todas as fontes pesquisadas convergiam para um discurso hegemônico. O material levantado foi utilizado para a construção de um texto sobre a constituição e desenvolvimento histórico da Itaunense, como foi apresentado. Este texto se caracteriza pelo forte enfoque na história da elite e de suas ações, pela aparência de harmonia entre a fábrica, os dirigentes, os operários, seus familiares e a cidade de forma geral. Esta é a história presente nas fontes levantadas. É a representação da realidade feita por aqueles que produziram as narrativas que integram esta história, o que querem que seja divulgado a respeito desta realidade – o que não corresponde, necessariamente, à realidade histórica do passado.

Diante da síntese das narrativas orais e escritas elaborada, coloca-se a seguinte questão: por que uma fábrica instalada no interior do Brasil no início do século XX e que, portanto, possuía todas as condições para ocorrência de conflitos e contradições, é representada como tendo sido absolutamente harmônica? Não havia conflitos ou os mesmos foram deixados à margem da história oficial?

Para responder estas questões, é necessária uma breve reflexão sobre as relações de trabalho assalariado.

No contexto capitalista, o indivíduo é separado das condições objetivas de produção e reprodução de sua existência. Ele não tem acesso à terra, ao produto de seu trabalho, aos instrumentos de trabalho – que são de posse do capitalista. Para sobreviver se vê obrigado a vender sua força de trabalho e a se sujeitar a condições impostas por

⁷⁵ Alguma diversidade do discurso foi encontrada somente quando o aspecto em discussão era o contexto atual da Itaunense, como discutido no terceiro capítulo.

seu empregador para prover a própria subsistência. O capitalista busca, por sua vez, através da exploração do trabalho, o acúmulo de riquezas.

Diante das contradições inerentes à realidade capitalista, a ideologia representa uma forma de camuflar as contradições inerentes às relações de trabalho no contexto fabril, entre aqueles que compram a força de trabalho com o objetivo de acumular capital e aqueles que vendem a própria força de trabalho como meio de assegurar a própria subsistência.

Quando se considera o capitalista no âmbito individual, ele pode ser uma pessoa boa individualmente. Mas, antes de tudo, ele é um agente do capital e, como tal, atua de formas diversas para a reprodução do sistema. Uma das consequências destas ações é a alienação dos trabalhadores, de forma que estes não tenham consciência da própria condição e não atuem em prol de interesses próprios, como conquistar melhores condições de trabalho, reduzir a jornada de trabalho e aumentar o valor de seu salário, o que geraria uma situação de conflito.

Não se pretende aqui questionar a índole dos dirigentes da Itaunense. A discussão que se segue não contesta o fato de que, quando considerados individualmente, eram pessoas gentis, excelentes pais de família e amigos. O que se pretende analisar, a partir do caso específico da Itaunense, é a estrutura na qual esta esteve inserida e que caracteriza, em uma perspectiva mais geral, o próprio sistema capitalista.

A Itaunense possuía mecanismos de regulação da vida social, a exemplo da sirene, que, para o operário, marcava o tempo do trabalho e do não-trabalho. Entretanto, a sirene também exerceu a determinação do tempo e do momento de executar atividades cotidianas no ambiente doméstico para diversas pessoas que não possuíam vínculo direto com a fábrica.

A Itaunense, além de regular o trabalho no interior da fábrica, também orientava os momentos de lazer, seja pelas celebrações que organizava, pelos espaços destinados às práticas recreativas que possuía. Detinha influência nos meios de comunicação, rádio e jornais. Praticava diversas ações sociais nas esferas da saúde, educação, infraestrutura urbana, abastecimento de água, etc.

Todas estas ações, em conjunto, criaram uma relação de dependência dos trabalhadores, e, em última instância da população em geral, em relação à fábrica. Além disso, a influência da fábrica contribuiu para moldar o comportamento: a conduta da população obedecia valores preconizados, como a valorização da família, o trabalho

dignificante, a moral religiosa. Com isso, a visão de mundo da classe dominante (que estabelecia o que devia ser pensado e valorizado) passou a ser reproduzida pela população.

As desigualdades sociais são consideradas normais, naturais, e não são problematizadas ou questionadas. Não é que as contradições não existam; elas são camufladas pela ideologia dominante.

A forma como a realidade se apresenta é dada pela memória, entretanto, esta não corresponde à realidade histórico-social na qual esta memória foi construída. O distanciamento entre as narrativas/memórias e a realidade histórica expressa a lógica perversa do capital, resultado do fruto do processo de alienação, da formação da ideologia da classe dominante e da assimilação desta pela classe trabalhadora.

A discussão proposta por Žižek (2014) em seu livro *Violência* pode nos ajudar a compreender melhor o nosso contexto em estudo. O autor evidencia como as formas de violência praticadas em nossa sociedade não se restringem a atos explícitos, facilmente percebidos como tal. Existem outros tipos de violência que não são entendidas como tal, mas que são vivenciadas cotidianamente de forma silenciosa.

No contexto fabril, a expressão mais evidente de violência são as greves, como ações do movimento operário que podem acabar por causar a destruição de máquinas e estruturas industriais, bem como podem sofrer repressões com agressões físicas. Entretanto, as greves são respostas a atos violentos sofridos cotidianamente em silêncio. No ambiente de trabalho, podemos apontar as condições insalubres que vão minando a força de trabalho dos operários ao longo de anos ou mesmo décadas; os salários que não são suficientes para assegurar a manutenção de condições adequadas de moradia, vestimenta, educação e saúde da família; a alienação no trabalho que faz com que o trabalhador não tenha consciência da violência a qual é cotidianamente submetido e possa lutar por seus interesses.

A ideologia age justamente no sentido de camuflar estas formas de violência, que são inerentes ao sistema capitalista com a construção de uma aparência de solidariedade, de harmonia, de paternalismo. E foi a ideologia da classe dominante que impediu o acesso a histórias individuais e ao cotidiano de trabalho dos operários.

Referências aos dirigentes e proprietários da Itaunense nas entrevistas concedidas por ex-funcionários e pela população em geral foram frequentes. Durante as entrevistas, diante da indagação sobre como era o cotidiano de trabalho dentro da fábrica, invariavelmente as respostas contemplavam a dimensão da hierarquia: quem

eram os superiores diretos, os superintendentes e o quanto estas pessoas eram boas e caridosas. Mesmo quando o tema do diálogo não era diretamente relacionado a este aspecto, mesmo quando eram instados a falar de si mesmos, menções aos dirigentes e proprietários da fábrica eram feitas, demonstrando um forte sentimento de admiração por estas figuras. Este é o resultado da assimilação da ideologia da classe dominante.

Žižek nos instiga a pensar, a ir além do óbvio. Segundo o autor,

Estigmatizar a violência, condená-la como ‘má’, é uma operação ideológica por excelência, uma mistificação que colabora no processo de tornar invisíveis as formas fundamentais da violência social. É profundamente sintomático que as sociedades ocidentais, que exibem tanta sensibilidade perante diferentes formas de assédio, sejam ao mesmo tempo capazes de mobilizar uma multiplicidade de mecanismos destinados a nos tornarem insensíveis às formas mais brutais de violência – muitas vezes, paradoxalmente, até mesmo sob a forma de simpatia humanitária para com as vítimas (Žižek, 2014: 161)

Assim, tornar os atos violentos visíveis é um passo necessário (embora não suficiente) para começar a entender a realidade concreta como ela realmente é, para além da forma ideológica como ela se apresenta. Neste mesmo sentido, é valiosa a análise de McGuire (2008a) a respeito da construção da paisagem no Condado do Broome, que evidencia como estruturas edificadas podem ser instrumentos ideológicos de legitimação da ordem social vigente.

Por fim, diante do insucesso na tentativa de dar voz às classes subalternas em função do processo perverso de alienação que integra a natureza do sistema capitalista, esta pesquisa se encerra com a constatação da necessidade de dar retorno social prático que contribua para a real superação das contradições inerentes ao trabalho assalariado no contexto capitalista.

Faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas socialmente engajadas, que contribuam para a definição de critérios para o estabelecimento da justa jornada de trabalho e remuneração; do aumento da eficácia do trabalho; e da manutenção de condições de trabalho que contribuam para a manutenção da força de trabalho e da saúde ao longo do tempo.

Estas questões constituem o ponto de partida para aprofundamento em um estudo socialmente significativo no futuro, que possibilite conhecer a dimensão do trabalho para fundamentar sua transformação em situações reais.

5.. REFERÊNCIAS

5.1. Fontes Impressas e Bibliografia

ÁLVAREZ, Lissette Roura. “Patrimonio Industrial y Arqueología: acercamiento a sus relaciones en Cuba”. In: *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG. Volume 3 Número 2 – Julho Dezembro. 2009. pp. 7-28.

BAHN, Paul G. *O guia essencial: Arqueologia*. Lisboa: Artemágica, 2005. pp. 157-223.

BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

BATE, Luis Felipe. *El Proceso de Investigación en Arqueología*. Barcelona: Editorial Crítica, 1998.

BOSCHI, Caio César. *Achegas à História de Minas Gerais (séc. XVIII)*. Portugal: Editora da Universidade Portucalense, 1994.

COMPANHIA Industrial Itaunense. Itaúna: S.E., 1969.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DORNAS FILHO, João. *Itaúna: contribuição para a história do município*. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breiner, 1936.

_____. *Efemérides Itaunenenses*. Belo Horizonte: Edições João Calazans, 1951.

ESCHWEGE, W. L. *Pluto Brasiliensis*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. Vols. 1 e 2.

FERREIRA, Francisco Ignacio. *Opulência em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1924. p. 11-155.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio Histórico e Cultural: Um novo Campo de ação para professores. In: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial – Coleção Lições de Minas - Volume XXIII – Dezembro de 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo A.; HALL, Martin and JONES, Siân (eds). *Historical Archaeology: Back from the edge*. London and New York, Routledge: 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GIROLETTI, Domingos A. *Fábrica Convento da Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

GUIMARÃES, Carlos Magno (coord.). *Arqueologia da Fábrica Patriótica: delimitação e avaliação*. Relatório Final. Belo Horizonte: Cooperativa Cultura, 2010.

GUIMARÃES, Carlos Magno; SANTOS, Ana F. M.; GOLÇALVES, Betânia D.; PORTO, Liliana de M. “O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia”. In: Anais do 10. Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XVI, nos. 1 e 2: 161-174. Porto Alegre: EdUPUCRS, 1990.

GUIMARÃES, Carlos Magno; NASCIMENTO; Évelin L. M. *De sítio arqueológico a espaço musealizado: possibilidades e limites para a arqueologia mineira colonial*. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 38, p. 25-44, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. *Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

_____. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 18ª Ed.

HOOD, J. Edward. “Social relations an the cultural landscape”. In: YAMIN, Rebecca; METHENY, Karen Bescherer (eds.). *Landscape Archaeology: reading and interpreting the American historical landscape*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1996. p.121-146.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *O Brasil em 4 décadas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

JOHNSON, Matthew. *Teoría arqueológica: una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2000.

JOHNSON, Matthew. *Teoría arqueológica: una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2000.

JONES, Siân. “Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica”. In FUNARI, Pedro P. A., ORSER JR, Charles E., & SCHIAVETTO, Solange N. O. *Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2005.

LAGE, Laura Beatriz. *Paisagem Cultural da Serra da Piedade-Caeté/MG: A Interface entre Patrimônio Cultural e Patrimônio Ambiental*. Dissertação de Mestrado – Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1988.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. *A transcendência do valor: flexibilidade, focalização, terceirização e subordinação do trabalho*. Anais do XX ENEGEP. São Paulo, 2000. CD-ROM.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso: memórias da ferrovia no Oeste de Minas entre o sertão e civilização - 1880-1930*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. (Dissertação de Mestrado em História)

LIMA JR, Augusto de. *História da inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1968.

LIMA, Tânia Andrade. “Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)”. In *Anais do Museu Paulista*. Nova Série, nº 1, v. 1, p. 225-262, 1993.

_____. “Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX”. In: *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Vol. 7, Nº 1, jan-jun. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2013. pp. 176-207.

LIMA, Tânia Andrade; FONSECA, Marta P. R. da; SAPAIO, Ana Cristina de O; FENZL-NEPOMUCENO, Andrea; MARTINS, Antonio H. D. “A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro”. In: *Dédalo*. São Paulo, pub. Avulsa, I: 205:230, 1989.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. “Os sons e a paisagem fabril na Minas oitocentista: o caso de Itabira”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFMG, 2008. pp. 119-133.

MANNONI, Tiziano e GIANNICHEDDA, Enrico. *Arqueología: Materiais, objetos y producciones*. Barcelona: Ariel, 2007. pp. 41-56.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I – Volume 1. São Paulo: Editora Abril, 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I – Volume 1. 28ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MASCARO, Luciana Pelaes. *Arquitetura e Modo de Vida no Assentamento rural Bela Vista do Chibarro*. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

McGUIRE, Randall H. “Edificando el poder en el paisaje cultural del Condado de Broome, Nueva York (1880-1940)”. In: *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Vol. 2. Nº 2. Jul-Dez. P. 57-76. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, 2008a.

_____. *Archaeology as political action*. California/London: University of California Press, 2008b.

MENEGUELLO, Cristina; TAMASO, Izabela; GRANATO, Marcus. “Patrimônio Industrial: memórias, acervos e cidade”. In: PAULA, Zueleide Casagrande et alii. (Org.). *Polifonia do Patrimônio*. 1ed. Londrina: Eduel - Editora da Universidade de Londrina, 2012, v. 1, p. 81-112.

- MORALES, Martha Helena Loeblein Becker. *Os usos da louça branca de Colombo: aspectos identitários e discursos do poder a partir do diálogo entre história e arqueologia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).
- NOGUEIRA, Guaracy de Castro. *Itaúna em Detalhes*. Enciclopédia ilustrada de pesquisa. Itaúna: Jornal Folha do Povo, 2003.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Saga: a grande história do Brasil*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- ORSER JR. Charles. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992. pp. 17-119.
- PALMER, Marilyn and NEAVERSON, Peter. *Industrial archaeology: principles and practice*. London: Routledge, 1998. PARCAK, Sarah. *Satellite remote sense for archaeology*. New York: Routledge, 2009.
- PEZZOLO, Dinah Bueno. *Tecidos: história, tramas, tipos e usos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- PREFEITURA Municipal de Itaúna. *Dossiê de Tombamento do Casarão do Dr. Augusto Gonçalves de Souza Moreira. Rua João de Cerqueira Lima, 123*. Itaúna. 2001.
- _____. *Plano de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Itaúna*. Arquivo Público Municipal de Itaúna, 2002.
- _____. *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Itaúna*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaúna, 2003 a 2008.
- RANIERI, Jesus. *Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SENATORE, María Ximena e ZARANKIN, Andrés. “Perspectivas metodológicas en Arqueología Histórica – relexiones sobre la utilización de la evidencia documental”. In *Páginas sobre Hispanoamérica Colonial*. Buenos- Aires: Prhisco – CONICET, nº 4, 1996-1997.
- SENNA, Nelson de. *Anuário Histórico Chorográfico de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1909. P. 534 - 545.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. “Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos”. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado. *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Annablume, 2009 pp. 279-310.
- SOUSA, Ana C. *Fábrica de Pólvora e Vila Inhomirim: Aspectos da Dominação e Resistência na Paisagem e em Espaços Domésticos (Século XIX)*. Dissertação de mestrado em arqueologia, USP, São Paulo. 1998.

SOUSA, Iracema Fernandes de. *Itaúna através dos tempos: 1901 - 1981*. Itaúna: Lemi, 1981.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. *História de Itaúna*. Belo Horizonte: Editora Littera Maciel, 1986. Volumes I e II.

_____. *Itaúna: sua trajetória política, social, religiosa, econômica e cultural, desde a criação do Arraial de Sant'Ana do São João Acima, em 14 de outubro de 1765, até a data do centenário de instalação do município: 1765-2002*. Belo Horizonte: Santa Clara, 2002.

STANCHI, Roberto Pontes. *Modernidade, mas nem tanto: O caso da vila operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Museu Nacional / UFRJ, 2008. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia).

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Trigger, Bruce G. "Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist". In: *Man*. New Series, Vol. 19, No. 3 (Sep., 1984), pp. 355-370, 1984.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. *As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004. (Dissertação de Mestrado em História)

ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: Morro de Araçoiaba séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Tese de Doutorado em Arqueologia).

ZIZEK, Slavoj. *Violência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZUNZ, Olivier. *The changing face of inequality: Urbanization, Industrial Development, and Immigrants in Detroit, 1880-1920*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

5.2. Fontes Documentais

A Actualidade Órgão do Partido Liberal. Ouro Preto, 25 de janeiro de 1879. Ano II, N. 10. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/230359/per230359_1879_00010.pdf. Acesso em fevereiro de 2014.

Album Chorográfico Municipal do Estado de Minas Geraes – 1927: Estudos Críticos. Disponível em: <http://www.albumchorografico1927.com.br/>.

COMPANHIA Industrial Itaunense. Itaúna: s/ editora, 1969.

Informativo do Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira. Itaúna. Ano I – 1ª edição. Nov-Dez 2009

Jornal Avante!. Disponível em: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>. Acesso em março de 2014.

Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1959.

Jornal Oficial do Município de Itaúna. 18 de julho de 2013. Ano XVII N° 912.

Jornal Oficial do Município de Itaúna. 24 de outubro de 2013. Ano XVII. N° 927.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Anno IX. N. 77. p. 5-6. Domingo, 25 de março de 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=291536&pagfis=3369&pesq&url=http%3A%2F%2Fmemoria.bn.br%2Fdocreader>

Voz Operária. Órgão da Cia. Industrial Itaunense. Itaúna. Edição Mensal. Distribuição Gratuita. 1958 (Ano I N°1) a 1965 (ANO VI N°63).

SANTÍSSIMA TRINDADE, José da. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998, 448 p. (Coleção Mineiriana – Série Clássicos)

5.3. Fontes Eletrônicas

Amigos da Usina Tamoio. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio/188178521225449?fref=ts>. Acesso em: fevereiro de 2014.

ArcelorMittal Itaúna. Boletim Eletrônico Memória Empresarial. a. V – n. 107. 06 de setembro de 2007. http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/arquivos/boletim_107.pdf.

Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em 2013.

Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?bib=459194&PagFis=42>. Acesso em janeiro de 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em março de 2014.

Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil – CETIQT. Disponível em: <http://www.cetiqt.senai.br/novox/port/osenaicetiqt/historico.asp>. Acesso em dezembro de 2013.

Colégio Brasileiro de Genealogia. Disponível em: <http://www.cbge.org.br/novo/>.

Colégio Sant'Ana. Disponível em: <http://www.colsantana.com.br/Site/historia.aspx>. Acesso em fevereiro de 2014.

Companhia de Tecidos Santanense. Disponível em: http://www.santanense.com.br/empresa/infografico_1891.aspx?aba=1. Acesso de dezembro de 2013.

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ferroviaspart_sul/efusinatamoio.htm. Acesso em fevereiro de 2014.

Google Earth. Disponível em: <http://www.google.com.br/earth/index.html>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2013.

Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira – ICMCN. Disponível em: <http://www.icmc.org.br/about/>.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Bens Culturais Registrados*. Disponível em: [http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf;jsessionid=5644CBB56417752B62CBDD0AB9008689?idBemCultural=0_\[d36_%4018c5551n\]8%3Am20852g0_\[3y3p600001n\]8%3Am209%2F-nop.%3Bz%40s1\[v8%3Ax3331n\]8%3Am207](http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf;jsessionid=5644CBB56417752B62CBDD0AB9008689?idBemCultural=0_[d36_%4018c5551n]8%3Am20852g0_[3y3p600001n]8%3Am209%2F-nop.%3Bz%40s1[v8%3Ax3331n]8%3Am207). Acesso em março de 2014.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/>.

Itaúna em Décadas. Disponível em: <http://itaunaemdecadas.blogspot.com.br/>. Acesso em março de 2013.

Jornal Notícias de Itaúna. Disponível em: <http://www.noticiasdeitauna.com.br/>. Acesso em fevereiro de 2013.

Jornal S'passo. Disponível em: <http://www.jornalspasso.com.br/>. Acesso em dezembro de 2013.

Legislativo. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – DOEMG de 20 de Abril de 2006. p. 19.

Massa Falida da Companhia Industrial Itaunense. Disponível em: <http://www.itaunense.com.br/>.

Museu de Artes e Ofícios. *Tecelagem*.

http://www.mao.org.br/port/acervo_cat.asp?opc=cat&id_cat=24

Notícias de Itaúna. <http://www.noticiasdeitauna.com.br/noticiasdiarias/admin/2011/10/14/companhia-industrial-itaunense-100-anos-de-servicos-prestados-a-itauna/>. Acesso em fevereiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Itaúna. Disponível em: <http://www.itauna.mg.gov.br/>. Acesso em fevereiro de 2013.

Sindicado das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado de Minas Gerais – SIFT – MG. Disponível em: http://www.siftmg.org.br/conteudo.asp?ntipo=1&lista=sub&cat_id=1&sub_id=12&cat_nome=Hist%F3ria&idioma=.

Santana FM. Disponível em: <http://www.santanafm.com.br/>.

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. 2003. Disponível em: <http://www.ticcih.org>.

TrackMaker – Trackers and GPS Solutions. Disponível em: <http://www.trackmaker.com/downloads.php?lang=port>.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. “Broken windows: the police and neighborhood safety”. In: *The Atlantic*. 01/03/1982. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>.

6. ANEXO

6.1. Roteiro de Entrevista

A seguir, são apresentadas algumas questões/tópicos que nortearam a realização das entrevistas.

- Nome completo;
- Idade;
- Como começou a trabalhar na Companhia Industrial Itaunense?
- Cargo(s)/função(ões) e setor(es) no(s) qual(is) trabalhou;
- Possuía familiares que também trabalhavam na Companhia Industrial Itaunense?
- Tem conhecimento da participação/envolvimento da Companhia Industrial Itaunense com a política, religiosidade, festividades de Itaúna?
- O que se lembra dos jornais e do programa de rádio produzidos pela Companhia Industrial Itaunense?
- Como era a relação com os colegas de trabalho? E com a chefia?
- Como foi o processo de crise e falência da Companhia Industrial Itaunense?
- Quais são suas lembranças mais significativas do tempo em que trabalhou na Companhia Industrial Itaunense?
- O que sente quando passa em frente à Unidade I atualmente?
- Telefone e/ou correio eletrônico para contato.